

LUIZ ORENCIO FIGUEREDO

**MIGRAÇÃO HAITIANA EM SANTA CATARINA:
EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DO HAITI NA
AMREC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
CARBONÍFERA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto

**CRICIÚMA - SC
2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F475m Figueredo, Luiz Orencio.

Migração haitiana em Santa Catarina : experiências de trabalhadores do Haiti na AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera / Luiz Orencio Figueredo ; orientador : João Henrique Zanelatto. – Criciúma, SC : Ed. do Autor, 2016.

229 p. : il. ; 21 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

1. Haiti - Migração – Santa Catarina. 2. Imigrantes haitianos - Santa Catarina. 3. Mercado de trabalho - Santa Catarina. 4. Oportunidades de emprego. 5. Desenvolvimento econômico.
I. Título.

CDD 22. ed. 325.17294098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla – CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

LUIZ ORENCIO FIGUEREDO

**MIGRAÇÃO HAITINA EM SANTA CATARINA:
EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES DO HAITI NA
AMREC – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
CARBONÍFERA**


Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 14 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
(Orientador - UNESC)



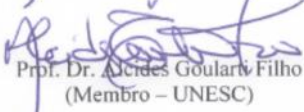
Prof. Dr. Dimas de Oliveira
Estevam
(Coorientador - UNESC)



Prof. Dr. Emerson César de Campos
(Membro - UNESC)



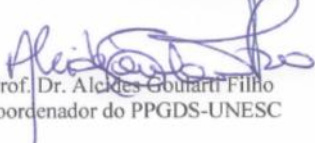
Prof. Dr. Reginaldo de Souza
Vieira
(Membro - UNESC)



Prof. Dr. Alcides Goulart Filho
(Membro - UNESC)



Luiz Orencio Figueredo
Mestrando



Prof. Dr. Alcides Goulart Filho
Coordenador do PPGDS-UNESC

Dedico este trabalho às minhas filhas Lays e Nicole, minhas grandes paixões.

À Adriana, minha companheira e amiga, pela compreensão, apoio, acompanhamento e auxílio nesta jornada.

A todos os haitianos da Região da AMREC, pois sem eles não seria possível a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos haitianos Pesrot Charles, Jean-Wilbentz Rubain, Calin Romeus, Carl-Andy Jean, Hanso Sanvilus, Rebecca Paul, Gessert Solage, Pierre Paul Deshomme, Cedieu Registre, Neneid Boniface e a tantos outros, pelo apoio, disponibilidade e pela amizade construída ao longo das entrevistas e reuniões.

Ao meu orientador, professor Dr. João Henrique Zanelatto, por acreditar em minha proposta de trabalho e aceitar a tarefa de disponibilizar sua orientação nesta trajetória.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS/UNESC, pelo companheirismo e auxílio nas pesquisas.

Às empresas da Região da AMREC que disponibilizaram informações sobre as relações de trabalho estabelecidas com os imigrantes haitianos.

À colega do PPGDS/UNESC, Fernanda Zanette de Oliveira, e ao agente do IBGE, Gabriel Furlanetto, pelas orientações na utilização dos sistemas de busca de informações do Ministério do Trabalho e Emprego e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

À Sandra Regina da Silva João, assistente social coordenadora da Casa de Passagem São José de Criciúma, pela disponibilidade para acompanhar as entrevistas com os haitianos das cidades de Criciúma e Forquilha.

À Munique do Nascimento, coordenadora operacional da Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial de Criciúma – COPIRC, pelas informações sobre a prestação de assistência social aos haitianos de Criciúma/SC.

A Thiago Sfalsin, morador de Lauro Müller (SC), pela disponibilidade para intermediar as entrevistas com os haitianos daquela cidade.

À Marlene Souza Barbosa e a Adão Barbosa, por possibilitarem e acompanharem as entrevistas com os haitianos de Criciúma/SC.

Às minhas filhas, Lays e Nicole, por compreenderem os momentos de ausência em diversas etapas de suas vidas e por me incentivarem a continuar.

À Adriana, minha companheira também na reta final desta jornada, pela energia, ânimo, amor e parceria na pesquisa; pela ajuda e apoio nas revisões, correções e gravações de entrevistas, contribuições de grande valia e sem as quais a conclusão do trabalho se tornaria muito mais árdua.

RESUMO

O crescimento econômico brasileiro, observado a partir do início deste século, que se estendeu até os primeiros anos desta década, colocou o Brasil em posição de destaque no cenário internacional, chamando a atenção de empresas e de trabalhadores das diversas regiões do mundo, o que tornou o país um polo de atração de migrantes internacionais, dentre os quais se destacam aqueles originários de países que historicamente passam por dificuldades sociais e econômicas ou que foram atingidos por desastres ou catástrofes naturais. Este cenário de estabilidade econômica, amplamente enfatizado pela mídia internacional a partir do final da década passada e início desta, foi o principal motivo para a atração de imigrantes haitianos para o Brasil após o terremoto de grandes proporções que atingiu o Haiti no mês de janeiro de 2010, o qual ocasionou a destruição quase que completa daquele país e proporcionou dificuldades extremas de sobrevivência aos seus habitantes que, sem alternativas para tentar restabelecer e retomar a vida em seu território, optaram por tentar a sorte em outros países. A dimensão territorial do Brasil proporcionou aos imigrantes do Haiti que chegaram ao país a partir do início desta década a opção de escolherem em qual região iriam dar início ao processo de reconstrução de suas vidas, sendo o estado de Santa Catarina – território para o qual se dirigiu um grande contingente de haitianos – um dos destinos a atrair sua atenção devido à posição de destaque que a economia catarinense vem ocupando no cenário econômico brasileiro das últimas décadas. As empresas da Região da AMREC, que é composta por doze municípios e está localizada no sul do estado catarinense, viram nesse fluxo migratório a oportunidade de suprir a carência de mão de obra de trabalhadores nacionais experimentada com o crescimento econômico brasileiro. Desse modo, passaram a recepcionar os imigrantes haitianos, estabelecendo relações de trabalho com os mesmos. Neste cenário, buscamos identificar as principais causas que têm motivado os imigrantes haitianos a optar pela Região da AMREC como ponto de destino; quais os reflexos dessa imigração na economia regional; como têm se desenvolvido as relações de trabalho estabelecidas entre esses imigrantes e as empresas desta região; quais as expectativas desses trabalhadores imigrantes; e, também, de que forma eles estão se organizando em território catarinense.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Fluxos migratórios. Imigrantes haitianos. Relações de trabalho.

ABSTRACT

The Brazilian economic growth, observed from the beginning of this century, which lasted until the early years of this decade, put Brazil in a prominent position on the international stage, attracting the attention of companies and workers in various regions of the world, which It has made it a center of attraction for international migrants, among which stand out those from countries that historically undergo social and economic difficulties or that have been hit by disasters or natural disasters. This scenario of economic stability, widely emphasized by international media from the end of the last decade and earlier this was the main reason for the attraction of Haitian immigrants to Brazil after the major earthquake that struck Haiti in January of 2010, which caused the destruction almost complete of that country and provided extreme survival problems for its inhabitants, without alternatives to try to restore and resume life in their territory, they have chosen to try their luck in other countries. Brazil's territorial dimension provided to immigrants from Haiti who arrived in the country from the beginning of this decade the option to choose in which region would begin the process of rebuilding their lives, and the state of Santa Catarina – territory for which He led a large contingent of Haitian – one of the ways to attract your attention due to the prominent position that the states economy has occupied in the Brazilian economic environment in decades. Companies in the Region AMREC, which consists of twelve municipalities and is located in southern Santa Catarina state, saw this migration the opportunity to meet the hand of lack of work of domestic workers experienced with the Brazilian economic growth. Thus, they began to welcome the Haitian immigrants, establishing working relationships with them. In this scenario, we seek to identify the main causes that have motivated the Haitian immigrants to opt for AMREC Region as a destination point; which the effects of this migration on the regional economy; as they have developed working relationships established between these immigrants and businesses in the region; what the expectations of these immigrant workers; and also how they are organizing in Santa Catarina territory.

Keywords: Economic development. Migration flows. Haitian immigrants. Work relationships.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHC	Associação dos Haitianos de Criciúma
ALESC	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
BCB	Banco Central do Brasil
BRABAT	Batalhão Brasileiro de Força de Paz
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
COPIRC	Coordenadoria da Promoção da Igualdade Racial de Criciúma
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DAC	Divisão de Assistência Consular
EUA	Estados Unidos da América
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MJ	Ministério da Justiça
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SF	Senado Federal
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
UE	União Europeia
UHACIS	União dos Haitianos de Cocal do Sul pela Integração Social
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1 – Mapa da região do Caribe, na América Central. Ilha de Hispaniola – Dividida entre a República Dominicana e o Haiti..... 88
- Imagem 2 – Rotas utilizadas pelos haitianos para chegar ao Brasil.... 114

LISTA DE ICONOGRAFIA

Iconografia 1	– Associados da UHACIS organizando-se para apresentações na III Cocal Fest.....	167
Iconografia 2	– Grupo de haitianos de Cocal do Sul presentes na III Cocal Fest.....	168
Iconografia 3	– Organização da III Cocal Fest prestando homenagens às apresentações dos haitianos no evento.....	168
Iconografia 4	– Pesrot Charles - Presidente da UHACIS.....	174
Iconografia 5	– Membros da Diretoria da UHACIS	175
Iconografia 6	– Pierre Paul Deshomme Presidente da AHC	176
Iconografia 7	– Reunião de fundação da AHC.....	177
Iconografia 8	– Participação de membros da Diretoria da UHACIS em reunião da AHC realizada em 31/01/2016.....	178
Iconografia 9	– Participação de membros da Diretoria da AHC em reunião da UHACIS realizada em 05/02/2016.....	178
Iconografia 10	– Hanso Sanvilus em treinamento para formação em bombeiro civil voluntário.....	180
Iconografia 11	– Preparação de prato típico haitiano – carne com banana verde.....	183
Iconografia 12	– Carl-Andy Jean (centro) à frente de um grupo de haitianos em confraternização em 06/12/2015.....	183
Iconografia 13	– Lavanie Etienne e Calin Romeus, com a filha Seara Romeus.....	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Imigração para o Brasil, por nacionalidade e períodos.....	44
Quadro 2 – 20 países de maior estimativa de brasileiros – 2007	51
Quadro 3 – Evolução do PIB brasileiro de 1995 a 2014	58
Quadro 4 – Autorizações concedidas pelo Brasil por país de origem...	63
Quadro 5 – Taxas de desemprego no Brasil.....	111
Quadro 6 – Tabela demonstrativa de trabalhadores haitianos por município – AMREC.....	130
Quadro 7 – Trabalhadores com vínculo empregatício na Região da AMREC em 31/12/2014.....	131
Quadro 8 – População e PIB estimados dos municípios da Região da AMREC em 2013.....	136
Quadro 9 – Quantidade de empresas e de trabalhadores na AMREC em 31/12/2014.....	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
2	MIGRAÇÕES NO BRASIL E MUNDOS DO TRABALHO....	36
2.1	Imigrações no período da colonização do Brasil.....	36
2.2	O papel do trabalhador imigrante no desenvolvimento econômico brasileiro durante o processo de colonização.....	39
2.3	A emigração de trabalhadores brasileiros pós- crise da década de 1980	45
2.4	A ascensão econômica brasileira a partir do início do século XXI .	52
2.5	Imigração de trabalhadores para o Brasil atraídos pelo crescimento socioeconômico do país.....	60
2.6	De um país de emigração para um país de imigração	64
2.7	A legislação brasileira aplicada aos imigrantes.....	68
2.8	As políticas públicas voltadas à imigração no Brasil	76
3	IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL	85
3.1	Desastres naturais no Haiti no período de 2004 a 2010	87
3.2	O terremoto de 2010 e a destruição do Haiti.....	91
3.3	A miséria e o desemprego em consequência do desastre de 2010 ..	95
3.4	A emigração: em busca de uma nova perspectiva de vida	100
3.5	A opção dos haitianos pelo Brasil	103
3.6	Crescimento econômico brasileiro: a escassez de mão de obra	106
3.7	A trajetória para para o Brasil: dificuldades e desafios.....	113
4	TRABALHADORES DO HAITI E RELAÇÕES DE TRABALHO COM AS EMPRESAS DA REGIÃO DA AMREC EM SANTA CATARINA.....	123
4.1	O ingresso de haitianos na Região da AMREC.....	125
4.2	Os setores econômicos que recebem trabalhadores haitianos na Região da AMREC	132
4.3	As dificuldades ante a ausência de legislação atualizada.....	138
4.4	Motivação das empresas da Região da AMREC na contratação de trabalhadores haitianos.....	144
4.5	As relações de trabalho estabelecidas nas empresas da Região da AMREC	150
4.6	Relações entre nacionais e haitianos: tensão ou integração?.....	156
4.7	As dificuldades de integração: língua, costumes, preconceitos e discriminações	162
4.8	As perspectivas dos trabalhadores haitianos e como estão se organizando na Região da AMREC.....	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
	REFERÊNCIAS	190

APÊNDICE (S).....	219
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos trabalhadores imigrantes haitianos	220
APÊNDICE B – Questionário aplicado às empresas que empregam trabalhadores imigrantes haitianos.....	225
APÊNDICE C – Questionário aplicado às instituições de assistência	228

1 INTRODUÇÃO

O mundo tem acompanhado por meio da mídia em suas mais variadas formas, organismos internacionais de ajuda e assistência, redes sociais, dentre outros canais de informação, os reflexos e as consequências sociais e econômicas provocados pelo terremoto de grandes proporções que atingiu o Haiti no início desta década, ocasionando o agravamento dos níveis de pobreza, a degradação dos já precários sistemas de saúde, problemas com o saneamento básico e a educação, além de uma crise de empregos sem precedentes, fatores que elevaram, consideravelmente, os índices de miserabilidade naquele país.

Em decorrência do terremoto que destruiu a capital do Haiti em janeiro de 2010, um grande contingente de trabalhadores daquele país emigrou para países da América Latina, dentre eles o Brasil, e um grande número desses migrantes optou por buscar refúgio e trabalho no estado de Santa Catarina. Posto isso, se levanta a seguinte questão: como vem se processando a inserção socioeconômica de trabalhadores procedentes do Haiti nas empresas de Santa Catarina?

A partir da definição do problema de pesquisa, foram estabelecidos os objetivos que se busca alcançar com o desenvolvimento do trabalho, o qual terá como objetivo geral analisar os movimentos migratórios atuais, com ênfase no processo de inserção socioeconômica de trabalhadores haitianos nas empresas estabelecidas na região sul de Santa Catarina, especificamente naquelas localizadas na Região da AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera¹.

No que diz respeito aos objetivos específicos, o trabalho estará concentrado em abordar as seguintes questões:

- Identificar as relações de trabalho que estão sendo estabelecidas com os trabalhadores haitianos pelas empresas catarinenses da Região da AMREC;
- Verificar se o trabalho, a remuneração e os demais benefícios oferecidos aos trabalhadores haitianos pelas empresas estabelecidas na

¹ Associação fundada em 25 de abril de 1983 com o objetivo de atender aos interesses comuns dos municípios da região carbonífera em Santa Catarina, com a finalidade de associar, integrar e representar os seus associados. Inicialmente composta por sete municípios, atualmente, a entidade possui a participação de doze associados, sendo eles: Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga. (AMREC, 2015).

Região da AMREC têm lhes proporcionado as condições mínimas de subsistência;

- Analisar a adaptação dos trabalhadores haitianos às relações de trabalho estabelecidas pelas empresas da Região da AMREC, bem como a interação dos mesmos com os demais trabalhadores e superiores hierárquicos dessas empresas;

- Examinar se, a partir da obtenção de emprego e renda, os trabalhadores haitianos conseguem integrar-se com a sociedade local e adaptar-se aos costumes e formas de vida do ambiente social onde se inseriram.

Definidos os objetivos para a realização da pesquisa objeto deste trabalho, procuramos examinar, no contexto das migrações internacionais, os reflexos gerados em nível local sob a perspectiva do desenvolvimento econômico e social, a partir da inserção de trabalhadores haitianos nas comunidades e no mercado de trabalho catarinense, da integração e articulação destes com setores nacionais (governo, empresas privadas, instituições de assistência, academia) e das dinâmicas estruturadas e estimuladas por meio de políticas públicas ainda incipientes, com o propósito de oportunizar a interação dos imigrantes com os cenários onde eles têm se estabelecido.

Sendo o objeto do trabalho a pesquisa sobre a trajetória de trabalhadores haitianos em Santa Catarina, motivados pela busca de trabalho e por condições de subsistência, e sobre os reflexos decorrentes de sua migração na sociedade e na economia catarinense, as abordagens teóricas utilizadas buscam proporcionar um melhor entendimento dos processos migratórios, do processo de constituição desses trabalhadores frente às novas relações de trabalho e do cotidiano, experimentadas em Santa Catarina, em especial na região carbonífera (AMREC).

No contexto dos processos migratórios, a pesquisa aborda a questão da história das imigrações no Brasil, ressaltando a busca da cidadania universal pelos migrantes internacionais (MARINUCCI; MILESI, 2005), as razões da crescente intensidade de migrações internacionais contemporâneas (MARINUCCI, 2008), a questão dos direitos humanos dos refugiados (MILESI, 2008) e as realidades e desafios contemporâneos ligados às migrações internacionais no Brasil. (MILESI; ANDRADE, 2010).

Para pensar a trajetória dos trabalhadores haitianos até chegar ao Brasil e também no Brasil, esse processo de mudança e movimento, o sofrimento, a perda de *status* e de liberdade e os desafios enfrentados diante da nova realidade, buscamos o conceito de experiência.

(THOMPSON, 1981, 1987). Experiência é aqui entendida como as pessoas vivenciam, experimentam o seu cotidiano, o seu dia a dia. Como elas pensam as relações e como elas transformam e provocam mudanças a partir da sua cultura, de seu modo de vida, de sua visão de mundo, de seus valores, ideologias, sentimentos e crenças. As pessoas agem a partir dessas condições. Os haitianos migraram para o Brasil a partir das condições experimentadas no seu cotidiano.

Ao fazer referência aos mundos do trabalho, pontuou-se as transformações e as metamorfoses desenvolvidas a partir do século XX, com base nas obras de Ricardo Antunes – “Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho” (2001); “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho” (2003); e “A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels” (2004) – nas quais o autor aborda a questão da expulsão dos trabalhadores do processo produtivo, face à crise estrutural do capital verificada nas últimas décadas daquele século e que mantém sua marcha no início do século XXI.

A pesquisa enfoca também a questão das migrações internacionais, conceituadas como um processo de deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente, que pode ser desencadeado por vários motivos: econômicos, culturais, religiosos, políticos e naturais (secas, terremotos, enchentes etc.). As migrações ocorrem desde os primórdios da humanidade e têm sido parte de processos históricos por demais relevantes. Desde as culturas antigas, cujas guerras de conquistas propiciavam a formação de colônias, passando pela colonização da América até a atual migração para países do primeiro mundo, os grandes fluxos migratórios estiveram sempre associados a importantes processos históricos, provocando transformações nas sociedades. Os movimentos migratórios internacionais reassumem importância crescente no cenário mundial, sobretudo ao final dos anos 1980, que se caracterizam por desigualdades regionais acentuadas e pela manifestação de conflitos diversos, decorrentes das grandes transformações econômicas, sociais, políticas culturais e ideológicas em curso. (PATARRA, 1995).

Reforçando o referencial teórico, além da fundamentação nas obras dos autores mencionados, a pesquisa buscou conhecer e analisar os trabalhos de outros pesquisadores que se dedicam ao estudo desse tema, por meio de uma revisão bibliográfica que nos possibilitou levantar os estudos sobre a migração de haitianos para o Brasil, sendo encontrada uma produção acadêmica significativa a respeito dos processos migratórios recentes em geral e também os específicos sobre a

imigração no Brasil de trabalhadores vindos do Haiti, dentre os quais destacamos teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de cursos e artigos publicados em revistas especializadas, os quais nos possibilitaram entender a relevância que a temática vem assumindo no meio acadêmico brasileiro.

Dentre as teses de doutorado, destaca-se os trabalhos de Adriano Larentes da Silva (2009), que dedicou seus estudos no debate sobre o processo das migrações internacionais e de transformações no mundo do trabalho entre o final do século XX e início do século XXI e cuja pesquisa teve como foco principal os brasileiros que, nos anos de 2007 e 2008, viviam em Portugal e na Espanha. Também ocupou destaque na pesquisa o trabalho de Fernando Gomes Braga (2011), o qual centralizou o objeto de sua tese de doutorado na análise das influências do fenômeno migratório na recente organização territorial do Brasil, por meio de uma perspectiva relacionada ao contexto da emergência de novos padrões migratórios.

Em termos de dissertações de mestrado, envidou-se destaque às produções que se relacionam diretamente com o objeto desta pesquisa, como os trabalhos de Ana Paula Sefrin Saladini (2011), que buscou analisar em sua pesquisa a relação entre trabalhador e imigração a partir da perspectiva dos direitos fundamentais; de Luciana Lins Coentro (2011), que abordou a questão do ingresso no Brasil de migrantes qualificados a partir das políticas migratórias internacionais dos países desenvolvidos; e de Antonio Gasparetto Júnior (2013), que abordou a falta de políticas públicas no Brasil direcionadas a amparar e suprir as necessidades dos trabalhadores nacionais e imigrantes, focando seu trabalho na investigação das práticas das maiores associações de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis de Juiz de Fora (MG) no período de 1872 a 1930.

Evidenciou-se, em termos de trabalhos de conclusão de curso, a pesquisa realizada por Jenny Télémaque (2012), que concentrou o foco de seus estudos na análise da onda de imigração de trabalhadores haitianos para o Brasil a partir do ano de 2010, destacando como motivo para esse fenômeno o bom momento econômico brasileiro naquela década, o qual passou a ser conhecido e visto como oportunidade pelos habitantes do Haiti.

Em relação aos artigos publicados em revistas especializadas, destaca-se os trabalhos de Biagioni (2010) e Brzozowski (2012), que abordaram as questões da imigração no Brasil, a mobilidade e a migração interna, relacionadas ao desenvolvimento econômico brasileiro; Paiva e Leite (2014), que traçaram uma análise da mudança

no perfil migratório brasileiro entre as décadas de 1980 e 2010, passando de um país de emigração para um país de imigração; Sprandel (2005) e Barbosa (2013), que abordaram a questão dos desafios e realidades enfrentados pelos estrangeiros no Brasil e as experiências de vida dos haitianos no sul do Brasil; Magalhães (2014), que centrou seus estudos na análise do recente fluxo de haitianos no estado de Santa Catarina, à luz da interpretação histórica das origens dos processos migratórios no Brasil; e os trabalhos de Fantazzini (2005), Patarra (2005, 2012), Reis (2011) e Araújo (2012), os quais se dedicaram a estudar e analisar as migrações internacionais no Brasil contemporâneo e as políticas públicas brasileiras voltadas às imigrações internacionais recentes no país.

As abordagens elencadas na pesquisa apontam para a necessidade de um estudo interdisciplinar que se estabelece a partir dos contextos migratórios, pois exige foco em questões relacionadas aos mundos do trabalho e em questões sociais, econômicas, geográficas, jurídicas, de políticas públicas e da saúde do trabalhador, dentre outras.

A partir do momento que os olhares se voltam para as redes de conexões e não somente para os indivíduos, torna-se possível melhor compreender o impacto das migrações internacionais tanto em relação aos países de origem quanto aos países de destino, pois, a partir delas, são constituídos fatores de transferência de cultura e de conhecimento que passam a integrar a comunidade internacional como um todo, não se restringindo aos indivíduos isoladamente.

Os procedimentos metodológicos estabelecidos para a elaboração deste trabalho foram delineados a partir da escolha do objeto que, por constituir-se em tema de certa forma ainda pouco pesquisado no país, conta com uma base de dados reduzida e limitada, que exige a combinação de métodos e metodologias para aprofundar a questão da pesquisa, utilizando-se dos métodos dedutivo e dialético e das abordagens qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos de pesquisa, estes foram traçados como sendo de ordem descritiva e exploratória, abrangendo as categorias experiência, emigração e imigração.

As estratégias de pesquisa partem do referencial bibliográfico e se estendem pela análise documental (reportagens em jornais e revistas, livros, trabalhos acadêmicos, teses, dissertações, documentos oficiais, etc.), aliadas à pesquisa de campo, que proporcionará informações sobre as questões envolvendo o objeto do trabalho. Os atores elencados para esse fim são proprietários, prepostos e pessoas com cargo de gestão em empresas; trabalhadores haitianos empregados em empresas da AMREC e dirigentes de instituições de assistência e sindicatos estabelecidos na

mesma região. Além dessas fontes de pesquisa, a base de dados utilizada abrange, ainda, dados, informações e análises comparativas disponibilizadas por órgãos governamentais. (IBGE, MTE, SINE, PF, IPEA, MJ, MS, MRE e SF).

Nas entrevistas é utilizada, prioritariamente, a técnica do questionário estruturado, por meio do qual se é possível atingir várias pessoas ao mesmo tempo, obtendo-se, assim, um grande número de dados, com possibilidade de abranger uma área geográfica mais ampla, como é o caso da presente pesquisa, que procura analisar as experiências socioeconômicas a partir da utilização de trabalhadores haitianos pelas empresas catarinenses. Em menor escala, utilizam-se as entrevistas abertas, que atendem principalmente às finalidades exploratórias e são bastante utilizadas para detalhar questões e formular com mais precisão conceitos relacionados ao objeto da pesquisa. (BONI; QUARESMA, 2005).

Observa-se um grande volume de haitianos que migraram para o Brasil a partir do início desta década, ingressando no país por sua fronteira norte, principalmente pelos estados do Acre e do Amazonas, e de lá se deslocando para os demais estados. Muitos deles se direcionaram para Santa Catarina enquanto outros estão para chegar a este estado, sendo recebidos em diversas cidades e contratados por empresas de todas as regiões do território catarinense. Assim sendo, a definição do tema foi uma decisão resultante da percepção que tivemos quanto à sua relevância no debate atual sobre as migrações internacionais, ao mesmo tempo em que não obtivemos uma resposta satisfatória em nossa busca por estudos sobre ele no Brasil.

Pelo fato de o Brasil, até o ano de 2014, atravessar uma fase de pleno emprego, os trabalhadores imigrantes – não só os haitianos como também os procedentes de outros países da América e de outros continentes, como, por exemplo, ganeses – foram facilmente admitidos pelas empresas catarinenses, visto a escassez de mão de obra sem qualificação que se apresentou no país nos primeiros anos da década de 2010.

Nesse contexto, como escopo principal do presente trabalho, procurou-se identificar como tem se desenvolvido o processo de adaptação dos trabalhadores haitianos na sociedade e economia catarinense, assim como verificar que condições lhes têm sido proporcionadas para que possam se estruturar e tentar obter um padrão de vida digno ante a carência, no Brasil, de políticas públicas voltadas para atender às demandas desses trabalhadores imigrantes.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o propósito de identificar as referências sobre as atuais migrações internacionais no contexto globalizado. Para dar suporte à elaboração do trabalho, recorreu-se a uma seleção de artigos acadêmicos, matérias e reportagens de jornais e revistas publicados nas mais variadas formas de mídia e livros, embora ainda haja poucas obras disponíveis para pesquisa que tratam do tema aqui abordado. Todos os suportes utilizados na pesquisa foram discriminados nas referências bibliográficas deste trabalho.

Como resultado da pesquisa bibliográfica, por meio da leitura e processamento do material levantado, formulou-se um suporte argumentativo, apresentou-se pontos de vista eventualmente divergentes entre os autores selecionados e, dessa forma, possibilitou-se avanços no conhecimento existente sobre o tema.

Também a partir da pesquisa bibliográfica, pode-se constatar que a questão das migrações internacionais no Brasil se constitui em tema de abordagem recente, o qual, de forma crescente, tem alcançado mais espaço nos debates proporcionados por instituições acadêmicas e nas ações de instituições de assistência que por intermédio do poder público, constatando-se uma inércia dos governantes brasileiros quanto à promoção de políticas públicas destinadas a amparar e discutir melhorias e avanços necessários às migrações internacionais.

A análise documental se constitui em importante ferramenta utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, a fim de identificar e quantificar o contingente de trabalhadores imigrantes que historicamente ingressam no Brasil. Também foi utilizada para acessar documentos oficiais do governo brasileiro que, de alguma forma, se destinam a regulamentar as migrações internacionais no país.

Inicialmente, recorreu-se aos dados sobre migrações internacionais disponibilizados pelos principais órgãos governamentais brasileiros. (IBGE, MTE, SINE, PF, MJ, MS, MRE). Para ampliar as informações sobre o tema “Migrações Internacionais”, recorreu-se a dados disponibilizados por organismos de atuação global e no continente americano. (ONU, OIT, UE, OEA, MERCOSUL).

Muitos dos documentos consultados, tanto os disponibilizados pelo governo brasileiro como aqueles emitidos pelos organismos internacionais, já foram utilizados e analisados em pesquisas e trabalhos anteriores (referidos na pesquisa bibliográfica), porém de forma diversa do enfoque abordado no presente trabalho, os quais, além de utilizados para quantificar o contingente de trabalhadores imigrantes no Brasil, servem de base para análise dos mais variados aspectos das leis,

regulamentos e políticas públicas brasileiras voltadas à questão das migrações internacionais.

Os documentos oficiais brasileiros foram acessados pela *internet*, por meio de *web sites*, como o do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), dos Ministérios da Justiça, Saúde e Trabalho e das Relações Exteriores, os quais contemplam informações e legislação pertinentes às imigrações no Brasil.

Conforme acima mencionado, a análise documental antecedeu à coleta de dados e informações para dar suporte ao desenvolvimento do presente trabalho. Uma vez definidos os objetivos da pesquisa e a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento desta, passa-se à etapa de coleta de dados.

O cumprimento da primeira etapa se deu a partir do estudo e da análise bibliográfica e documental, os quais nos forneceram os subsídios necessários para o estabelecimento das abordagens e do referencial teórico que fundamentam o desenvolvimento do trabalho.

Na etapa seguinte, passa-se à coleta e análise das informações das fontes primárias disponibilizadas pelos órgãos oficiais do governo brasileiro, especialmente dos dados disponíveis nos *web sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, do Ministério das Relações Exteriores – MRE e do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, por meio dos quais foi possível tomar conhecimento do histórico de ingresso de imigrantes no território brasileiro por país de origem e do estado de destino, bem como do número de trabalhadores imigrantes que conseguem obter trabalho e renda no Brasil.

A análise aplicada aos dados não recorreu a refinamentos estatísticos sofisticados, limitando-se à busca dos indicadores, à sua evolução temporal com base nas séries históricas, à comparação entre emigrações e imigrações internacionais no Brasil, bem como à investigação dos movimentos migratórios internos a partir dos dados disponibilizados pelo IBGE, com base nos Censos de 2000 e 2010.

Considerando-se as peculiaridades do objeto deste trabalho, em particular o fato de que a imigração de haitianos para o território catarinense é ainda um tema muito recente no campo da questão migratória analisada, entendemos ser primordial para a fundamentação da pesquisa a realização de entrevistas com atores desse cenário. A realização de entrevistas tem como finalidade conhecer a percepção das partes envolvidas no contexto desta pesquisa (empresas catarinenses, especificamente aquelas estabelecidas na Região da AMREC, e

trabalhadores imigrantes haitianos) quanto aos desafios e dificuldades enfrentados por elas ao adaptarem-se a esse novo cenário.

Com esse objetivo, entrevistou-se proprietários, sócios e prepostos de empresas, além de outras pessoas ligadas à gestão empresarial, principalmente os trabalhadores de origem haitiana, que foram ou serão contratados pelas empresas catarinenses, além de profissionais de outras instituições (sindicatos, entidades de assistência, órgãos não governamentais) que estão efetivamente engajados na questão das migrações internacionais, seja na área de formulação de políticas, na coordenação de projetos ligados ao tema ou no campo acadêmico. O objetivo principal das entrevistas tem por escopo estabelecer contatos com esses atores, com o propósito de desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa das atuais migrações internacionais e entender, a partir das políticas migratórias, a posição do trabalhador imigrante nesse contexto.

A opção foi a realização de entrevistas estruturadas e semiestruturadas a partir da elaboração de questionários comuns a todos os entrevistados, de acordo com a posição ocupada por eles no contexto, complementada por questões mais específicas (conforme a pessoa e a função ocupada), voltadas à percepção dessas pessoas em relação ao tema das migrações internacionais. Os roteiros utilizados nas entrevistas não se revestem de rigidez, permitindo flexibilidade no decorrer de cada entrevista, a fim de acrescentar, alterar ou excluir questões, bem como suas ordens.

2 MIGRAÇÕES NO BRASIL E MUNDOS DO TRABALHO

Desde a virada do milênio que o Brasil recebe consideráveis parcelas de imigrantes procedentes de vários países e continentes. Isso acontece por razões socioeconômicas dos países de origem dos migrantes, mas em especial pela conjuntura socioeconômica do Brasil na última década. Dentre os grupos de imigrantes que o Brasil recebeu ou vem recebendo, destacam-se os haitianos, objeto desta pesquisa, que nos últimos anos ingressaram no país em contingentes consideráveis. E o estado de Santa Catarina é o “acolhedor” desses imigrantes, os quais se dirigem ao Brasil em busca de trabalho e renda, com a expectativa da reconstrução de suas vidas em território brasileiro.

A história da imigração/emigração no Brasil é recheada de singularidades e especificidades, tendo o país experimentado processos de imigração significativos ao longo de sua história e, em um período recente, vivenciado um processo de emigração. Portanto, considerou-se imperativo fazer uma digressão e contextualizar esses processos migratórios que permearam e ainda permeiam a história social, econômica, política e cultural do Brasil.

2.1 IMIGRAÇÕES NO PERÍODO DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Os registros históricos mostram que o Brasil é reconhecidamente um país de imigração, atraindo, desde a chegada dos primeiros navegadores no século XV e durante o seu processo de colonização, grande leva de imigrantes europeus e africanos, com o objetivo de ocupação de seu território. (PAIVA, 2014). Essa característica de país imigrante se consolida com a independência de Portugal, em 1822; entretanto, é somente a partir de 1870 que o Brasil passa a receber grande contingente de imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses, os quais passam a ocupar a parte não colonizada do território, estabelecendo-se nas diversas regiões do país. (TEIXEIRA, 1996). Nesse período, a abolição da escravidão e a proibição do tráfico negreiro fomentaram a imigração, motivadas pela necessidade de substituição da mão de obra escrava que até então era utilizada no país e constituía grande parte dos trabalhadores da lavoura. (PAIVA, 2014).

A partir do final do período imperial, com a abolição da escravidão e com o início do período republicano, o Brasil passou a estimular o ingresso de imigrantes em solo brasileiro, com o propósito de povoar o território e incentivar o desenvolvimento de sua economia. Os imigrantes, originados principalmente da Europa, vislumbravam

possibilidades de construção de uma nova história de vida e econômica em território brasileiro, para onde se deslocaram a partir da segunda metade do século XIX.

A primeira corrente imigratória no território brasileiro foi representada pelos portugueses que vieram fazer a vida no país, na condição de primeiros colonizadores, os quais possuem uma relação muito íntima com a história do Brasil, que, por sua vez, tem o seu desenvolvimento histórico muito aliado aos lusitanos, inicialmente por ter sido colônia de Portugal por mais de trezentos anos e, depois, por ter abrigado grande fluxo de imigrantes portugueses durante o transcorrer do século XIX e no início do século XX. (GASPARETTO JUNIOR, 2013).

Afirma Gasparetto Júnior (2014, p.1) que em termos de migração espontânea, os portugueses representaram a maior onda imigratória no Brasil:

A Imigração Portuguesa no Brasil representou a segunda maior corrente de estrangeiros que vieram fazer a vida no país. Mesmo na condição de colonizadores do Brasil, os portugueses só perderam a primeira posição para os africanos que foram trazidos ao Brasil em enorme proporção.

Em que pese o grande contingente de pessoas que ingressaram no território brasileiro durante o período da colonização fosse representado por nativos do continente africano, estes não podem ser considerados imigrantes, na acepção da palavra, visto que não migraram para o Brasil espontaneamente, mas por intermédio de um processo de escravidão estabelecido pela Coroa Portuguesa, objetivando disponibilizar mão de obra para a exploração dos recursos naturais existentes nas novas terras que haviam iniciado a colonizar.

Embora não seja vista pelos historiadores como uma imigração, a escravidão africana no Brasil foi um movimento migratório, todavia, realizado de maneira forçada. Teve início na segunda metade do século XVI e se ampliou durante os séculos XVII e XVIII, até ser proibida em 1850.

Quanto à história da imigração portuguesa no Brasil, esta remonta à chegada dos primeiros lusitanos ao território brasileiro, em abril de 1500, quando houve, de fato e de direito, a tomada de posse das terras por Pedro Álvares Cabral e a inclusão do território brasileiro dentre as possessões portuguesas, quando “os territórios do extremo sul da

América portuguesa, delineados pelo Tratado de Tordesilhas, eram simplesmente desconhecidos dos europeus.” (FARIAS, 2001, p.54).

Os primeiros imigrantes portugueses ingressaram no Brasil a partir de 1500, por força do Estado Português, mas não tinham interesse em residir no território brasileiro, o que acarretou a emigração de indivíduos problemáticos como alternativa encontrada por Portugal para se livrar de pessoas indesejáveis, transferindo-as, dessa forma, para as novas terras das quais tomara posse. (GASPARETTO JÚNIOR, 2014).

Ainda segundo Gasparetto Júnior (2014, p.1):

Tampouco Portugal estava obstinado a empreender esforços na colonização do Brasil, a situação só mudou quando outras nacionalidades, como é o caso dos franceses, tentaram se apropriar do Brasil. Esta primeira fase que marca o século XVI e XVII é caracterizada pela baixa imigração portuguesa, é um período restrito, ainda sem muitos atrativos nas terras do Novo Mundo.

O interesse dos imigrantes portugueses pelo Brasil, que inicialmente fora pouco durante o início do período de colonização quando, inicialmente, se exploravam as atividades de extração de madeira e cultivo da cana de açúcar, passou por uma grande mudança no final do século XVII com a descoberta do ouro no território brasileiro. O metal precioso era muito cobiçado na Europa e despertava o interesse das nações. Tendo a notícia se espalhado rapidamente em Portugal, milhares de portugueses abandonaram seu país de origem e migraram para o Brasil, fazendo com que a posição colonial desta terra passasse por uma situação sem precedentes, estabelecendo a fase do ouro que marcou o país, a qual se desenvolveu durante todo o século XVIII. (GASPARETTO JÚNIOR, 2014).

Ainda no século XVIII, a edição da Provisão Régia de 09 de agosto de 1747 possibilitou aos casais de origem açoriana o estabelecimento em território brasileiro. Todavia, como bem definiu Iotti (2003, p.2), “convém salientar que os açorianos eram súditos portugueses, não podendo ser considerados imigrantes.”

Os imigrantes oriundos dos Açores, um arquipélago de extensão e população reduzidas, tiveram fundamental importância no processo de ocupação do sul do Brasil, e também de outras áreas do país, a partir de meados do século XVIII, para onde os açorianos emigraram em busca

de melhores condições de vida e deram início a um novo processo de colonização do território brasileiro. (FARIAS, 2001).

No início do século XIX, quando o ouro já não mais consistia na principal fonte de renda do país e o Brasil concentrava sua atividade econômica na cultura do café, principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná, e com a mudança da Família Real portuguesa para a colônia, um grande contingente de portugueses decidiu acompanhar a corte lusitana e emigrou para o território brasileiro. Mas foi a partir de 1822, com a independência do Brasil do Estado Português, que realmente os portugueses passam a ser considerados imigrantes com a passagem para um Estado diferente de Portugal. (GASPARETTO JÚNIOR, 2014).

Com a abolição da escravatura em 1850, em que pese ainda houvesse resistência dos proprietários das fazendas de café em respeitar os ditames estabelecidos pela “Lei Áurea”, iniciou-se no Brasil um processo de abertura e incentivo às imigrações internacionais, não sendo ainda o contingente escravo reconhecido como de imigrantes. Segundo a concepção de Seyferth (2002, p.118):

O pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus – portanto distinto da grande propriedade escravagista – foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX.

Com a independência do Brasil, a imigração passou a fazer parte da política Imperial, pois o sul do Brasil continuava despovoado e, assim sendo, alvo da cobiça dos países vizinhos, situação que motivou o incentivo ao estabelecimento de colonos imigrantes nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, política essa que teve continuidade a partir da Proclamação da República em 1889.

2.2 O PAPEL DO TRABALHADOR IMIGRANTE NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO DURANTE O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

A imigração estrangeira para o Brasil, embora esteja vinculada à abolição da escravidão em 1888, possui relação de proximidade com outros condicionamentos externos. As tensões entre trabalhadores e

grandes proprietários, o esgotamento de terras na Europa, o exaurimento das florestas europeias, as crises agrícolas, a opressão fiscal, as políticas comerciais, o desemprego e os sistemas econômicos deficientes (desenvolvimento do capitalismo e segunda Revolução Industrial) verificados na Europa, incapazes de garantir trabalho e renda para todos, foram determinantes para o fluxo imigratório no Brasil a partir da segunda metade do século XIX.

Ante a iminência da abolição da escravidão no Brasil, a partir de meados do século XIX, a Lei Áurea concretizou legalmente a referida abolição, a qual foi sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888. Após esse evento, o governo passou a incentivar o ingresso de imigrantes no país, diante da necessidade de mão de obra qualificada destinada a substituir os escravos – até então a grande massa trabalhadora no país.

A imigração, que já havia se intensificado a partir de 1818 com o ingresso de não portugueses durante a regência de D. João VI, teve grande importância para o desenvolvimento do Brasil no século XIX devido ao enorme tamanho do território brasileiro (TOGNI, 2015). Com a chegada dos imigrantes, após quase quatro séculos do sistema escravocrata no Brasil, a economia e a sociedade brasileira ingressam no sistema de trabalho assalariado, ainda que essa transição tenha se mostrado difícil, com a semiescravidão do trabalhador europeu (SANTOS, 2008).

É também durante o século XIX e início do século XX que ocorre o grande movimento migratório de portugueses para o Brasil. Pontua Gasparetto Júnior (2014, p.1-2) que:

É ao longo do século XIX e na metade inicial do século XX que ocorre a grande imigração portuguesa no Brasil. A perda da colônia gera problemas econômicos para Portugal, que fica incapaz de sustentar sua população adequadamente. A Europa passa por momentos revolucionários e contestatórios no século XIX, oferecendo outro elemento para emigração. Mas, no caso do Brasil, é principalmente a necessidade de mão de obra na lavoura e nas nascentes indústrias que faz impulsionar a imigração. Neste contexto, os portugueses ficam atrás apenas dos italianos como correntes migratórias que chegaram no Brasil. O crescente cenário de abolição do trabalho escravo desperta nos

cafeicultores o interesse pelo trabalhador livre estrangeiro.

Entretanto, foi da Itália que veio o maior número de trabalhadores para o Brasil, com destino às fazendas de café. A crise vivida naquele país fez despertar nos italianos a ideia de que no Novo Mundo começariam uma vida melhor, o que os motivou a migrar para o território brasileiro em grande número.

Em que pese a política de substituição de escravos por trabalhadores imigrantes adotada pelo Estado brasileiro a partir do século XIX, o qual despertou o interesse de trabalhadores rurais italianos que não migraram para o Brasil tão somente pelo estímulo que era divulgado pelo governo brasileiro, mas, principalmente, pelas precárias condições de vida que estavam experimentando na Itália em decorrência do estabelecimento do processo de produção capitalista, como bem descreve Iotti (2003, p.11-12):

No caso da Itália, a emigração vinculou-se, inicialmente, ao descarte da população pobre, expulsa do processo produtivo, em função do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, efetivado pelo recém instaurado Estado unitário. No século XIX, a unificação italiana e a incorporação da península ao sistema capitalista não incluíram as camadas populares. Os camponeses foram expulsos da terra. O pequeno artesanato foi parcialmente destruído. A indústria mostrou-se incapaz de absorver a mão de obra disponível. Assim, os italianos pobres foram obrigados a buscar, em outros países, as condições de vida que sua pátria lhes negava.

O Brasil foi um dos destinos preferidos dos trabalhadores italianos para tentar estabelecer uma nova condição de vida. O desenvolvimento do café e sua representatividade na economia brasileira do século XIX levaram os grandes fazendeiros dessa cultura a contratar estrangeiros para trabalhar em suas terras, fazendo com que os governos provinciais e também o Governo do Império viessem a formular políticas oficiais de imigração, com o propósito de disponibilizar mão de obra para trabalhar na atividade cafeeira.

Assinala Togni (2014, p.1) que:

Dois terços dos imigrantes chegados a São Paulo foram empregados nas plantações de café. Um contrato de trabalho padrão era preparado pelo escritório de imigração. Tratava-se de um contrato de um ano. Esse contrato previa o pagamento de um salário base proporcional ao número de pés de café atribuídos ao trabalhador. A esse salário base juntava-se uma soma variável (uma espécie de prêmio), em função da colheita obtida. Ao lado dessas retribuições monetárias, o trabalhador recebia um pedaço de terra que podia cultivar por sua conta.

O trabalhador imigrante que veio para o Brasil pressionado pelo empobrecimento decorrente do desenvolvimento do sistema capitalista europeu e que sonhava em aqui se tornar um pequeno proprietário rural, encontrou uma situação precária de endividamento com o proprietário de latifúndios, que financiava a passagem de vinda e o tornava subalterno. O proprietário do latifúndio, despreparado para lidar com o sistema assalariado e habituado ao modelo escravocrata, criava formas de prender o imigrante por meio do endividamento, obrigando-o, inclusive, à compra de víveres para sua subsistência e para a de sua família na mercearia de sua propriedade, estabelecendo a coexistência de formas capitalistas com o modelo de semi-servidão em pleno limiar do século XX. (TOGNI, 2015).

A prisão pelo endividamento, iniciado a partir do financiamento da viagem pelo latifundiário, se ampliava com a chegada dos imigrantes ao Brasil. O proprietário da fazenda onde as famílias imigrantes iriam trabalhar disponibilizava a estas, desde a chegada ao porto brasileiro, transporte, alimentação, arranjos de cama e outros objetos necessários ao preparo das refeições, que seriam utilizados durante o trajeto até o local aonde iriam se estabelecer, bem como as instalações do lugar onde iriam residir. Tudo isto, é claro, já ia sendo debitado em suas contas.

Nesse contexto, estabeleceram-se os primeiros imigrantes que se deslocaram da Europa para o Brasil com o sonho de serem donos de um pedaço de terra para o início da reconstrução de suas vidas, movidos pela esperança de enriquecer na América. (TEIXEIRA, 1996). Entretanto, o que encontraram foi um cenário de dificuldades imensas que estabelecia um sistema de prisão do trabalhador ao dono da terra e da venda. Apesar da adesão à visão eurocêntrica que exclui o negro e opta pelo trabalhador imigrante, ainda prevalece o preconceito ao trabalho braçal, levando o proprietário do latifúndio a desconsiderar o

imigrante como homem livre, colocando-o, inclusive, sob vigilância. (TOGNI, 2015).

A situação difícil experimentada pelos imigrantes na região central do Brasil não foi nem um pouco diferente daquela que lhes foi proporcionada pelo Estado brasileiro quando este decidiu enviar esforços para colonizar a região sul do país, onde se estabeleceram colônias de imigrantes, principalmente de origem alemã e italiana, as quais, além das dificuldades de desbravar e colonizar o território, se deparavam com a necessidade de enfrentamento aos nativos indígenas e aos animais selvagens ainda existentes em grande número na região.

A imigração, a partir do século XIX, passou a ser vista no Brasil como um processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação e colonização das terras devolutas², utilizando-se do pressuposto da superioridade branca como argumento para o estabelecimento no sul do país de um modelo de colonização em pequenas propriedades e com base na vinda de trabalhadores europeus que aqui formaram núcleos e colônias, num modelo diferente do sistema escravagista que passou a ser construído a partir de meados daquele século. (SEYFERTH, 2002).

Uma visão do sistema vigente no processo de colonização brasileiro é explicitada por Seyferth (2002, p.118):

² Terras devolutas são terrenos públicos, ou seja, propriedades públicas que nunca pertenceram a um particular, mesmo estando ocupadas. Diferenciam-se por não estarem sendo aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal que não tenha sido legitimamente incorporado ao domínio privado (Art. 5º do Decreto-Lei nº 9.760/46), enquanto que as terras públicas pertencentes ao patrimônio fundiário público são aquelas inscritas e reservadas para um determinado fim. (ROCHA, 2010).

O termo "devolutas" relaciona-se com a decisão de devolução dessas terras para o domínio público ou não, dependendo de ações judiciais denominadas discriminatórias.

Com a conquista do Brasil, todo o território passou a integrar o domínio da Coroa portuguesa. Dessas terras, largos tratos foram trespassados aos colonizadores mediante as chamadas concessões de sesmarias e cartas de data, com a obrigação, aos donatários, de medi-las, demarcá-las e cultivá-las, sob pena de comisso (reversão das terras à Coroa). (MELLO, 2002).

As terras que não foram trespassadas, assim como as que caíram em comisso, constituem as terras devolutas. Com a independência do Brasil, passaram a integrar o domínio imobiliário do Estado brasileiro, englobando todas essas terras que não ingressaram no domínio privado por título legítimo ou não receberam destinação pública. (LENZA, 2012).

As terras devolutas estão dentro da Matéria do Direito Constitucional – Título III – Da Organização do Estado na Constituição Federal brasileira.

Assim, a colonização não seguiu, exclusivamente, o princípio civilizatório que exigia imigrantes brancos europeus; tampouco significou uma recusa ao modelo escravista de exploração agrícola. Surgiu de uma lógica geopolítica de povoamento, articulada à ocupação de terras públicas consideradas “vazias” – sem qualquer consideração pela população nativa, classificada como nômade e incivilizada, na medida em que este sistema de ocupação territorial avançou a partir da década de 1840 (quando terminou a revolução farroupilha).

Apesar de todas as dificuldades encontradas pelos imigrantes, estes ocuparam papel de relevante importância no desenvolvimento da economia brasileira a partir da segunda metade do século XIX, o que está evidenciado pelo grande número de imigrantes que ingressaram no país no período da transição do Império para a República, conforme dados disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Quadro 1 - Imigração para o Brasil, por nacionalidade e períodos

Nacionalidade	Períodos					Total
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	
Alemães	22.778	6.698	33.859	29.339	61.723	154.397
Espanhóis	113.116	102.142	224.672	94.779	52.405	587.114
Italianos	510.533	537.784	196.521	86.320	70.177	1.401.335
Japoneses	0	0	11.868	20.398	110.191	142.457
Portugueses	170.621	155.542	384.672	201.252	233.650	1.145.737
Sírios e libaneses	96	7.124	45.803	20.400	20.400	93.823
Outros	66.524	42.820	109.222	51.493	164.586	434.645
Total	883.668	852.110	1.006.617	503.981	713.132	3.959.508

Fonte: IBGE, 2000.

Fatores de diversas ordens e em vários momentos ao longo da história fizeram com que as pessoas deixassem seus países de origem e buscassem fixação em outras regiões do planeta, sendo que na maioria das vezes os motivos desses deslocamentos mantinham relação com a busca pelo trabalho. Mesmo que se tratassem de migrações

involuntárias, como no caso dos escravos trazidos para o Brasil durante a colonização, estavam relacionados com essa questão. (SALADINI, 2011).

Os portugueses, com a descoberta das novas terras; os imigrantes africanos, com a escravidão; e os europeus, a partir do século XIX, formaram a grande massa de imigrantes que ingressaram no Brasil desde o seu descobrimento e foram os responsáveis pelos processos de colonização e desenvolvimento da economia brasileira até o despertar do país para a implantação da fase de crescimento da indústria, iniciada na primeira metade do século XX.

A partir da década de 1950, novamente o Brasil desperta a atenção de imigrantes, principalmente da Europa e do Japão, em decorrência da grande destruição que se abateu sobre estes territórios e das dificuldades na reconstrução deles em decorrência da segunda grande guerra. Estes imigrantes juntaram-se àqueles que já se encontravam em território brasileiro a partir da segunda metade do século XIX e passaram a contribuir decisivamente para os processos de crescimento industrial e desenvolvimento brasileiro, agregando suas experiências de produção, não somente à produção agrícola, mas também à industrial.

2.3 A EMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES BRASILEIROS PÓS-CRISE DA DÉCADA DE 1980

O Brasil, até então tido como um país de imigração desde o marco do seu descobrimento em abril de 1500, que incentivou o ingresso de grandes levas de trabalhadores estrangeiros em seu território a partir século XIX e acolheu um expressivo contingente de imigrantes, principalmente de origem europeia e japonesa, a partir do final da segunda grande guerra, experimentou um período em que houve uma sensível redução no interesse de trabalhadores migrantes em se instalar em território brasileiro, em virtude da política de austeridade implantada pelo regime militar a partir da década de 1960 e da crise econômica vivenciada pelo país nas décadas de 1970 e 1980.

O crescimento e o desenvolvimento econômico estão diretamente ligados por meio de relações de natureza complexa com o crescimento da população, sendo o foco de estudiosos ao longo do tempo, gerando vasta bibliografia sobre o tema, o qual demonstra evidências capazes de comprovar as inter-relações entre os dois processos, as quais podem ser encontradas nas conexões entre eles. (PAIVA; LEITE, 2005).

O desenvolvimento econômico brasileiro divide-se em fases, as quais se encontram associadas ao crescimento e expansão da economia nacional, desde o descobrimento do Brasil.

Brum (2011, p.21) destaca quatro fases distintas no processo econômico brasileiro:

- a) a fase primária exportadora (1500-1930); b) a tentativa da construção de um desenvolvimento nacional e autônomo através da industrialização;
- c) a fase de desenvolvimento associado dependente, aprofundada a partir de 1964; e d) a fase de inserção (subordinada ou interdependente e soberana?), com maior aprofundamento na economia global, a partir do início da década de 1990.

Na fase primária exportadora (1500-1930), a economia brasileira baseava-se exclusivamente nas atividades agropecuárias e extrativas, sendo os produtos destinados à exportação; na segunda fase (1930-1964), assinalada por mudanças profundas na evolução do cenário nacional, cujo marco central foi a Segunda Guerra Mundial, a economia nacional, por ação da iniciativa privada, sem participação das autoridades governamentais e mesmo à revelia destas, o Brasil iniciou um incipiente avanço de sua indústria, num processo de industrialização tardia, com cento e cinquenta anos de atraso em relação às economias mais desenvolvidas do planeta; na terceira fase, a partir do Golpe Militar de 1964, o governo buscou, no plano econômico, reordenar a economia, reformar e modernizar o sistema capitalista e criar condições adequadas à expansão do capital, além de procurar corrigir as distorções internas e, também, restabelecer a credibilidade do Brasil no exterior; na quarta fase, iniciada a partir de 1990, o Brasil buscou definir limites para superar a maior crise vivida pelo país ao longo da década de 1980, estabelecendo uma nova etapa de desenvolvimento socioeconômico, sustentado nos marcos da economia de mercado definidos na Carta Magna de 1988. (BRUM, 2011).

No período de 1968 a 1973, que ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro” e também denominado pelos opositoristas como “anos de chumbo”, o Brasil experimentou um excepcional crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, passando de 4,8% em 1967 para índices que superaram a casa dos dois dígitos já a partir de 1968, atingindo seu pico máximo de 14,0% em 1973. (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI,

2008; BRUM, 2011). Paradoxalmente ao crescimento econômico deste período, verificou-se expressivo aumento da concentração de renda e da pobreza, bem como o aumento considerável dos índices de inflação, que passaram de 25,5% em 1968 para 34,55% em 1974. (BCB, 2014).

O ambicioso projeto de crescimento econômico estabelecido pelo regime militar brasileiro iniciou seu processo de decadência a partir do ano de 1974, com a crise mundial do petróleo que se abateu sobre o planeta. Lastreado em financiamentos externos para as obras na infraestrutura econômica na indústria básica, bem como para os “projetos faraônicos” empreendidos durante o período da ditadura, a dívida externa se elevou a patamares astronômicos durante os anos 1970 e início dos anos 1980, atingindo o montante de 91,0 bilhões de dólares em 1984. (BCB, 2014). Nesse período, verificou-se um constante arrocho salarial, aumento da inflação, elevação do endividamento interno e a situação econômica entrando em colapso com o segundo choque do petróleo em junho de 1979, além da cessação do financiamento externo em setembro de 1982. (BRUM, 2011).

A década de oitenta do século passado foi marcada por uma profunda crise econômica e o fim da ditadura militar que reinou de 1964 a 1985, mesmo considerando-se, em contrapartida, que o retorno da democracia tenha possibilitado uma reorganização do movimento social em um patamar nunca alcançado até então. (MARANGONI, 2012).

A crise dos anos 1980 ficou marcada pelo esgotamento do projeto de desenvolvimento, o esgotamento da matriz industrial, a crise da dívida externa, o redirecionamento de capitais, a falência financeira do estado brasileiro, agravando-se frente à inexistência de um novo projeto nacional. (BRUM, 2011).

Os anos 1980 ficaram conhecidos na América Latina como a “década perdida” em termos econômicos, tendo sido assinalados pela estagnação das taxas de crescimento, aceleração da inflação, perda do poder de compra dos salários, aumento nos níveis de desemprego, déficit da balança de pagamentos, gerando resultados medíocres na economia do continente sul americano. (MARANGONI, 2012). A maioria dos países latino-americanos mergulhou em crises durante a década de 1980, provocadas por estrangulamentos e dificuldades internas, sendo a maior delas o endividamento financeiro nos bancos internacionais, principalmente nos norte-americanos. (BRUM, 2011).

O cenário de economia em decadência e o excessivo rigor político implantado pelo regime militar, num sistema ditatorial que impedia a livre expressão e as iniciativas particulares, com perseguições políticas, prisões e desaparecimento de presos, aliado à falta de uma

legislação voltada às políticas de imigração, despertava muito mais o interesse de brasileiros em migrar do seu próprio território do que de estrangeiros em migrar para o Brasil, fazendo o país adquirir características de um país de emigração.

Essa conversão em país de emigração, além dos motivos já mencionados e motivados, também, por fatores como o desemprego, a inflação alta, a perda sistemática do valor real do salário, a queda da atividade econômica, caracterizando a crise dos anos 80, fez com que um grande contingente de mais de 600 mil brasileiros deixasse o país nas décadas de 1980 e início de 1990, sendo os destinos mais procurados os Estados Unidos, o Paraguai, o Japão, o Uruguai e a Bolívia. (ADAS, 2004).

Os Estados Unidos, a maior economia do planeta e em plena ascensão na década de 1980, foi o destino preferido dos brasileiros que buscavam naquele país, principalmente nas cidades de Nova Iorque, em Boston, e Miami, na Flórida, melhores oportunidades de vida e econômicas do que aquelas que estavam vivenciando no Brasil. Outro dos destinos escolhidos foi o Paraguai que, já a partir da década de 1970, permitiu o acesso de brasileiros às terras que ficam perto da fronteira com o Brasil, os quais foram atraídos pelo baixo custo da terra, gerando um grande fluxo de migração para aquele país, formando uma geração de migrantes que ficou conhecida como “brasiguaios”. (ADAS, 2004).

Também para o Japão, a partir da segunda metade da década de 1980, tornou-se notória a emigração de brasileiros descendentes de japoneses para aquele país, caracterizados pelos chamados “decasséguis”, motivados pela expressiva e intensa atividade econômica que se verificava no território japonês. (SASAKI, 2000). Esse cenário de destaque da economia japonesa também é enfatizado por Sasaki (2006, p.105):

Enquanto no Brasil, a década de 1980 foi caracterizada pela recessão econômica, inflação e desemprego, do outro lado do planeta, o Japão experimentava um *boom* econômico durante a segunda metade dessa década. As pequenas e médias empresas demandavam mão-de-obra estrangeira – o que influenciava em toda a economia japonesa, porque no final da cadeia produtiva encontravam-se as pequenas firmas, que recebiam encomendas das grandes empresas montadoras por meio do sistema de

subcontratação. Como nessas pequenas empresas não havia perspectiva de carreira ou ascensão profissional, os japoneses – sobretudo os mais jovens, escolarizados, que ingressavam no mercado de trabalho – recusavam-se a trabalhar nelas, por não as considerarem oportunidades viáveis de ascensão ou mobilidade social, preferindo as empresas maiores, mais competitivas, porém com maior possibilidade de ascensão profissional.

Para o Uruguai e para a Bolívia, os motivos que atraíram os brasileiros foram o baixo preço das terras, igualmente ao que aconteceu com os que emigraram para o Paraguai. Um grande número de agricultores e pecuaristas gaúchos emigraram para o território uruguaio, onde passaram a produzir arroz e criar gado, já em relação ao território boliviano, o motivo que atraiu os brasileiros foi a facilidade de compra de terras para a cultura da soja, principalmente na região de Santa Cruz de La Sierra. (ADAS, 2004).

A Inglaterra foi outro destino preferido dos brasileiros a partir da década de 1980, para onde muitos emigraram, atraídos pela disponibilidade de trabalho, ainda que, inicialmente, realizassem extensas jornadas em empregos informais e de baixa qualificação, nos quais a questão econômica apareceu como um dos fatores decisivos para o projeto migratório, destacando-se as facilidades de consumo, maior mobilidade e acesso aos bens e serviços, possibilidades de viagens e novas formas de mobilidade e sociabilidade. (MARTINS JÚNIOR, 2013).

Verifica-se que não apenas as questões econômicas e financeiras determinam a escolha dos destinos pelos migrantes. Fatores relacionados com a origem dos antecedentes familiares e a já existência no exterior de parentes ou amigos que migraram anteriormente, influenciam na decisão sobre o destino escolhido. Conforme Biagioni (2010, p.5):

Os estudos sobre o regime de mobilidade social atentam fundamentalmente para dois fatores associados. Os fatores exógenos são próprios da dinâmica de mercado e trabalho como as transformações estruturais – mudanças demográficas, econômicas, políticas, etc. Essas transformações alteram o tamanho das posições

sociais na total estrutura. Os fatores endógenos, por outro lado, estão relacionados estritamente com a associação entre destino e origem social. O foco está em analisar a desigualdade de oportunidades e mobilidade a partir da origem social segundo características herdadas e adquiridas e demais efeitos que se mostram importantes para determinar o destino social.

Nos processos de mobilidade social, os migrantes difundem práticas e ideologias e constroem e ampliam identidades, criando redes de conexões em diferentes espaços, e estabelecem um processo de contínuo avanço do vínculo entre mobilidades humanas e mobilidades sociais, por meio dos movimentos transnacionais e migratórios e sociais dos tempos atuais, decorrentes do processo de globalização. (RIVA, 2014).

O contexto proporcionado no Brasil com a crise de 1980 levou muitos brasileiros a procurar não só os destinos já mencionados como também os de outros países, formando comunidades em diversas regiões do planeta, com destinos prioritários para a América do Norte, Europa, América do Sul, Ásia, Oriente Médio, Oceania, África e América Central, nessa ordem. (MARINUCCI, 2008).

Para Biagioni (2010, p.5), “os estudos de mobilidade social comparada entre os países desenvolvidos e industrializados demonstram que o regime de desigualdades, de oportunidades e de mobilidade está ligado às características particulares da mobilidade social de cada país.” Sendo assim, “importa entender, primeiramente, a formação da estrutura social e da dinâmica de transformação do mercado de trabalho como reflexo dos fatores exógenos ou estruturais”, possibilitando identificar as causas principais dos movimentos migratórios.

Para Martins Júnior (2013, p.813), ao analisar os dados quantitativos dos brasileiros que vivem em Londres, estes “encaixar-se-iam, *a priori*, exatamente no modelo de migrante presente nas teorias econômicas neoclássicas”, pelo qual os migrantes se deslocam de uma região para outra do planeta com a clara intenção de obter trabalho e renda, em regiões com escassez de mão de obra e com salários mais atrativos, trabalhando em jornadas prolongadas e estafantes, com o propósito de acumular capital e retornar futuramente ao país de origem.

Os dados divulgados pelo Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2015) demonstram o contingente de brasileiros vivendo no exterior em 2007, quando já se

constatava expressiva redução da emigração brasileira, em decorrência do crescimento econômico verificado no país a partir do final do século XX e, principalmente, do início do século XXI.

Quadro 2 - 20 países de maior estimativa de brasileiros – 2007

TABELA				
País	Maior	Menor	Estimativa	% s/total
	Estimativa	Estimativa	Posto Consular	Est. P. Cons.
Estados unidos	1.490.000	843.505	1.240.000	40,73%
Paraguai	515.517	204.890	487.517	16,01%
Japão	310.751	310.000	310.000	10,18%
Reino Unido	300.000	150.000	150.000	4,93%
Portugal	160.000	69.518	147.500	4,84%
Itália	132.000	110.000	132.000	4,34%
Espanha	150.000	74.085	110.000	3,61%
Suíça	60.000	22.861	55.000	1,81%
Alemanha	59.338	21.211	46.209	1,52%
Bélgica	43.638	3.625	43.638	1,43%
Argentina	42.921	37.114	38.500	1,26%
França	30.000	19.061	30.000	0,99%
Canadá	20.850	11.210	20.650	0,68%
Guiana Francesa	70.000	20.000	20.000	0,66%
Uruguai	21.353	10.982	18.848	0,62%
México	18.457	18.000	18.000	0,59%
Holanda	25.000	13.964	16.399	0,54%
Bolívia	46.600	13.774	15.091	0,50%
Israel	15.000	15.000	15.000	0,49%
Austrália	13.000	7.713	12.000	0,39%
Total dos 20	3.524.425	1.976.513	2.926.352	96,11%
Total de brasileiros	3.735.826	2.059.623	3.044.762	100,00%

Fonte: DAC/MRE.

As grandes colônias de brasileiros no exterior foram formadas, principalmente, nos anos 1980 e início dos anos 1990 e transformaram o Brasil em um país de emigração em decorrência da crise econômica que se abateu não somente sobre o país, mas também sobre toda a América Latina, naquelas duas décadas, com o propósito acima descrito. Entretanto, esse movimento perdeu força e foi reduzido expressivamente a partir do início deste século, motivado pela retomada do crescimento econômico brasileiro.

Conforme assinala Almeida (2014, p.1), ao escrever sobre o retorno ao país dos emigrantes, “houve uma ligeira redução no tamanho da comunidade ‘brazuca’. Ela pode ser atribuída tanto aos efeitos da crise econômica da Europa, EUA e Japão, como, inversamente, ao crescimento econômico do Brasil, contribuindo para a volta de muitos brasileiros.”

2.4 A ASCENSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA A PARTIR DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

A taxa de crescimento de longo prazo da economia brasileira a partir de meados dos anos 1980 foi decepcionante, estabelecendo um desempenho medíocre, que não pode ser atribuído à crise internacional, mas sim a problemas de ordem interna, dentre os quais podem ser citados a carga tributária excessiva, a baixa poupança do setor público, a infraestrutura precária, o baixo nível educacional da população, a alta proteção à indústria nacional, a legislação trabalhista ultrapassada e a fragilidade de instituições capazes de garantir contratos comerciais e proteger a concorrência justa. (MENDES, 2013).

Em que pese o Brasil não ter crescido economicamente ao longo de um período de doze anos (1981-1992), há que se valorizar os avanços sociais alcançadas neste período, onde foi possível construir instituições democráticas capazes de assegurar as liberdades políticas e resguardar os princípios da cidadania e os direitos individuais. A democracia reassumiu o reconhecimento como valor a ser preservado e vivenciado. (BRUM, 2011).

Se do ponto de vista econômico a década de 1980 foi considerada uma década perdida, há que registrar que, do ponto de vista político, ela foi considerada uma década ganha, na qual se formaram e se firmaram incontáveis números de entidades – Centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais e partidos populares – a partir das maiores mobilizações até então presenciadas em toda a história brasileira, abrindo-se uma nova fase histórica e cultural para o país. (MARANGONI, 2012).

Pode-se dizer que a democracia foi um dos ganhos políticos da década perdida economicamente, aliada ao surgimento e à consolidação de um espaço regional de coordenação de políticas, cujos desdobramentos positivos ainda se fazem presentes, além de acontecimentos relevantes no que diz respeito à aproximação dos governos latino-americanos. No cenário interno brasileiro, há que se considerar que os avanços sociais conquistados na década perdida

serviram de parâmetros e de base para a retomada do crescimento econômico verificado a partir do final do século XX e início do século XXI.

A partir dos anos 1990, com a reconquista da democracia e ampliação dos movimentos sociais, novos atores passaram a ocupar papel de destaque no contexto político e econômico nacional, iniciando-se a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e prosseguindo com o governo Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) que, por sua vez, foi sucedido por Dilma Rousseff a partir do ano de 2011.

No ano de 1994, durante o governo de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, à época Ministro da Economia, liderou uma equipe de economistas que idealizaram o Plano Real, o qual tinha como objetivo principal o controle da hiperinflação que assolava o Brasil. O êxito do plano assegurou o sucesso político de Fernando Henrique Cardoso, tornando-o vitorioso nas eleições presidenciais daquele ano.

A política de estabilidade econômica e de continuidade do Plano Real serviu, ainda, como a principal bandeira de campanha para a reeleição de Fernando Henrique Cardoso durante a campanha eleitoral de 1998, quando foi reeleito presidente do Brasil já no primeiro turno. No período em que se manteve à frente do executivo brasileiro, Fernando Henrique Cardoso conseguiu manter a estabilidade dos preços em consequência do controle da inflação obtido com a edição do Plano Real e promoveu inúmeras privatizações em setores como telecomunicações, distribuição de energia elétrica, mineração e financeiro.

Com o sucesso do Plano Real, o governo brasileiro ganhou credibilidade no mercado internacional, havendo um ingresso relevante de investimentos estrangeiros no país, com destaque para a indústria automobilística, que trouxe para o Brasil mais de uma dezena de montadoras de automóveis, caminhões e motocicletas. Depois de sofrer os efeitos de várias crises internacionais nas duas décadas anteriores, o país começava a viver um período de expansão econômica.

A partir de 2003, com a ascensão de Luiz Inácio “Lula” da Silva ao poder, após ser vitorioso nas eleições presidenciais de 2002, inicia-se uma nova fase econômica que a primeira década do século XXI fez entrar para a história como um ponto de inversão na trajetória socioeconômica brasileira (POCHMANN, 2013), superando a regressão econômica vivenciada no Brasil nas duas décadas anteriores.

O ciclo de expansão experimentado pela economia brasileira a partir de 2004, que foi interrompido pela eclosão da grave crise bancária

e financeira que assolou a economia mundial em 2008/2009, foi retomado em 2010, embora sob “crescentes desafios derivados do acirramento global da concorrência comercial e industrial.” (SOUZA, 2012, p.6).

Ressalta Souza (2012, p.6) alguns dos fatores que foram fundamentais para a retomada do crescimento econômico no Brasil:

O acúmulo de reservas efetuado no período 2004-2008 somado aos bons fundamentos fiscais permitiu ao governo brasileiro exercer, pela primeira vez em três décadas, uma firme política anticíclica baseada em um conjunto de iniciativas de estímulo do mercado interno, visando sustentar o consumo e reanimar os investimentos.

O governo Lula teve como principais marcas a manutenção da estabilidade dos preços, a retomada do crescimento do país e o investimento em políticas de inclusão social, promovendo a redução da pobreza e da desigualdade social até então vigentes no Brasil, ampliando a taxa de ocupação de trabalhadores em relação ao total da força de trabalho (queda do desemprego) e a formalização do emprego da mão de obra, com consequente queda na pobreza absoluta, políticas essas que alavancaram a sua reeleição em 2006, sendo eleito no segundo turno com mais de sessenta por cento dos votos válidos. (POCHMANN, 2013).

Cruz et al. (2012, p.27) enfatizam as transformações verificadas na economia brasileira durante a primeira década do século XXI:

Todas essas transformações observadas ao longo da década criaram uma conjuntura favorável ao aumento da renda da população, em especial de indivíduos até então localizados na base da pirâmide social. E, principalmente, ampliaram a capacidade de demanda desses milhares de brasileiros, promovendo acesso mais igualitário a bens e melhor qualidade de vida.

Com a melhoria na distribuição de renda, verificou-se, paralelamente, uma redução nas disparidades entre as regiões do país, destacando-se o crescimento do nordeste brasileiro no consumo de varejo, incluindo desde bens essenciais e artigos de vestuário a bens de consumo durável, como eletrônicos, registrando um incremento

acumulado nas vendas do comércio varejista da Região Norte de 102,2% entre 2002 e 2011, atingindo o aumento do comércio nordestino 99,1%, índices que superaram em muito a média do país no mesmo período, que foi de 75,5%. (CRUZ et al., 2012).

Nos oito anos do Governo Lula, a taxa de inflação oficial do País, representada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em sete oportunidades dentro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A exceção ficou por conta justamente do primeiro ano da gestão, em 2003, quando o IPCA, mesmo mostrando uma alta menor, de 9,30%, ante a taxa de 12,53% de 2002, ficou acima da meta ajustada de 8,5% anunciada pelo Banco Central. (BCB, 2014).

Já no período compreendido entre 2007 e 2008, quando a instabilidade se tornou latente nos mercados e converteu-se na pior crise financeira do pós-guerra e, provavelmente, a segunda mais grave depois da Revolução Industrial, sendo a associação entre os desequilíbrios globais e a crise financeira explorada amplamente pela literatura econômica, evidenciou-se uma clara diferença entre o potencial de resistência das economias emergentes, dentre as quais se encontrava o Brasil, e a vulnerabilidade das economias desenvolvidas, com o desempenho das economias emergentes antes e depois da crise financeira continuando a elevar a demanda por *commodities*³. (CRUZ et al., 2012).

E ressaltam Cruz et al. (2012, p.19-20) a importância do contexto internacional nesse período para a economia brasileira:

Essa evolução no cenário internacional teve relevante implicação sobre o comércio exterior do Brasil. O crescimento da participação chinesa no comércio mundial, por exemplo, se refletiu no aumento da importância do país como parceiro comercial e afetou de forma positiva, pelo menos

³ *Commodities* são produtos padronizados, não diferenciados, cujo processo de produção é dominado em todos os países (o que gera uma alta competitividade) e cujo preço não é definido pelo produtor, dada a sua importância para o mercado. Geralmente, são negociados em Bolsas de Valores internacionais e seu valor é definido pelas condições do mercado, daí a impossibilidade de o produtor definir seu preço.

Refere-se a mercadorias em estado bruto ou produtos primários, básicos, com grande importância comercial, como, por exemplo, milho, café, algodão, cobre, petróleo etc., cotados em bolsas internacionais.

quantitativamente, o saldo da balança comercial brasileira nos últimos anos. As exportações brasileiras saltaram de um patamar de US\$ 55 bilhões em 2000 para US\$ 256 bilhões em 2011, enquanto as importações de US\$ 56 bilhões para US\$ 226 bilhões. Como consequência, o saldo deficitário de US\$ 700 milhões em 2000 alcançou um superávit de US\$ 30 bilhões em 2011.

E destacam ainda Cruz et al. (2012, p.22) que o sucesso econômico alcançado pelo Brasil no cenário internacional também refletiu diretamente na economia doméstica, acarretando o desenvolvimento com inclusão social:

No *front* interno, o destaque foi a ascensão de milhares de brasileiros a um novo padrão de renda e consumo. Entre 2001 e 2009, a renda *per capita* das famílias do décimo percentil inferior de renda alcançou crescimento anual médio de 6,8%. Considerando o crescimento demográfico em torno de 2% a.a. para essas famílias, as taxas de crescimento real seriam da ordem de 9% anuais. Esse aumento de renda dos extratos sociais mais pobres viabilizou a migração de milhões de famílias das classes D e E para a classe C, engrossando a nova classe média brasileira, conforme definido por Néri (2008).

O sucesso econômico e social alcançado pelo presidente Lula nos dois períodos sucessivos em que esteve à frente do governo brasileiro foi fundamental para que o Partido dos Trabalhadores obtivesse a vitória nas eleições de 2010 e pudesse dar continuidade aos projetos iniciados oito anos antes, elegendo como sua sucessora a atual presidente Dilma Rousseff, a qual foi reeleita para um segundo mandato em 2014, devendo permanecer à frente do Poder Executivo no Brasil até 2018.

A gestão Dilma Rousseff deu seguimento à boa parte da política econômica do Governo “Lula”. O novo governo começou com mudanças na presidência do Banco Central, defendendo um sistema financeiro sólido e eficiente como condição para o crescimento sustentável, tendo a presidente optado pela permanência do Ministro da Fazenda, com o propósito de dar continuidade à política econômica implementada durante o Governo “Lula”.

Ainda nos meses que antecederam sua posse, a presidente eleita Dilma Rousseff sinalizava que iria priorizar o crescimento econômico, sem descuidar, entretanto, do cumprimento das metas fiscais – superávit primário⁴ – e do monitoramento da política cambial, bem como do controle da inflação.

Durante o seu governo, a presidente Dilma Rousseff vem ampliando os investimentos em programas sociais, como o “Minha Casa, Minha Vida”; “Bolsa Escola”, “Bolsa Família”, dentre outros, com o propósito de manter a iniciativa de inclusão social implementada pelo Governo Lula, visando à redução contínua da pobreza, além de desenvolver programas de desenvolvimento econômico, defendendo a ideia de que a economia forte é aquela em que não existe pobreza.

As medidas econômicas e sociais adotadas pelo governo brasileiro nas duas últimas décadas, levando o Brasil a ocupar a sétima posição no contexto econômico mundial, vêm garantindo a estabilidade da economia e a manutenção de programas de inclusão social. Devedor, nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil passou a ser credor do Fundo Monetário Internacional – FMI, além de ter multiplicado em dez vezes o valor das reservas externas. (POCHMANN, 2013).

Nos últimos anos, tem-se verificado um crescimento tímido na economia brasileira, o que é comprovado por meio da baixa evolução do PIB, com índices abaixo daqueles verificados na década de 2000 a 2010, quando, apesar das crises financeiras internacionais, o crescimento médio foi de 3,7% ao ano, havendo um consenso entre os analistas econômicos, entretanto, de que o cenário externo não ajudou o Brasil nos últimos anos, ao contrário do que ocorreu na década passada. (COSTAS, 2014).

As políticas econômicas aplicadas pelo governo brasileiro nessas últimas duas décadas, superando a recessão gerada pelo declínio do “milagre brasileiro” da década de 1970 e a “década perdida” economicamente de 1980, levaram o Brasil a encontrar o caminho da estabilidade e, por consequência, do crescimento econômico, o que é constatado por meio da demonstração da evolução do PIB – Produto Interno Bruto do Brasil nos últimos anos.

⁴ Superávit primário é o resultado positivo das contas do governo, ou seja, é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando-se os gastos com pagamento de juros. Nas contas do governo, o chamado déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. (SENADO FEDERAL, 2014).

Quadro 3 - Evolução do PIB brasileiro de 1995 a 2014⁵

Ano	PIB	Crescimento	Posição na economia mundial	Presidente
1995	R\$ 731,1 bilhões	4,2%	8°	Fernando Henrique Cardoso
1996	R\$ 752,4 bilhões	2,2%	8°	Fernando Henrique Cardoso
1997	R\$ 865,5 bilhões	3,4%	8°	Fernando Henrique Cardoso
1998	R\$ 979,2 bilhões	0,0%	8°	Fernando Henrique Cardoso
1999	R\$ 1,011 trilhão	0,3%	10°	Fernando Henrique Cardoso
2000	R\$ 1,089 trilhão	4,3%	10°	Fernando Henrique Cardoso
2001	R\$ 1,184 trilhão	1,3%	11°	Fernando Henrique Cardoso
2002	R\$ 1,320 trilhão	2,7%	13°	Fernando Henrique Cardoso
2003	R\$ 1,556 trilhão	1,1%	15°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2004	R\$ 1,769 trilhão	5,7%	13°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2005	R\$ 2,148 trilhões	3,2%	10°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2006	R\$ 2,370 trilhões	4,0%	10°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2007	R\$ 2,661 trilhões	6,1%	10°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2008	R\$ 3,032 trilhões	5,2%	8°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2009	R\$ 3,143 trilhões	-0,3%	8°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2010	R\$ 3,675 trilhões	7,5%	7°	Luiz Inácio “Lula” da Silva
2011	R\$ 4,143 trilhões	2,7%	6°	Dilma Rousseff
2012	R\$ 4,403 trilhões	1,0%	7°	Dilma Rousseff
2013	R\$ 4,840 trilhões	2,5%	7°	Dilma Rousseff
2014	R\$ 5,520 trilhões	0,1%	7°	Dilma Rousseff

Fonte: BCB/IBGE, 2015.

⁵ Segundo informações disponibilizadas pela Agência do IBGE na cidade de Criciúma/SC, o PIB oficial brasileiro do ano de 2015 ainda não tinha sido divulgado até a data de conclusão desta pesquisa.

Todavia, em que pese o baixo crescimento verificado no último triênio, o Brasil possui características e pontos a serem explorados que vislumbram plenas condições de retomar o desempenho verificado na década passada, como bem pontua Souza (2012, p.7):

Apesar do ambiente desafiador, o Brasil possui amplas oportunidades de crescimento a serem exploradas. A demanda mundial por produtos em que somos comprovadamente competitivos tende a aumentar e, por consequência, a atrair mais recursos para o país. As descobertas de recursos minerais em alto-mar trazem oportunidades de desenvolvimento de uma gama de bens e serviços ao longo da cadeia produtiva e que requerem conteúdo tecnológico de fronteira.

Nossos agronegócios são extremamente competitivos e podem capturar oportunidades relevantes com o desenvolvimento avançado das cadeias supridoras de bens de capital, insumos e biotecnologias. Basta observar o potencial de muitas áreas de nossa indústria de bens de capital e da indústria automotiva, os setores de caminhões e o de ônibus, considerando as oportunidades de transição tecnológica em direção a novos padrões de sustentabilidade ambiental, incluindo veículos híbridos e elétricos. A necessidade mundial de desenvolvimento mais sustentável coloca o Brasil em posição de destaque por sua capacidade de aglutinar soluções de baixo carbono, eficiência energética e inclusão social.

Neste novo cenário, a economia brasileira passou a ocupar papel de destaque no contexto econômico internacional, fato que vem despertando o interesse não apenas de empresas transnacionais, interessadas na obtenção de lucro em um mercado que tem aumentado seu potencial consumidor, como também de trabalhadores imigrantes, que para o Brasil têm se deslocado, com o propósito de buscar melhores oportunidades de emprego e renda.

2.5 IMIGRAÇÃO DE TRABALHADORES PARA O BRASIL ATRAÍDOS PELO CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO DO PAÍS

O atual cenário econômico brasileiro tem atraído a atenção de migrantes de várias partes do mundo, da Europa e, principalmente, de países menos desenvolvidos da América Latina, levados a acreditar que a posição de destaque ocupada pelo Brasil no cenário econômico mundial nos últimos anos possa proporcionar-lhes melhores condições de vida que aquelas que vêm experimentando em seus países de origem, principalmente aos trabalhadores que tiveram suas pátrias destruídas por catástrofes naturais ou que estejam sofrendo perseguições em virtude de conflitos internos.

O Brasil, a partir do final do período imperial, com a abolição da escravidão e o início do período republicano, passou a estimular o ingresso de imigrantes em solo brasileiro, com o propósito de povoar o território e incentivar o desenvolvimento de sua economia. Os imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães, austríacos, portugueses, espanhóis e eslavos, vislumbraram possibilidades de construção de uma nova história de vida e econômica em território brasileiro, para onde se deslocaram a partir da segunda metade do século XIX, quando passa a acontecer um processo de alteração no meio físico-natural do Brasil, convertendo-o em fonte de recursos e insumos utilizados na produção e instaurando uma nova forma de organizar a atividade produtiva com base na produção de quantidades excedentes.

A partir do advento da nova modalidade de exploração do solo e dos recursos naturais brasileiros, com a participação expressiva dos imigrantes europeus, passa a ocorrer no Brasil o processo da grande transformação dos meios de produção, anteriormente lastreados em uma economia de subsistência baseada na reciprocidade e redistribuição, não havendo racionalidade na maximização de utilidades, partindo para um processo em que as pessoas se tornaram economicamente mais racionais, comportando-se como a teoria neoclássica poderia prever, ou seja, criando não apenas instituições capitalistas, mas mentalidades voltadas muito mais para o desenvolvimento econômico. (POLANY, 2000).

O desenvolvimento e crescimento do projeto industrial brasileiro, a partir da década de 1950, motivou o ingresso de trabalhadores imigrantes originados principalmente da Europa e do Japão, durante e após a segunda grande guerra. E eles trouxeram para o Brasil suas experiências vivenciadas nos continentes Europeu e Asiático, contribuindo para o processo de industrialização implementado no país,

num período que se estenderia até o início da década de 1960, visto que foi interrompido pela deposição do então presidente João Goulart e a tomada de poder pelos militares em 1º de abril de 1964.

Com o Golpe Militar de 1964, a crise que se desencadeou após o “milagre econômico brasileiro” e os efeitos da “década perdida” de 1980, estabeleceu-se uma falta de interesse por parte dos migrantes em se deslocar para o Brasil, havendo uma inversão nesse processo a partir de meados de 1980 até a primeira metade da década de 1990, quando muitos brasileiros emigraram para países da Europa e, principalmente, para os Estados Unidos da América, com o propósito de fugir da crise econômica brasileira e buscar novas oportunidades de trabalho e renda em território estrangeiro.

Esse sistema emigratório brasileiro estabelecido a partir da década de 1980, entretanto, experimentou um processo reverso. Nos últimos anos, principalmente a partir do Governo Lula, com o destaque brasileiro no cenário internacional; com a ênfase quanto ao desenvolvimento econômico que transformou o Brasil em uma das potências emergentes e com capacidade de promover mudanças nas relações internacionais; com o pagamento da dívida externa para o Fundo Monetário Internacional em 2006; e com o aumento do fluxo de capitais para países periféricos, o que permitiu ao Brasil passar da condição de devedor para a de credor (PAIVA, 2014), estabeleceram-se condições que fizeram com que os emigrantes da década de 1980 se interessassem por retornar ao Brasil.

Aliado ao retorno dos emigrantes brasileiros da década de 1980 e início da década de 1990 ao país, o crescimento econômico brasileiro também passou a despertar o interesse de imigrantes de diversas regiões do planeta, que a partir de informações obtidas por meio da mídia e de redes sociais, sentiram-se confortáveis em iniciar um novo processo migratório para o Brasil. Os números disponibilizados no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstram que na primeira década do século XXI houve um expressivo aumento do contingente de imigrantes em território brasileiro, passando de 143.644 em 2000 para 286.468 em 2010. (IBGE, 2014).

Não se entende por migração tão somente o fenômeno demográfico de mudança do local de residência de um indivíduo ou família, mas o processo social de deslocamento da população em um contexto histórico específico e em período e território delimitados, os quais vêm definir o próprio fenômeno, sendo que o conjunto dos

deslocamentos individuais caracteriza o fluxo migratório. (BIAGIONI, 2010).

Pontua Biagioni (2010, p.6) que, “portanto, a migração é essencialmente entendida como o deslocamento da força de trabalho em busca da melhoria de inserção no mercado de trabalho e de condições de vida.” O autor ressalta ainda (2010, p.6) a coexistência recíproca de fatores determinantes que impulsionam os processos migratórios, tanto na origem quanto no destino: “se por um lado há na origem migratória excedente de trabalhadores oferecendo sua mão de obra, do outro há no destino a necessidade (ou não) de mão de obra para a geração de capital.”

Não somente o crescimento econômico, como também o mercado de trabalho, tem sido um poderoso fator de atração de trabalhadores estrangeiros para o Brasil. Também a decisão do Brasil de realizar eventos como a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e o recente início da exploração de petróleo na camada do pré-sal exigiram e continuam a exigir obras estruturais que necessitam de trabalhadores para a sua execução, o que desperta o interesse de trabalhadores imigrantes.

Para fazer frente à demanda de trabalhadores necessários à execução destas obras estruturais o governo brasileiro, diante da carência de mão de obra interna verificada no país, principalmente a partir do início desta década, passou a ter interesse no ingresso de imigrantes em território brasileiro, incentivando, ainda mais, a que os migrantes de diversos países e regiões do planeta tivessem suas atenções direcionadas para o Brasil, não criando maiores dificuldades para que os mesmos aqui viessem a se estabelecer e ser admitidos pelas empresas brasileiras.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de imigrantes que têm solicitado autorizações de trabalho no Brasil vem aumentando nos últimos anos, atingindo números expressivos, conforme demonstra a tabela divulgada por aquele órgão em seu sítio eletrônico, a partir da qual é possível visualizar, por país de origem, a evolução destas autorizações concedidas pelo governo brasileiro.

Quadro 4 - Autorizações concedidas pelo Brasil por país de origem⁶

País	2011	2012	2013	2014	Total
Haiti	708	4825	2069	1890	9492
Bangladesh	0	1	46	1188	1235
Senegal	1	0	88	320	409
Paquistão	0	0	20	77	97
França	120	159	223	78	580
Portugal	52	75	108	77	312
Itália	57	66	86	65	274
Espanha	55	67	75	44	241
Estados Unidos	60	70	60	36	226
Colômbia	15	25	19	22	81
Reino Unido	42	50	60	24	176
Alemanha	21	28	32	17	98
Argentina	3	1	18	18	40
México	14	14	47	16	91
Holanda	12	16	16	10	54
Austrália	18	18	14	6	56
Venezuela	5	13	18	5	41
Canadá	81	82	62	7	232
Rússia	20	20	15	2	57
Outros	166	236	221	566	1189
Total	1450	5766	3297	4468	14981

Fonte: MTE, 2016.

Observa-se que, embora o número de autorizações de trabalho concedidas tenha diminuído no ano de 2013, esse número voltou a crescer no ano de 2014, constituindo os imigrantes do Haiti o maior contingente de trabalhadores a requerer autorizações para trabalhar em território brasileiro, sendo o fator da multiplicação de haitianos no Brasil o terremoto que atingiu aquele país em janeiro de 2010. (ALESSI, 2013).

A análise dos dados disponibilizados no quadro acima (MTE, 2014) demonstra que os trabalhadores haitianos que obtiveram vistos de trabalho no Brasil no período de 1º/01/2011 a 31/12/2014 representam 63,36% de todos os trabalhadores estrangeiros que foram autorizados a trabalhar no país no mesmo período, ou seja, superando em mais que o dobro os trabalhadores originados de outros países.

⁶ Até a conclusão deste trabalho ainda não haviam sido disponibilizadas pelo MTE as informações referentes ao ano de 2015.

Os números oficiais (IBGE, 2014) demonstram ter sido o Brasil, nos últimos anos, um porto promissor para estrangeiros que buscam trabalho. Aliado a esses estrangeiros que buscam estabilidade financeira em território brasileiro, o mercado é disputado pelos brasileiros que migraram para o exterior em busca de oportunidades, mas retornaram ou estão retornando ao país com novas esperanças. A economia brasileira, que se recuperou de crises econômicas de grande extensão e cresce progressivamente a partir das últimas décadas, demonstra, por meio dos programas econômicos e de inclusão social que desenvolve continuamente, que seguirá sendo um território atrativo para imigrantes.

2.6 DE UM PAÍS DE EMIGRAÇÃO PARA UM PAÍS DE IMIGRAÇÃO

O movimento emigratório experimentado pelo Brasil no período que compreende o início da década de 1980 até meados da década de 1990 faz parte de um processo universal que está presente na história do ser humano desde os primórdios da civilização. Conforme registra Brzozowski (2012, p.137), “o êxodo dos judeus do antigo Egito (aproximadamente em 1200 a. C.), a migração dos gregos na região mediterrânea (desde 800 a. C.) são apenas alguns exemplos desses processos.”

Desencadeados por motivos diversos, dentre os quais a fome, a conquista territorial, a fuga, perseguições políticas e religiosas e as crises econômicas, os **movimentos migratórios** têm se desenvolvido de forma contínua ao longo da história.

Como exemplo, as chamadas “grandes navegações” ou “grandes invasões” foram responsáveis pela invasão europeia ao litoral do continente africano e à Índia, na primeira metade do segundo milênio, e ao continente americano, a partir do século XVI, e significaram a difusão da cultura dos europeus, a qual entrou em choque com as culturas das comunidades indígenas que já habitavam esses territórios.

Esse deslocamento populacional foi estimulado pelo expansionismo territorial das potências europeias da época, que buscavam fontes de matérias-primas e novos mercados para os seus produtos, portanto, tinham motivação geopolítica e econômica. Esses processos migratórios aumentaram maciçamente no século XIX e começo do XX.

Paralelamente a eles, perseguições políticas e religiosas, guerras e crises econômicas foram responsáveis por grandes deslocamentos humanos da Europa e Ásia para as Américas. Outras partes do mundo

também sofreram estimulação migratória, porém de forma mais localizada, como é o caso da Austrália e da Nova Zelândia, para onde foram incentivadas a migrar as populações europeias, especialmente da Grã-Bretanha, motivadas por perspectivas de melhoria das condições de vida, a partir da ascensão econômica provocada pela mobilidade.

O período que sucedeu às duas guerras mundiais na primeira metade do século XX, de colonização e de guerra fria, foi marcado por mudanças profundas na economia mundial, as quais influenciaram decisivamente no padrão migratório de muitos países e de muitas regiões do planeta, tanto de emissores quanto de receptores, sendo que alguns desses pontos tradicionais de imigração se tornaram áreas de emigração, incluindo-se, entre outros, o caso brasileiro. (BRZOZOWSKI, 2012).

No Brasil, historicamente um receptor de imigrantes internacionais que nas duas últimas décadas do século passado assistiu à perda de parte de seu contingente de trabalhadores para o restante do mundo, evidencia-se que a participação do país no fenômeno das migrações internacionais é caracterizada por movimentos tanto de atração como de expulsão de população. (CAMPOS, 2011).

Na percepção de Campos (2011, p.189), esse cenário, entretanto, passou a se modificar a partir do início deste século:

A análise dos primeiros dados divulgados do Censo 2010 sugere que esta situação está se revertendo. A partir da aplicação de técnicas indiretas de estimação aos dados dos Censos 2000 e 2010, percebe-se que o saldo migratório internacional do Brasil situou-se, na década de 2000, em valores em torno de zero, podendo inclusive ter sido positivo no período. Isso pode ser consequência tanto da redução da emigração de indivíduos que residiam no país para o exterior quanto do aumento do total de imigrantes internacionais.

As medidas aplicadas no Brasil, principalmente a partir do início do Governo “Lula”, levaram o país a assumir destaque no cenário internacional, com ênfase na questão do desenvolvimento econômico, e a se tornar uma das principais potências emergentes, desenvolvendo capacidades de promover mudanças nas relações com os diversos atores mundiais. (PAIVA, 2014). Isso fez com que a nova postura adotada

passasse a atrair a atenção não apenas de empresas multinacionais, mas também de trabalhadores de diversas regiões do planeta.

Também no contexto interno, o novo cenário que se apresentou na perspectiva socioeconômica brasileira a partir do início deste século causou impactos no deslocamento de mão de obra entre as diversas regiões do país. Segundo o Boletim Regional do Banco Central do Brasil (BCB, 2010, s/p):

As migrações, como processo de realocação espacial de recursos humanos, tendem a promover reduções no desemprego e elevações na massa de rendimentos, em esfera nacional, embora sua baixa velocidade de ajustamento eventualmente leve à permanência de excesso ou escassez local de tais recursos.

Os fluxos migratórios ocorridos na década de 1990 e na primeira deste século concorreram para transferir contingentes entre regiões; todavia, a reduzida geração de empregos impossibilitava sua absorção plena pelos mercados de trabalho. Por conseguinte, nos últimos anos, fatores como a desconcentração e o aumento da oferta de empregos, aliados à melhora no padrão de rendimentos, tanto na área urbana quanto na rural, contribuíram para reduzir os incentivos para as migrações internas. (BCB, 2010).

Já no cenário das migrações internacionais, o que se verifica é um aumento considerável do contingente de imigrantes estrangeiros que têm buscado deslocar-se para o Brasil a partir dos anos 2000, de acordo com dados apresentados pelo IBGE nos Censos de 2000 e 2010. (CAMPOS, 2011). Conforme pontua Campos (2011, p.195), “com base nas estimativas apresentadas, nota-se que o Brasil teria experimentado um saldo migratório internacional positivo de mais de 2,2 milhões de pessoas na década de 2000, sendo 1 milhão de homens e 1,2 milhão de mulheres.”

As transformações verificadas no fenômeno migratório mundial nas últimas décadas, que novamente colocaram o Brasil na posição de país de imigração, passaram a ocupar espaço na mídia nacional, com matérias e reportagens que destacam o expressivo aumento de imigrantes estrangeiros no país. O portal *globo.com*, em matéria de autoria de Scofield Jr. e Ribeiro (2011, p.1), destaca o crescimento do número de imigrantes no Brasil:

Depois de duas décadas exportando mão de obra brasileira para o mundo – uma linguagem técnica para descrever o movimento migratório de brasileiros que deixaram o país em busca de emprego e melhores condições de vida lá fora –, o Brasil volta a ser um país de imigrantes, resgatando uma característica de sua História que parecia perdida após anos de crises econômicas. Levantamento do Ministério da Justiça mostra que a quantidade de estrangeiros vivendo no Brasil – trabalhando, estudando ou simplesmente acompanhando seus cônjuges – superou, pela primeira vez em 20 anos, o número de brasileiros que deixam o país para viver no exterior pelos mesmos motivos.

No mesmo viés, a matéria divulgada no portal *ebc.com*, assinada por Medeiros (2012, p.1-2; 4), destaca o crescimento do número de estrangeiros no Brasil e afirma que há menos brasileiros vivendo no exterior:

Movimentos de imigração para o Brasil se intensificaram em 2012, especialmente de haitianos, bolivianos, espanhóis, franceses e americanos. Segundo dados do Ministério da Justiça, em seis meses, a imigração cresceu 50%, em comparação com o total de entradas verificado no final do ano de 2010. Atualmente o país conta com 1,5 milhão de imigrantes legalizados.

Entre os fatores para o aumento da presença de estrangeiros no país está a crise internacional que atingiu a zona do euro e levou imigrantes europeus para países da América Latina e Caribe. A conclusão está em estudo da Organização Internacional de Migrações (OIM).

[...]

O número de brasileiros vivendo em outros países, por sua vez, diminuiu, de 4 milhões, em 2004, para os atuais 2 milhões. Portugal ainda é um dos principais destinos dos brasileiros que tentam sorte no exterior. Somente em 2011, o Censo constatou a presença de mais de 109 mil brasileiros em Portugal.

Os dados estatísticos divulgados pelos órgãos oficiais brasileiros (BCB, IBGE, MJ, MRE, MTE), aliados ao destaque enfatizado pela mídia nacional, não deixam dúvidas de que o Brasil, a partir do início deste século, reassumiu sua condição de pátria imigrante, passando de um país de emigração, assinalado pelos fluxos migratórios das décadas de 1980 e 1990, para ser novamente caracterizado com um país receptor de imigrantes.

Nos processos migratórios, sejam eles de cunho interno ou internacionais, observam-se constantes inversões, obedecendo a causas estruturais tanto nos países de origem quanto nos países de destino, dentre as quais se destacam as crises econômicas e, por consequência, o desemprego, como fatores motivadores da emigração. Sob esse prisma, o aumento do número de imigrantes no Brasil é resultado do crescimento no desenvolvimento socioeconômico verificado no país, que o elevou a um papel de destaque no cenário internacional. (PAIVA, 2014).

Nesse cenário verificado nos últimos anos, de passagem de país de emigração para país de imigração, conforme pontua Sprandel (2005, p.1), “emergem discussões que envolvem a questão de estrangeiros no país, principalmente aquelas pertinentes à legislação vigente, direitos humanos dos imigrantes e políticas públicas para sua proteção.”

2.7 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA APLICADA AOS IMIGRANTES

Os números divulgados pelos órgãos de controle e avaliação do crescimento populacional e de trabalhadores no Brasil (IBGE, 2014; MTE, 2014) demonstram o aumento do número de imigrantes no país, entretanto, em que pese o constante crescimento deste contingente, a legislação brasileira aplicada aos imigrantes encontra-se desatualizada.

Os registros históricos indicam que a primeira legislação a tratar de imigração no Brasil remonta a 1850, com a Lei nº 601 ou Lei de Terras (BRASIL 11, 2015, s/p), editada com a finalidade de definir critérios em relação aos direitos e deveres dos proprietários de terras, das quais, naquela época, se apropriavam os sesmeiros e posseiros, aproveitando-se de brechas legais que eram omissas no ordenamento jurídico brasileiro ou não definiam os critérios para a posse de terras. (SOUZA, 2013).

A Lei 601, editada em 18 de setembro de 1850 (BRASIL 11, 2015, s/p), que tratava das terras devolutas, no preâmbulo de seu texto original, autorizava o Estado a incentivar a colonização do território brasileiro por estrangeiros:

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionaes e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonisação estrangeira na forma que se declara. [Sic]

Também os artigos 17 a 21 da Lei de Terras faziam referência e estabeleciam as condições para facilitar o ingresso e o estabelecimento de estrangeiros em território brasileiro, bem como algumas diretrizes e obrigações que deveriam ser seguidas pelos mesmos:

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalisados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S. Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio. [Sic]

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessárias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente. [Sic]

Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terras devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente. [Sic]

Art. 20. Enquanto o referido producto não for sufficiente para as despesas a que é destinado, o Governo exigirá annualmente os creditos necessarios para as mesmas despesas, ás quaes applicará desde já as sobras que existirem dos creditos anteriormente dados a favor da colonisação, e mais a somma de 200\$000. [Sic]

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descripção das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira. [Sic]

Destaca ainda Souza (2013, p.2) que a Lei de Terras fora editada com o propósito de subsidiar a substituição do tráfico negreiro, que era tido como uma grande fonte de riqueza, mas que havia sido proibido no Brasil, por uma economia que acentuasse a exploração do potencial produtivo do país e, ao mesmo tempo, respondesse ao projeto de incentivo à imigração, o qual “deveria ser financiado com a dinamização da economia agrícola e regularizaria o acesso à terra frente aos novos camponeses assalariados.”

Posteriormente, a Constituição da República de 1891 (BRASIL 1, 2015, s/p), em seu art. 35, § 2º, voltou a tratar da matéria, porém de forma muito discreta, outorgando ao Congresso Nacional competência para tratar dos assuntos pertinentes à imigração:

Art. 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Já a Constituição da República de 1934 (BRASIL 2, 2015, s/p), fez referência à matéria tão somente com a finalidade de limitar o ingresso de imigrantes estrangeiros no país, por meio de previsão contida em seu art. 121, § 6º:

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

[...]

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

[...]

A legislação que restringia a entrada de imigrantes no Brasil ficou conhecida como “Lei de Cotas”. A restrição não era somente numérica, mas também ideológica. Se o imigrante demonstrasse tendência anarcossindicalista, por exemplo, era impedido de entrar no país. Além disso, 80% dos imigrantes aceitos eram obrigados a trabalhar na zona rural. (GERALDO, 2009).

As restrições previstas no artigo 121, § 6º da Carta Magna de 1934 tinham como justificativa “garantir a integração étnica e capacidade física e civil do imigrante” e foram reeditadas no artigo 151 da Constituição da República de 1937. (GERALDO, 2009).

Reforçando as restrições previstas no artigo 121, § 6º da Constituição Brasileira de 1934, em 07 de abril de 1941, o governo brasileiro, tendo Getúlio Vargas como presidente, editou o Decreto-Lei

3.175, que impôs novas restrições ao ingresso de imigrantes no Brasil, ficando suspensas as concessões de vistos temporários para a entrada de estrangeiros em território nacional, com duas exceções, conforme dispõe o artigo 1º do referido Decreto-Lei (BRASIL 6, 2015, s/p):

Art. 1º. Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Excetuam-se os vistos concedidos:

- 1) a nacionais de Estados americanos;
- 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência.

Também nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei 3.175, (BRASIL 6, 2015, s/p), ficaram suspensas, da mesma forma, a concessão de vistos permanentes para a entrada de estrangeiros no país:

Art. 2º Fica suspensa igualmente a concessão de vistos permanentes. Excetuam-se os vistos concedidos:

- 1) a portugueses e a nacionais de Estados americanos;
- 2) ao estrangeiro casado com brasileira nata, ou à estrangeira casada com brasileiro nato;
- 3) aos estrangeiros que tenham filhos nascidos no Brasil;
- 4) a agricultores ou técnicos rurais que encontrem ocupação na agricultura ou nas indústrias rurais ou se destinem à colonização previamente aprovada pelo Governo Federal;
- 5) a estrangeiros que provem a transferência para o país, por intermédio do Banco do Brasil, de quantia, em moeda estrangeira, equivalente, no mínimo, a quatrocentos contos de réis;
- 6) a técnicos de mérito notório especializados em indústria útil ao país e que encontrem no Brasil ocupação adequada;
- 7) ao estrangeiro que se recomende por suas qualidades eminentes, ou sua excepcional utilidade ao país;
- 8) aos portadores de licença de retorno;
- 9) ao estrangeiro que venha em missão oficial do seu governo.

Com a promulgação da Constituição da República de 1946, deixaram de constar no texto constitucional as restrições previstas nas duas anteriores. Os debates promovidos para aprovação da nova Carta Magna concluíram que os imigrantes estrangeiros eram importantes para o país, assim acabaram por fazer constar no novo texto, no capítulo que tratava dos direitos e das garantias individuais, que os estrangeiros teriam os mesmos direitos assegurados aos nacionais quanto a este ponto (BRASIL 4, 2015, s/p):

Art. 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei.

§ 2º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4º - A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

Com o Golpe de 1964 e a tomada do poder pelos militares, estabelecendo no Brasil o regime ditatorial, uma nova Constituição foi promulgada no país, em 1967 (BRASIL 5, 2015, s/p), que foi emendada em 1969 (BRASIL 7, 2015, s/p), entretanto, ambos os textos constitucionais foram omissos em relação à previsão do estabelecimento de direitos aos imigrantes estrangeiros.

A única referência feita ao imigrante nos citados textos constitucionais diz respeito à competência para legislar sobre o emigrante e o imigrante, conforme previsão do artigo 8º, inciso XVII, alínea *p*, estabelecendo através da qual que seria atribuição da União “legislar sobre emigração e imigração; entrada, extradição e expulsão de estrangeiros.” (BRASIL 5, 7, 2015, s/p).

Durante a década de 1970, em que vigorou a ditadura militar no Brasil, nenhuma legislação foi editada com vistas a tratar do ingresso de

estrangeiros imigrantes no país, pois, num período em que vigorava a mão de ferro e pouca ou quase nenhuma liberdade de expressão era permitida, os estrangeiros eram vistos com desconfiança pelo governo ditatorial.

Somente em 1980, então no governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (último do regime militar), a questão da legislação pertinente aos imigrantes voltou a ser objeto de regulamentação, com a edição do “Estatuto do Estrangeiro”, Lei nº 6.815, de 19 de agosto daquele ano (BRASIL 12, 2015, s/p), que definia a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e criava o Conselho Nacional de Imigração.

Entretanto, o Estatuto do Estrangeiro, editado durante a ditadura militar brasileira, é para os imigrantes bem mais do que uma lembrança, tendo como características principais um alto grau de restrição e burocratização da regulação migratória, o poder absoluto do Estado para tratar do assunto, bem como a restrição dos direitos políticos e da liberdade de expressão, além de explícita e acentuada desigualdade em relação aos direitos humanos dos nacionais. (VENTURA, 2014).

Com o fim da ditadura militar em 1985 e durante a transição para o regime democrático, foi eleita no Brasil uma assembleia constituinte com a finalidade de elaborar e aprovar a nova constituição do país, a qual foi promulgada em 05 de outubro de 1988 e manteve o texto das Cartas de 1967 e 1969, estabelecendo no artigo 22, inciso XV que “compete privativamente à União legislar sobre emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros”. Também reeditou no Capítulo I do Título II, que trata Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o texto pelo qual são estendidos aos estrangeiros os mesmos direitos assegurados aos nacionais. (BRASIL 8, 2015, s/p).

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...].

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, passaram-se quase três décadas. Nesse período, pouco ou quase nenhuma iniciativa do Estado brasileiro se observou no sentido de adequar a legislação aplicada aos migrantes às novas tendências

migratórias observadas em nível global, em que pese, conforme demonstrado anteriormente, o crescente volume de imigrantes estrangeiros que para o país têm se deslocado a partir da estabilização da economia nacional. (BRASIL 8, 2015, s/p).

Em 22 de julho de 1997, foi editada no Brasil a Lei nº 9.474, que “define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências”, sem, contudo, estabelecer políticas voltadas aos imigrantes, referindo-se somente aos mecanismos de proteção aos refugiados e perseguidos políticos. (BRASIL 13, 2015, s/p).

Pontua Milesi (2008, p.1) que os refugiados são “considerados os vulneráveis entre os vulneráveis.” São aqueles que se deslocam não por escolha própria, em busca de novas opções de desenvolvimento pessoal ou financeiro, como acontece com os trabalhadores imigrantes, mas aqueles que são “compelidos, constrangidos ou obrigados a deixar sua pátria por fundado temor de perseguição, seja por motivos de raça, religião, nacionalidade ou opinião, seja pela própria violação de direitos e falta de proteção do Estado”.

Posteriormente à edição da Lei 9.474/1997 (BRASIL 13, 2015, s/p), as iniciativas legislativas seguintes que vieram a tratar dos imigrantes surgiram a partir da edição do Decreto 6.964/2009 (BRASIL 9, 2015, s/p), que promulgou o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e o Decreto 6.975/2009 (BRASIL 10, 2015, s/p), que promulgou o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile, ambos assinados por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.

A edição desses decretos veio possibilitar que argentinos, uruguaios, paraguaios, bolivianos e chilenos possam residir e trabalhar no Brasil, bem como brasileiros que queiram adentrar e trabalhar nesses países tenham livre acesso aos territórios dos mesmos, sem depender de condição migratória, livres de multas ou outras sanções administrativas. Esses decretos, todavia, se referem unicamente aos nacionais dos países que menciona, não se referindo à regulamentação da situação de imigrantes originários de outras regiões do planeta.

Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro o Projeto de Lei nº 5.655/2009, chamado de “Lei do Estrangeiro”, apresentado em 20/07/2009, que “dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho

Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.” (BRASIL 14, 2015, s/p).

O Projeto de “Lei do Estrangeiro”, embora apresentado como prioridade no Congresso Nacional em 20/07/2009, vem se arrastando ao longo de mais de seis anos, o que demonstra que não há um interesse efetivo do Estado brasileiro na regulamentação do ingresso de imigrantes estrangeiros no país. (BRASIL 14, 2015, s/p).

Ao longo dos anos, movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores no Brasil buscam uma sensibilização do Estado brasileiro, com o propósito de atendimento às demandas dos emigrantes estrangeiros, bem como de estabelecer uma ideia consensual sobre a necessidade de atualização da legislação pertinente à imigração brasileira e à sua conexão com as demandas dos brasileiros no exterior. Entretanto, conforme pontua Reis (2011, p.61) “o debate sobre a necessidade de mudanças e atualização na legislação do Brasil infelizmente tem gerado muito pouca repercussão”.

2.8 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À IMIGRAÇÃO NO BRASIL

A conquista da cidadania na sociedade brasileira não tem percorrido um caminho glorioso e as lutas pelo seu reconhecimento e ampliação têm estado presentes nos principais momentos de sua trajetória, especialmente a partir da Revolução de 1930, por diferentes motivos: seja pela falta de reconhecimento pela ordem jurídica, seja porque o seu reconhecimento não tem garantido a sua efetividade devido a elementos que se apresentam na ordem social e política, seja porque, como acontece com a maioria das sociedades capitalistas, a brasileira se torna crescentemente mais complexa, surgindo daí novos conflitos, novas formas de luta e reivindicações por novos direitos. (ANDRADE, 1993). Ainda ressalta Andrade (1993, p.123) que “a cidadania é definida, então, no interior de três parâmetros: a regulamentação das profissões, a categoria profissional e o sindicato público.”

No contexto descortinado no mundo globalizado, em que se questiona o tipo de sociedade em que estamos vivendo, onde se permitem práticas e atitudes violadoras de direitos humanos fundamentais de toda ordem e natureza, faz-se necessário o resgate da humanidade perdida por considerável maioria dos seres humanos, reduzidos à mínima ou quase nenhuma expressão, por meio de uma organização que promova vida digna e que respeite a dignidade da

pessoa humana em sua gama de complexidades e etapas de seu desenvolvimento. (VERONESE, 2013).

O atual cenário econômico brasileiro tem atraído a atenção de migrantes de várias partes do mundo, da Europa e, principalmente, de países menos desenvolvidos da América Latina, levados a acreditar que a posição de destaque ocupada pelo Brasil no cenário econômico mundial nos últimos anos possa proporcionar-lhes melhores condições de vida que aquelas que vêm experimentando em seus países de origem, principalmente aos trabalhadores que tiveram suas pátrias destruídas por catástrofes naturais ou que venham sofrendo perseguições em virtude de conflitos internos.

Os movimentos que acontecem nos processos migratórios são assim definidos por Riva e Muñoz (2014, p.149-150):

Nestes processos os migrantes difundem práticas e ideologias, constroem e ampliam identidades, e criam redes e conexões em diferentes espaços, avançando rumo a uma continuidade no vínculo entre mobilidades humanas e mobilizações sociais. Este vínculo é bastante tangível nos movimentos transnacionais migratórios e sociais de hoje devido aos paradoxos da globalização, os transportes e as novas tecnologias de informação e comunicação.

Presenciou-se, ao longo das últimas décadas, profundas transformações na sociedade contemporânea, tanto na esfera da subjetividade quanto nas formas de materialidade, dado o estabelecimento de relações complexas entre as formas de ser e de existir da sociedade humana. (ANTUNES, 2001). As sociedades têm se desenvolvido visando ao crescimento econômico, sem se preocupar, contudo, em criar mecanismos de preservação das conquistas e da dignidade daqueles agentes menos favorecidos, envolvidos diretamente no processo de produção da riqueza.

O Brasil, ao longo de seu desenvolvimento econômico e da evolução de seu processo legislativo, não engendrou esforços no sentido de produzir mecanismos legais capazes de proporcionar aos estrangeiros que aqui aportam condições dignas de se estabelecerem e se estabilizarem no território brasileiro, bem como não tem desenvolvido políticas públicas destinadas a amparar os trabalhadores imigrantes.

O crescente afluxo de trabalhadores imigrantes que aportam no país em busca de trabalho e da reconstrução de suas vidas exige do

Estado brasileiro o desenvolvimento de políticas capazes de atender às suas demandas e expectativas, a fim de que sejam oferecidas aos mesmos as condições mínimas para o estabelecimento de uma vida digna em território nacional, conforme preceito insculpido no artigo 5º da Constituição da República de 1988, que garante aos estrangeiros residentes no país os mesmos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados aos brasileiros natos. (BRASIL 8, 2015, s/p).

O objetivo principal dos imigrantes que aportam no país é encontrar um trabalho capaz de atender às suas expectativas e aos seus anseios e que lhes permita ter condições mínimas de subsistência própria e de seus familiares que, na maioria das vezes, permanecem em seus países de origem, para, a partir disso, iniciarem um processo de reconstrução de suas vidas. Dessa forma, as políticas públicas são de primordial importância para o estabelecimento desse processo. Assim, as políticas públicas envolvendo as questões sociais e de trabalho assumem papel de destaque no que concerne ao entendimento das políticas públicas voltadas aos trabalhadores imigrantes.

As políticas⁷ desenvolvidas no Brasil concernentes às relações de trabalho visam proteger o trabalhador brasileiro, conforme explica a Diretoria do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça (MJ, 2015), e cuja informação é corroborada pela Coordenadoria de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), que afirma que a mão de obra estrangeira não pode competir com a nacional, sob pena de vir a estabelecer conflitos entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, diretrizes essas que poderiam ser reformuladas para também proteger o trabalhador imigrante.

Em relação às políticas públicas Rua (2009, p.1) estabelece o seguinte entendimento:

As políticas públicas (*policies*), por sua vez, são outputs, resultantes da atividade política (*politics*): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. Neste sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e

⁷ Em uma definição bastante simples, política, em sentido amplo, vem a ser a resolução pacífica de conflitos, já delimitando um pouco o conceito, consiste num conjunto de procedimentos formais e informais destinados a expressar relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto aos bens e interesses públicos. (RUA, 2009).

requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha entre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. (grifos no original).

Nem todas as políticas definidas pelo Estado, entretanto, se constituem em políticas públicas. Rua (2009, p.20) esclarece e exemplifica a diferenciação entre política e política pública:

Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Podemos encontrar um exemplo na emenda constitucional para reeleição presidencial, ou a CPMF, ou, ainda, a criação de um novo estado da federação. Observe que essas situações apresentadas são decisões, mas não são política pública. Já a reforma agrária, o Sistema Único de Saúde, o financiamento da educação superior ou a adoção de mecanismos de transferência de renda são políticas públicas.

Embora as políticas públicas sejam estabelecidas e possam ter por finalidade o atendimento de interesses, necessidades e expectativas privadas, elas não possuem caráter privado, conforme também acentua Rua (2009, p.20):

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado.

Em suma, as políticas públicas são entendidas como um conjunto de ações que nascem a partir de uma agenda de ideias, as quais

assinalam um período histórico de determinado Estado Nacional, construídas a partir de processos políticos e institucionais que constituem o próprio Estado Nacional, sendo o espaço privilegiado para a formulação de reflexões mais apuradas sobre as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade. (ARAÚJO, 2012).

Schmidt (2007, p.2311), ao conceituar política pública, estabelece que:

O conceito *política pública* remete para a esfera do público e seus problemas. Ou seja, diz respeito ao plano das questões coletivas, da *polis*. O público distingue-se do privado, do particular, do indivíduo e de sua intimidade. Por outro lado, o *público distingue-se do estatal*: o público é uma dimensão mais ampla, que desdobra em estatal e não estatal. O Estado está voltado (deve estar) inteiramente ao que é público, mas há igualmente instâncias e organizações da sociedade que possuem finalidades públicas expressas, às quais cabe a denominação de *públicas não estatais*.

Goulart e Bordin (2013, p.241) referem que no Brasil a primeira geração de políticas públicas teve início na década de 1930, com a criação das primeiras leis de proteção aos trabalhadores e das primeiras instituições de previdência, e se desenvolveram progressivamente até a década de 1980, culminando com a instituição de um amplo conjunto de direitos sociais nas áreas de educação, saúde e proteção ao trabalhador, recepcionados pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL 8, 2015, s/p).

Ainda segundo Goulart (2013, p.241), uma segunda geração de políticas públicas teve início com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, determinando que “a ênfase recai sobre as reformas de racionalização e redistribuição de recursos investidos na área social.” Ressalta Goulart (2013, p.241) que essas políticas vêm responder a uma motivação dupla: “as de colocar os investimentos sociais em situação de equilíbrio financeiro, e a de corrigir os aspectos mais regressivos dos gastos sociais que beneficiam as classes médias e altas, em detrimento dos mais pobres.”

Schmidt (2007, p.2326) entende políticas públicas como um conjunto de processos que estabelecem relação entre os poderes constituídos, entre estes e as forças da sociedade civil e entre estas próprias forças:

Os processos são eminentemente dinâmicos, cabendo ao analista de políticas públicas acompanhar o movimento dos atores nas diversas arenas (formais e informais). A relação entre os poderes (executivo, parlamento e judiciário), a relação dos poderes com as forças da sociedade civil e as que acontecem entre as próprias forças sociais são aspectos que definem o resultado de políticas públicas.

A partir desse enfoque, o estabelecimento de políticas públicas voltadas à imigração deve considerar a importância dos fluxos migratórios, a cidadania política dos imigrantes, as migrações forçadas, o papel das embaixadas e consulados, a questão do tráfico de pessoas, a implantação de centros de atendimento e acolhimento, as assistências jurídica, política e econômica, dentre outros (FANTAZZINI, 2005), a fim de que possa atender aos anseios e expectativas daqueles que decidem migrar para o território brasileiro.

Ressalta Schmidt (2007, p.2326) que o estabelecimento de políticas públicas deve considerar, também, o espaço social onde os atores estabelecem suas relações:

As relações entre os atores políticos sempre acontecem em um determinado espaço social, um palco no qual acontece o jogo de tensões entre os atores, dotados de um grau diferenciado de poder. É o que se denomina de arenas políticas. É fundamental na análise política identificar a natureza e as características das arenas nas quais ocorrem as interações dos atores de uma determinada política.

As políticas públicas devem, portanto, considerar o espaço onde deverão atuar e as questões e os resultados que pretendem alcançar. Em relação às destinadas aos imigrantes, precisam levar em consideração o impacto social e econômico que o processo migratório proporciona aos mesmos. As ações governamentais devem afastar a visão de que os movimentos migratórios são um problema, pois a saída de pessoas do país, em que pese à possibilidade de perda de mão de obra qualificada, é um direito do qual não pode ser privado o trabalhador brasileiro, bem como o ingresso de imigrantes não pode ser visto como desequilíbrio na

oferta de empregos e estabelecimento de competitividade com os nacionais.

As ações recentes tomadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que vem adotando medidas para o desenvolvimento de políticas ancoradas na ótica dos Direitos Humanos consagrados internacionalmente, e as recentes ações políticas e programas oficiais do governo brasileiro voltados às questões dos atuais movimentos de imigração de países latino-americanos, da América Central e do continente africano, vêm transformando a antiga e enraizada percepção do imigrante como ameaça à segurança nacional e ao trabalhador nativo. (PATARRA, 2012).

Para Araújo (2012, p.11), cabe ao Estado brasileiro, por meio da construção de políticas públicas, estabelecer mecanismos para lidar com as recentes mudanças nas características dos fluxos migratórios mundiais que têm trazido ao país um grande contingente de imigrantes, por meio de estudos sistematizados envolvendo ações dos principais agentes estatais que se relacionam com tais fluxos, especificadamente o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho.

Também nesse sentido se verifica o caminho dos estudos elaborados por Fantazzini (2005, p.22), que entende ser o parlamento uma instituição estratégica para uma maior sensibilização sobre o tema das migrações. “O parlamento possui interlocuções com os governos, executivos, empresas e sociedade e, por esse motivo, é capaz de estabelecer um diálogo mais realista sobre a legislação que deve orientar as políticas públicas.”

Verifica-se, nos últimos anos, que a política de imigração passou a ser percebida com maior ênfase pelo Brasil, em virtude da importância que vem assumindo em relação às migrações no cenário internacional, justificando as mudanças que têm se verificado no país no sentido de assumir uma postura mais coerente em relação às migrações em sentido mais amplo. (REIS, 2011).

Em que pese à evolução nas políticas voltadas aos imigrantes no Brasil, ainda se verificam muitas lacunas quanto ao estabelecimento de políticas públicas capazes de alinhar o país com as necessidades dos imigrantes, em decorrência de uma legislação desatualizada. É na questão da regularização da situação de trabalho que se pode observar uma maior complicação imposta aos imigrantes, face à burocracia na obtenção dos documentos de permanência no país, cabendo registrar que, apesar de se observar uma evolução nesta política, o governo ainda “não resolveu seus problemas, suas carências, suas necessidades, nem

menos os problemas de discriminação, exploração e ausência de direitos – que permanecem intocados com a Lei da Anistia.” (PATARRA, 2012, p.13).

As políticas públicas devem estabelecer normativas e diretrizes que atendam aos imigrantes indiscriminadamente, e não apenas para atender interesses de alguns setores, conforme se verifica na aceção de Ventura (2014, p.2):

É o caso das empresas que desejam trazer trabalhadores estrangeiros, para quem o governo tem facilitado a tramitação dos pedidos de autorização para trabalho. Promove, assim, a migração seletiva tão sonhada pelos setores que necessitam de “mão-de-obra qualificada”. Detalhe: a ser descartada quando não mais for necessária.

A situação econômica e social do Brasil explica, em grande medida, a posição que o país ocupa no cenário das migrações internacionais, com poder de atração da população de vários países relativamente mais pobres, porém, de outro lado, a desigualdade social é tão grande que parte da população brasileira ainda migra para outros países na busca de melhores oportunidades. (CAMPOS, 2011).

Enfatiza Campos (2011, p.199) que se faz necessário o estabelecimento pelo Brasil de políticas capazes de atender tanto emigrantes quanto imigrantes:

Diante desta realidade, as políticas de migração internacional brasileiras, além de promover uma melhor adaptação dos emigrantes naturais do país para outras regiões do planeta, devem cuidar para que aqueles que imigram para o Brasil em busca de melhores oportunidades sejam tratados com dignidade e respeito aos direitos humanos. Do mesmo modo, aos brasileiros que estão retornando do exterior, é preciso que seja dada atenção especial a questões como aposentadoria e seguridade social.

É fato que, à margem da lei, observam-se avanços no Brasil, com acomodações entre a lei e a realidade migratória que se apresenta. Contudo, sem uma atualização da legislação brasileira pertinente às

migrações, com a revogação da retrógrada e desatualizada Lei nº 6.815/1980 – Estatuto do Estrangeiro – não há como se afirmar que as políticas públicas brasileiras são capazes de atender à demanda imigratória que tem se verificado no país em tempos recentes. (BRASIL12, 2015, s/p).

3 IMIGRAÇÃO DE HAITIANOS PARA O BRASIL

“Por que escolhemos o Brasil para vir trabalhar? Porque depois do terremoto lá no Haiti não sabíamos o que poderíamos fazer”, pergunta e responde Gessert Solage, haitiano que trabalhava como professor no Haiti e que reside na cidade de Lauro Müller desde setembro de 2013. *“O Brasil é um país que quase todos os haitianos gostam muito, por causa do seu futebol. A maioria dos haitianos gosta da seleção brasileira e torce para que vença quando joga com outro time.”* A resposta dada por Solage é comum de se ouvir dos haitianos que escolheram o Brasil como destino após o terremoto de 2010. E complementa o imigrante haitiano: *“Depois do terremoto, posso dizer que o Brasil foi o primeiro país que deu a oportunidade para nos ajudar a ganhar um pouquinho”*, afirmando ainda que *“o terremoto acabou quase tudo lá no Haiti e faltou emprego. O emprego é bem pouco lá agora.”* Afirma ainda Solage que a situação no seu país natal parece que vai, pouco a pouco, melhorando, mas não sabe se vai voltar a ter emprego ou não. E reitera que *“o Brasil foi o primeiro país que deu oportunidade para os haitianos trabalhar para ajudar as suas famílias que estão em uma situação de muitas dificuldades financeiras e sociais.”* (SOLAGE, 2015).

A crise econômica mundial recente, verificada a partir do ano de 2008, como não poderia ser diferente, impactou diretamente os mercados de trabalho globais, aumentando fortemente a taxa de desemprego na maioria dos países, inclusive naqueles de economia desenvolvida, como no caso do Japão, Europa e Estados Unidos. No Brasil, entretanto, os impactos dessa crise foram, se comparados com estas economias, mínimos e passageiros. Nesse novo contexto, os países tradicionalmente de economia desenvolvida foram deixando de ser atrativos para as populações migrantes das diversas regiões do globo terrestre.

No cenário de economia estável que se descortinou no Brasil a partir do final do século XX, ocorreu uma inversão no processo migratório verificado no país nas décadas de 1980 e início de 1990, o qual passou a atrair imigrantes provenientes da África e de países menos desenvolvidos da América, além de europeus, originários principalmente de Portugal e da Espanha. (PAIVA, 2014). A estabilidade da economia brasileira passou a atrair, também, a partir do início deste século, a atenção de trabalhadores de países atingidos por conflitos e por catástrofes naturais.

Uma das catástrofes recentes ocorridas a partir de 2010 e que teve reflexos internacionais no processo migratório foi o terremoto de grande intensidade que assolou o Haiti, a 12 de janeiro daquele ano, provocando enorme destruição na capital Porto Príncipe, gerando grande contingente de mortos e desabrigados, com consequências em todo o país.

No cenário que se descortinou num Haiti extremamente pobre, já sacrificado política e economicamente ao longo de sua história, principalmente entre as décadas de 1930 a 1990, no reinado da “Dinastia Duvalier”⁸, o país passou a depender, fundamentalmente, de ajuda econômica e humanitária internacional para a sua reconstrução. (TÉLÉMAQUE, 2012).

As consequências de um terremoto de magnitude sísmica 7.3 na escala Richter afetou ainda mais a frágil situação sociopolítica do Haiti, que se recuperava de três furacões que o assolaram no ano de 2009 e atingiram duramente a capital Porto Príncipe, estimando-se que oitenta por cento das construções foram seriamente danificadas, incluindo escolas, hospitais, postos policiais e o próprio palácio presidencial. (ARRUDA, 2013).

Sem expectativas de reconstrução de uma vida digna no Haiti, a emigração para outros países foi uma das soluções encontradas pela população haitiana, sendo que uma parcela dessa população escolheu o Brasil como destino. Segundo Arruda (2013), esse fluxo migratório teve início de forma tímida após o terremoto de 2010, porém se intensificou no final de 2011 e começo de 2012, estimando-se que, nesse período, cerca de 4.000 imigrantes haitianos adentraram ilegalmente o Brasil, principalmente pelas fronteiras do Acre e do Amazonas e também por rotas nos estados de Roraima, Mato Grosso e Amapá.

Cabe registrar a evidência do Brasil verificada nos últimos anos, que além de sediar eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, possibilitou oportunidades de desenvolvimento que atraíram grandes empresas multinacionais para o país, o que tornou o Brasil um destino atraente para os haitianos. (ALESSI, 2013).

O objetivo principal dos imigrantes haitianos vindos para o Brasil a partir do ano de 2010, além de fugir das precárias condições que se apresentavam no Haiti, era a busca por trabalho e renda, fato que proporcionou disponibilidade de mão de obra e chamou a atenção das

⁸ Governo ditatorial de François Duvalier e, em seguida, de seu filho, Jean-Claude Duvalier, conhecidos respectivamente como Papa-doc e Baby-doc. (TÉLÉMAQUE, 2012).

empresas brasileiras que, em virtude do crescimento econômico do Brasil verificado nos últimos anos, vinha encontrando dificuldades na contratação de trabalhadores.

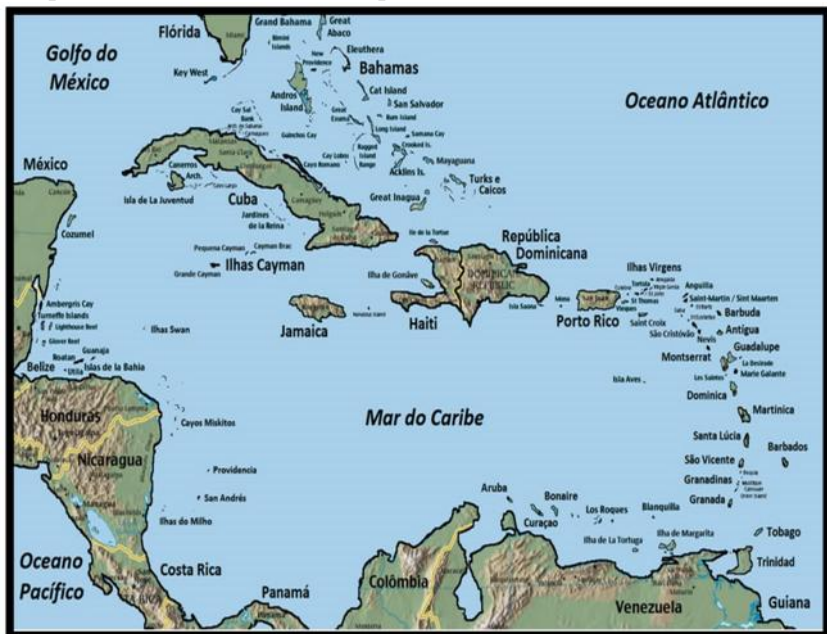
A realidade da vida dos trabalhadores haitianos que perderam seus parentes e seus bens nos escombros de um terremoto, a maioria sem ter conhecimento algum do idioma local, tendo que se aventurar para outro país em busca de um trabalho por meio do qual possam enviar uma fração mínima para ajuda aos parentes que ficaram no Haiti, entretanto, passa longe da imaginação daqueles que não sofreram as consequências das catástrofes que se abateram sobre o Haiti nas duas últimas décadas (TÉLÉMAQUE, 2012). Todo esse cenário impõe-se como importante no presente trabalho, sendo necessário abordarmos e nos aprofundarmos sobre o contexto geográfico, socioeconômico e cultural que fez com que os haitianos escolhessem o Brasil como destino a partir do terremoto de 2010.

3.1 DESASTRES NATURAIS NO HAITI NO PERÍODO DE 2004 A 2010

O Haiti é um país que se localiza na parte ocidental da Ilha de Hispaniola⁹, a segunda maior do Caribe, que divide com a República Dominicana, com quem faz fronteira numa extensão de trezentos e sessenta quilômetros, estando, ainda, próximo de Cuba, das Bahamas e da Jamaica. Para ser mais preciso, a antiga colônia francesa é um país da América Central e se situa no Mar do Caribe, nas chamadas Grandes Antilhas.

⁹Ilha de São Domingos, de Haiti, Hispaniola ou Espanhola (*Santo Domingo* ou *La Española*, em espanhol) é uma das maiores ilhas das Antilhas, localizada no mar das Caraíbas, a sudeste de Cuba e oeste de Porto Rico. São Domingos é a segunda maior ilha do Caribe depois de Cuba, com uma superfície de cerca de 76 000 km², comprimento de 650 km e largura máxima de 241 km. Politicamente, divide-se entre dois países: a República Dominicana, a leste, e o Haiti, que ocupa o terço ocidental da ilha. A ilha está separada de Cuba pelo canal de Barlavento e da Jamaica pelo canal da Jamaica. (MACHADO, 2003).

Imagem 1 - Mapa da região do Caribe, na América Central. Ilha de Hispaniola – Dividida entre a República Dominicana e o Haiti



Fonte: Estudo prático – Portal R7 Educação (2015).

Sendo o país mais pobre das Américas e o primeiro território a tornar-se independente em toda a América Latina, no ano de 1804, por meio de uma revolta dos escravos negros contra seu colonizador, a França. Por ter sido conquistada em combate por escravos, a independência valeu ao Haiti o isolamento internacional, visto ser avançado demais para a época e porque levava a sério demais os ideais da Revolução Francesa, num momento em que a escravidão era largamente usada em países como o Brasil e os Estados Unidos. (JAMES, 2000).

A geografia do país é composta, principalmente, de montanhas escarpadas, intercaladas por pequenas planícies em suas costas, e vales fluviais. A Ilha de São Domingos, com uma área total de 76.480 km², é a segunda maior ilha do Caribe, menor apenas que Cuba, possuindo cinco grandes cadeias de montanhas, sendo as mais altas a Cordilheira Central, que abrange a parte central da ilha, que se estende desde a costa sul da República Dominicana, no noroeste do Haiti, onde ele é

conhecido como o Massif du Nord e a Cordilheira Septentrional, que corre paralela à Cordilheira Central através da ponta norte da República Dominicana, que se estende para o Oceano Atlântico, estando separadas por terras baixas do Vale do Cibao e na planície costeira do Atlântico, estendendo-se para o oeste do Haiti como o Plaine du Nord. A mais baixa é a Cordilheira Oriental, na parte oriental do país. (BELLO, 2010).

Geologicamente, verifica-se que o país encontra-se em um território com falhas, que fazem parte do sistema Enriquillo-Plantain Garden¹⁰, onde, até a ocorrência do grande terremoto em 12 de janeiro de 2010, com base em dados sismológicos, geológicos e de deformação de solo, não se mostravam evidências de ruptura de superfícies. (HAYES et al., 2010).

O cenário de desastres naturais no Haiti, entretanto, teve seu início no ano de 2004, onde o desmatamento acelerado, além da erosão do solo, passou a causar inundações periódicas e graves no país. (USA TODAY, 2004). O desmatamento da cobertura florestal nas encostas íngremes ao redor da bacia hidrográfica do Haiti, que mantém o solo que, por sua vez, retém a água da chuva, reduzindo os picos de cheias dos rios e conservando os fluxos de água na estação seca, provocou a liberação do solo a partir das bacias superiores, transformando em instáveis muitos dos rios do país, que mudam rapidamente de inundações destrutivas para fluxos baixos de água, causando mudanças climáticas repentinas e, por consequência, desastres naturais. (WAYBACK MACHINE, 2011).

As florestas da região ocidental da ilha de Hispaniola, na qual se situa o Haiti, impressionaram os primeiros europeus que chegaram à ilha, há mais de quinhentos anos. Atualmente, restam somente em torno de 3% de toda aquela floresta no país, sendo que a maior parte foi derrubada e transformada em madeira serrada ou carvão vegetal, que vem a ser o combustível mais utilizado no interior do Haiti. (BBC BRASIL, 2010).

O desmatamento acelerado intensificou a destruição no Haiti que, a partir de 2004, experimentou uma série de catástrofes naturais

¹⁰ A zona de falha Enriquillo-Plantain Garden (EPGFZ ou EPGZ) é um sistema de coaxial lateral esquerdo em movimento formando graves deslizamentos, que corre ao longo do lado sul da Ilha de Hispaniola, onde o Haiti e a República Dominicana estão localizados. A EPGFZ é nomeada para o Lago Enriquillo na República Dominicana, onde a zona de falha emerge, e se estende através da porção sul da Hispaniola através do Caribe para a região do Plantain Garden River na Jamaica. (DOLAN; MANN, 1998).

(tempestades tropicais, furacões e terremotos) que abalaram sobremaneira a já frágil situação econômica e social do país que, ao longo de décadas, passou por situações de extrema pobreza, principalmente com a ditadura imposta pela dinastia Duvalier, que governou o país no período de 1957 a 1986.

Em 2004, o Furacão Jeanne, que se formou no Atlântico e durou de 13 a 28 de setembro daquele ano, causou grande destruição no Haiti, aonde chegou em 18 de setembro. A tempestade tropical atingiu o noroeste do país, principalmente no porto histórico de Cap Haitien, causando uma enchente que matou 3 mil pessoas, a grande maioria na cidade de Gonaives. (SPENCER, 2008).

Foi também o desmatamento que intensificou uma série de tempestades tropicais e furacões no país no ano de 2008, quando, no intervalo de apenas um mês, foi atingido pelas tempestades tropicais Fay e Hanna e pelos furacões Gustav e Ike, que ceifaram a vida de quase mil pessoas e deixaram mais de um milhão sem moradia. (BBC BRASIL, 2010).

Segundo Spencer (2008, p.1):

A passagem da tempestade tropical Hanna deixou mais de 500 pessoas mortas e mais de 650 mil haitianos necessitaram de assistência médica de urgência. Ela devastou o Haiti durante quatro dias, destruindo a agricultura da ilha, árvores frutíferas e favelas. O furacão Ike, de categoria quatro, seis dias após a passagem do Hanna, atingiu a agricultura da região central do Haiti com grande quantidade de chuvas, obrigando as autoridades a abrir a represa no Vale do Artibonite, inundando casas e causando grande destruição no chamado “cinturão do arroz” da região mais fértil do país, a qual é fundamental para livrar os haitianos da fome. Oito dias antes de o Hanna atingir o Haiti, o furacão Gustav deixou pelo menos 77 mortos e grandes áreas inundadas no país; apenas uma semana antes disso, as inundações e torrentes causadas pela tempestade tropical Fay mataram mais de 40 pessoas no Haiti.

As tempestades tropicais e furacões que atingiram o Haiti no ano de 2008 causaram enorme alarde na população do país mais pobre do hemisfério ocidental, que já sofria imensamente com crises políticas,

sociais e humanitárias, principalmente após meteorologistas alertarem que o solo já estava tão saturado que, mesmo que novas tempestades e furacões não atingissem o país, qualquer chuva futura traria consequências catastróficas. (SPENCER, 2008).

Entretanto, as catástrofes naturais que atingiram o Haiti no período de 2004 a 2008 não seriam tão graves se comparadas ao evento sísmico que viria a atingir o país no início do ano de 2010 e que proporcionaria a maior destruição e maior número de mortes que os haitianos já experimentaram durante toda a sua trajetória histórica e econômica, em uma tragédia de proporções incalculáveis.

3.2 O TERREMOTO DE 2010 E A DESTRUIÇÃO DO HAITI

Hanso Sanvilus, que trabalhava como encanador no Haiti e cursava faculdade de Engenharia Civil, afirma que morava na capital Porto Príncipe e estava na cidade quando da ocorrência do terremoto em 12 de janeiro de 2010. Disse que *“o que aconteceu foi muito triste, que foi o momento, a coisa mais horrível, que experimentou em sua vida.”* Conta Sanvilus que no instante do terremoto estava em casa, no quarto, conversando com a namorada, e que quando a terra começou a tremer, foi ela quem lhe alertou, então correram para a rua e puderam ver a desgraça acontecendo. A casa de Sanvilus não ruiu, porém puderam ver a tragédia que se abateu por toda a vizinhança. Nos dias que se seguiram, os haitianos permaneciam na rua e tinham receio de retornar para suas casas, para aquelas que conseguiram resistir à destruição causada pelo terremoto. Relata ainda Sanvilus (2016) que *“Havia muitos mortos e a população chorava pelas ruas sem saber o que fazer.”*

O Haiti, um país marcado pela miséria, fome, dificuldades econômicas e rigidez de governos ditatoriais no decorrer do século XX, parece ter sofrido ainda muito mais quando o assunto é caos, pobreza, catástrofes e desastres naturais que, ao longo da história, se abateram sobre o seu território.

Os desastres naturais proporcionam à humanidade uma inquietude que se amplia, porque, ao mesmo tempo, com eles surgem sensações de impotência, caos, insegurança, destruição e danos, os quais, não raras vezes, geram situações irreversíveis, principalmente no que diz respeito ao número de vidas que são ceifadas, ao aniquilamento de regiões urbanas e ao desequilíbrio ambiental, sendo que o maior impacto é e sempre será sobre a população humana, trazendo como consequência migrações forçadas e compulsivas. (DUTRA, 2014).

Notícias divulgadas pelo Portal *Hype Science* (2012, p.2) dão conta de que:

A ocorrência de terremotos, um dos desastres naturais mais devastadores, de acordo com as análises estatísticas realizadas e conclusões obtidas pelos cientistas e pesquisadores Charles Bufe e David Perkins, tanto na década de 1960 quanto em tempos atuais, tem aumentado, podendo “ser provocados por um monte de coisas as quais, nós, meros humanos, não entendemos direito, como pressão de poros transitórios induzidos por tensões dinâmicas de ondas sísmicas, ou oscilações livres da terra geradas por grandes terremotos distantes.

As preocupações mundiais com as consequências devastadoras geradas pelos desastres naturais são comentadas por Chade (2010, p.1):

Nos últimos dez anos, a economia global sofreu prejuízos de quase US\$ 1 trilhão por conta de desastres naturais. Diante de fenômenos que afetam áreas cada vez mais povoadas, com impacto global, a Organização das Nações Unidas criou o primeiro plano internacional de redução de riscos de desastres. O objetivo é que todos os governos signatários adotem até 2015 as diretrizes, uma espécie de guia sobre o que cada cidade, governo estadual e nacional precisa fazer para proteger as populações e alertar países vizinhos dos riscos.

“Precisamos aprender com o que estamos enfrentando para criar um regime de resposta de emergência às crises”, diz Achim Steiner, subsecretário-geral da ONU para o Meio Ambiente.

A consciência de que o mundo precisava de uma estratégia coordenada surgiu quando o tsunami provocado por um terremoto na Ásia em 2004 matou mais de 200 mil pessoas em oito países. E ganhou força com terremotos como os registrados este ano no Chile, Haiti e China.

No caso do Haiti, a própria ONU fracassou. A organização tentou montar a partir de 2004 uma política de redução de riscos no país, mas não

conseguiu fazer o projeto vingar a tempo de evitar as 230 mil mortes registradas no tremor de janeiro. O sucesso do plano internacional passa por uma maior eficiência, até mesmo das agências da ONU, criticadas pela burocracia, em criar condições que permitam a países pobres aderir ao programa.

Em que pesem às iniciativas dos organismos internacionais em estabelecer políticas, medidas e planos com bases em estudos técnicos que possam prever a ocorrência de desastres naturais, evitando, dessa forma, o caos, a destruição, a devastação ambiental e a perda de vidas; estas não têm sido suficientes para reduzir ou minimizar os impactos e consequências desses fenômenos, principalmente em países pobres e subdesenvolvidos onde a falta de iniciativa dos governantes, aliada à escassez de recursos financeiros e científicos, impossibilita a implantação de programas eficazes.

É o que se verifica no caso do Haiti onde, a 12 de janeiro de 2010, às 16h53min, segundo notícias divulgadas pelo portal globo.com (2010, p.1), “um terremoto devastador, de magnitude 7.3 na escala Richter, assolou o país, causando destruição e vitimando fatalmente milhares de pessoas, sendo que as autoridades estimaram em torno de 230.000 o número de mortos.”

O evento sísmico ocorrido no Haiti em janeiro de 2010 foi uma das maiores tragédias naturais que se abateram sobre o planeta nos últimos anos, deixando um rastro de destruição e mortes de pessoas do Haiti e de outros países, que chamou a atenção em nível global, sendo as notícias divulgadas amplamente pelos principais veículos de informação do mundo.

No Brasil, o portal de notícias globo.com (2010, p.1), dois dias após a ocorrência do evento, divulgou matéria expondo a situação em que se encontrava o Haiti, em consequência do terremoto que atingiu aquele país:

A situação humanitária do país, o mais pobre das Américas, é caótica. Pelo menos 200 mil pessoas morreram, 300 mil ficaram feridas, 4 mil foram amputadas. Há um milhão de desabrigados.

Até agora, foram confirmadas as mortes de pelo menos 21 brasileiros - 18 deles militares das forças de paz da ONU, além do diplomata Luiz Carlos da Costa, segundo homem da missão, da

médica e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, e de uma mulher com dupla nacionalidade, cuja identidade não foi divulgada a pedido da família.

A capital, Porto Príncipe, teve vários prédios destruídos.

Cadáveres foram enterrados em valas comuns ou pelas próprias famílias. Comida, água e medicamentos escasseiam.

Há o temor de que a situação de segurança fuja de controle, com a falta de água e comida estimulando saques. Também já há relato da ação de gangues armadas e de saqueadores. Haitianos desesperados brigam por comida ou tentam deixar o país.

Vários países, liderados pelos EUA, já realizam as operações de ajuda ao país, com envio de pessoal, equipamentos, alimento e dinheiro.

O jornalista Rodrigo Alvarez (2010, p.22) escreveu sobre o panorama que se descortinou na capital Porto Príncipe na tarde do dia 12 de janeiro de 2010, expondo um cenário que retratava a dimensão da tragédia que acabava de ser experimentada pela já sofrida população haitiana:

Nos minutos finais da tarde daquela terça-feira, haitiano de nenhuma espécie fazia ideia do tamanho da tragédia. Ainda que a terra costumasse tremer e muitos suspeitassem de terremoto, quem tinha certeza? E ainda que fosse um castigo imposto por um defeito da geografia, um reajuste colossal no interior do planeta, ninguém podia imaginar que se tratasse do pior deles; uma catástrofe que nem duzentos anos de vida miserável, quase bárbara, na porção oeste da ilha Hispaniola, tinham sido capazes de produzir. Enquanto o boca a boca não corresse; enquanto a primeira voz não gritasse “morreram mais de cem mil”; enquanto os vivos não ligassem os rádios de pilha e ouvissem alguma estação longínqua dizendo na língua crioula que “um terremoto de grandes proporções arrasou a capital”; enquanto os mortos não começassem a ser queimados ou comidos pelos porcos; enquanto aviões gigantes

não começassem a lotar o atarracado aeroporto da capital para trazer ajuda humanitária; enquanto tudo o que houvesse fosse poeira, gritos e escombros; cada grupo, em cada igreja, escombros, mercado, posto, repartição, hotel, edifício, favela, beco, boteco, quartel, biroscas ou buracos pensaria que a terrível maldição era um castigo exclusivo, que lhe coubera apenas a ele e aos que estavam por perto.

A ocorrência do terremoto no Haiti sensibilizou a comunidade internacional, tendo resposta imediata. O Brasil fez a maior doação de sua história para o país. Vários outros países anunciaram e destinaram fundos de emergência e a missão de paz da ONU ajudou a resgatar pessoas presas nos escombros. (R7 NOTÍCIAS, 2010). Entretanto, essas ações não foram suficientes para proporcionar aos haitianos minimizar as consequências da tragédia.

A situação de pobreza e miserabilidade histórica do Haiti torna ainda mais difícil a reconstrução do país, se comparada com outros países que foram atingidos por eventos da mesma natureza, como no caso do Japão, que foi surpreendido por um tsunami em 2011. As diferenças são visíveis no poder de recuperação de países que sofrem com a ocorrência de catástrofes naturais, sendo que a comparação entre o Haiti e o Japão explicita esse contraste verificado. (GONÇALVES, 2013).

Mesmo contando com a ajuda financeira e humanitária disponibilizada ao Haiti por diversos países, as consequências do terremoto de 2010 foram incalculáveis, marcaram e marcarão para sempre a história daquele país que, após esse evento sísmico, teve que reiniciar a sua reconstrução, sem recursos financeiros, científicos e tecnológicos suficientes, em um cenário onde se intensificou a miséria, a pobreza e o desemprego.

3.3 A MISÉRIA E O DESEMPREGO EM CONSEQUÊNCIA DO DESASTRE DE 2010

Chamado de *Saint-Domingue*¹¹ e governado pelos franceses, o Haiti, no século XVIII, era considerado a colônia mais próspera do

¹¹Saint-Domingue (em português: São Domingos) foi uma colônia francesa nas Antilhas, mais precisamente na ilha de Hispaniola de 1659 a 1804, quando se tornou a nação independente do Haiti. Os povos arauaques, caribes e tainos

mundo. Possuindo um solo extremamente fértil e que gerava colheitas em abundância, atraiu milhares de colonizadores franceses que para lá se dirigiam com o propósito de se beneficiar da riqueza agrícola produzida naquele território. Embora possuindo uma economia primária desde a sua colonização, o Haiti produzia açúcar de excelente qualidade, que continua sendo seu principal produto de exportação até os dias atuais, juntamente com a banana, manga, milho, batata doce, legumes, tubérculos e outros produtos agrícolas.

A produção agrícola do Haiti é de vital importância para sua população, pois boa parte dela vive na área rural, de onde obtém os meios de subsistência de que necessita. A vida no meio rural é o contraponto para o maior problema verificado no Haiti, o desemprego histórico. Dois terços da população vive de subempregos, não havendo uma atividade econômica de destaque, seja na agricultura, na indústria ou no setor de serviços, determinando que a maioria de sua população sobreviva com renda que não ultrapassa a dois dólares americanos por dia, criando uma situação de falta de renda e miséria que contrasta com a violência verificada nas ruas de suas principais cidades, o que é fator determinante para inibir iniciativas de novos e eventuais empreendimentos capazes de alavancar o crescimento econômico do país.

A economia do Haiti é muito pouco desenvolvida e encontra-se destroçada, sendo o setor primário o principal responsável pela captação de receitas financeiras. Aliada ao baixo desenvolvimento econômico, a instabilidade política do país dificulta a entrada de investimentos estrangeiros, tendo a nação sofrido vários golpes militares ao longo do século XX, período em que foi governada por ditadores durante muitos anos, ocasionando a perseguição de opositores e a morte de muitos habitantes.

Essa situação de miserabilidade e instabilidade fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU) intervisse na política nacional, sendo que países como o Brasil e os Estados Unidos destinam ações no sentido de promover a pacificação e a busca de estabilidade econômica naquele país, conforme retratam Bonomo e Bonomo (2010, p.1):

ocuparam a ilha antes da chegada dos espanhóis. Quando Cristóvão Colombo tomou posse da ilha em 5 de dezembro de 1492, ele a nomeou a La Española, significando "A (Ilha) Espanhola". A tradução lusófona de uso comum foi logo Hispaniola.

Os problemas de ordem econômica, social e política que assolam o Haiti fazem deste país foco de atenção dos Estados Unidos da América (EUA) e do Brasil. Suas políticas comerciais apresentam, cada vez mais, uma interface com medidas relacionadas a programas de desenvolvimento do Haiti.

O Haiti é o país mais pobre e com o pior índice de Desenvolvimento Humano (0.532) das Américas. Cerca de 70% da população vive com menos de US\$ 2,00 por dia e o desemprego crônico, atingindo entre 75% e 80% da força de trabalho. Entre os países catalogados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Haiti apresenta, ainda, o quarto maior índice de Gini (59.5), indicador de concentração de renda. No país, os 10% mais ricos possuem 54 vezes mais riqueza do que os 10% mais pobres.

Os problemas da pobreza e do desemprego são agravados pela alta incidência de desastres naturais. O Haiti está localizado na rota dos furacões que assolam o Caribe e seu território sismicamente ativo. Por essa razão, o país possui histórico significativo de destruição da infraestrutura econômica e social por enchentes e terremotos. O país chegou a ter perdas econômicas de até 62% do Produto Interno Bruto (PIB) em um único desastre.

Por fim, o Haiti padece de incessante instabilidade política. Desde a Revolução Haitiana (1791-1804), que pôs fim ao colonialismo francês, o país viveu quase ininterrupta sucessão de regimes autocráticos, cujos chefes de governo foram, em geral, depostos. Até os anos 1990, essa situação coexistiu com intervenções e ocupações militares estrangeiras, sobretudo dos EUA.

Esse cenário social, político e econômico, que já proporcionara miséria e desemprego históricos no Haiti, foi agravado pelas consequências do terremoto de 2010, quando, em apenas trinta e cinco segundos a nação inteira veio abaixo. O evento sísmico abalou principalmente a capital Porto Príncipe e fez com que mais de trezentos prédios ruíssem, atingindo praticamente todas as instituições de governo e, inclusive, a sede das Nações Unidas, causando mais de duzentos e

trinta mil mortes e sendo considerado o pior até então registrado nas Américas.

Não restam dúvidas de que as consequências do terremoto de 2010 agravaram ainda mais a situação econômica e social do Haiti, contudo, o país já apresentava sinais de caos, com pobreza generalizada, desemprego, altas taxas de mortalidade infantil e falta de condições básicas de subsistência. E mesmo com a ajuda internacional ele não consegue melhorar o cenário caótico em que se encontra, conforme relata Pereira (2011, p.1):

1 - A semelhança caótica entre o antes e o depois
Ninguém duvida que o terremoto de 7.0 na escala de Richter foi desastroso. Contudo, o Haiti já apresentava sinais de caos, com pobreza generalizada, 80% desempregados e altíssima taxa de mortalidade infantil em que 1 em cada 13 crianças morre antes dos 5 anos. Como no jogo infantil dos 7 erros, as duas imagens são tão parecidas que as diferenças se tornam irrelevantes, ainda mais num cenário onde 70% dos 10 milhões de haitianos não têm acesso a elementos básicos de sobrevivência.

2 - Ajudar sim, mas substituir não. A assistência internacional não pode se tornar caridade estrutural.

O Haiti sofre com o dilema da cooperação internacional. De um lado, a calamidade é tão aguda que há um sentimento de responsabilidade moral de fazer algo para, se acaso não melhorar, impedir que imploda. Por outro lado, a assistência internacional por si só não gera desenvolvimento. Sem o comprometimento das elites e a vontade do povo em superar os desafios domésticos, a assistência internacional torna-se um aparato irresponsável de subdesenvolvimento e um motor para a cultura de mendigar ajuda externa ou uma droga de dependência. No primeiro momento, a assistência humanitária cumpre um papel fundamental. Em seguida, compete à cooperação para o desenvolvimento assessorar para estabelecer diretrizes em harmonia com os interesses nacionais a serem executados pelo governo. Se não há recursos, a comunidade internacional deve ajudar, contudo não pode ser

um substituto crônico do Estado oficialmente soberano e um governo incapaz, nem servir de um motor de caridade estrutural.

A pobreza histórica verificada no Haiti, ao contrário do que afirmam em massa os meios de comunicação, não é decorrente, tão somente, de catástrofes naturais. A história do país revela que a nação tornou-se extremamente pobre porque foi violentamente espoliada em seus recursos naturais pelos países imperialistas nos últimos três séculos, principalmente pela França e pelos Estados Unidos que, quando exauridas as fontes geradoras de riqueza, abandonaram o país deixando-o na miséria e na pobreza extrema, entregando-o nas mãos de governos ditatoriais e sem quaisquer escrúpulos ou interesse em promover ações visando ao desenvolvimento econômico e de gerar bem-estar social à sua população.

Os problemas crônicos que o Haiti enfrenta há décadas e que se agravaram potencialmente com o terremoto de 2010, com condições precárias de moradia, ausência total de saneamento, desorganização no trânsito, miséria, e pobreza extrema assustam empresários e afugentam indústrias, gerando desemprego e fazendo com que a saída para muitos seja o mercado informal, ocasionando a falta de arrecadação por parte do estado que, por sua vez, não tem condições para investimentos em infraestrutura e saneamento básico, formando um ciclo aparentemente irremediável. (MANOUKIAN, 2015).

Mesmo as ações desenvolvidas pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)¹² a partir do ano de 2004,

¹² A MINUSTAH (sigla em francês para Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti) foi criada em 30 de abril de 2004, por meio da resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas). Liderada pelo Brasil desde o início, a missão militar tem como objetivo levar segurança ao país centro-americano durante o governo transitório, mantendo a ordem e dando apoio aos funcionários da ONU na reconstrução das organizações do país. Em 1º de junho de 2004, a MINUSTAH aportava em solo haitiano e seu componente militar, chefiado pelo General de Divisão Augusto Heleno Ribeiro Pereira, contava com um efetivo de 6.700 homens oriundos da Argentina, Benin, Bolívia, Brasil, Canadá, Chade, Croácia, França, Jordânia, Nepal, Paraguai, Portugal, Turquia e Uruguai. Desse universo, quase 1.300 homens eram de nacionalidade brasileira. (FAGANELLO, 2013). Atualmente, há cerca de 1.000 militares brasileiros em atuação na Minustah, que conta ao todo com um efetivo de aproximadamente 5.000 homens. (STOCHERO, 2015).

depois que o presidente Jean-Bertrand Aristide¹³ foi deposto, não foram capazes de mudar a situação vivenciada pela nação haitiana, onde cerca de 80% da população ainda vive na pobreza e o desemprego atinge cerca de trinta por cento dos trabalhadores ativos, o que tem feito com que muitos haitianos, principalmente a partir do terremoto de 2010, passassem a emigrar para outros países na expectativa de obtenção de emprego, renda e melhores condições de subsistência.

3.4 A EMIGRAÇÃO: EM BUSCA DE UMA NOVA PERSPECTIVA DE VIDA

Com cerca de dez milhões de habitantes, o Haiti é uma nação caracterizada, nas duas últimas décadas, pela diáspora¹⁴. Estimativas de organismos internacionais dão conta de que mais de dois milhões de haitianos tenham deixado o país em decorrência das turbulências políticas, dos desastres naturais havidos no período de 2004 a 2008 e, principalmente, após a ocorrência do terremoto de 2010, a partir de quando milhares deles cruzaram fronteiras para recomeçar sua trajetória de vida em outros países.

A reconstrução de um país ou região, após ser atingido por um desastre natural de grandes proporções, é um processo incansável e nem sempre os resultados são tão visíveis. Mesmo depois de passados seis anos da ocorrência do terremoto que abalou o Haiti e contando com a ajuda de missões civis e militares internacionais, a situação no país não apresenta um cenário capaz de fazer crer a seus habitantes que possam restabelecer sua situação e vislumbrar um futuro melhor.

A própria MINUSTAH, chefiada pelo Brasil e com previsão de saída do Haiti para se iniciar em 2016, divide a opinião de especialistas, conforme escreve Gerchmann (2014, p.1), ao fazer um balanço de 10 anos da missão da ONU no país:

¹³ Jean-Bertrand Aristide (Port-Salut, 15 de Julho de 1953) é um político haitiano e ex-padre católico salesiano, ligado à teologia da libertação, que foi presidente do Haiti em três períodos: em 1991, de 1994 a 1996, e novamente de 2001 a 2004. Em 1988 foi expulso dos Salesianos. Os apoiadores de Aristide o consideram “o primeiro líder democraticamente eleito do Haiti” e também um “amigo dos pobres”. Já seus críticos dizem que ele se tornou ditatorial e corrupto. (O’GRADY, 2008).

¹⁴ “(Do grego *diasporá*, ‘dispersão’) 1. A dispersão dos Judeus, no decorrer dos séculos. 2. Dispersão de povos por motivos políticos ou religiosos, em virtude de perseguição de grupos dominadores intolerantes.” (FERREIRA, 1999, p.677).

A possibilidade de renovação existia. Mas, passados o terremoto devastador, a implacável epidemia do cólera e o agravamento da miséria, a missão completa uma década sob a polêmica entre quem vê avanços na segurança interna de um dos países mais pobres do mundo e quem critica a intromissão militar que inibiria a autonomia institucional.

O atual comandante da missão da ONU no Haiti, general brasileiro José Luiz Jaborandy Júnior, relata que o país vive uma crise derivada da renúncia do premiê e da dissolução do Parlamento, sendo as principais preocupações do militar os protestos violentos, as disputas de território entre gangues e as incertezas políticas, tornando “frágil e volátil” a atual situação do país, “podendo se deteriorar rapidamente”, havendo manifestações por razões distintas, que vão desde a melhoria das condições de ensino e aumento salarial para professores, até a falta de energia elétrica e de água, carência na assistência médico-hospitalar, dentre outras. (STOCHERO, 2015).

Mais de 70% da população haitiana se encontra desempregada e muitos trabalham em regime de economia informal, vendendo comida, café, roupas, frutas, diesel e carvão nas ruas para conseguir algo em torno de 1,5 dólares por dia, e o restante da população é absorvida pela máquina estatal, por ONGs estrangeiras e pelas modestas indústrias existentes no local, dentre as quais se destaca a têxtil. (GOMBATA, 2014).

Sem saneamento básico e sem água tratada, com apenas 10% da população tendo acesso à energia elétrica, o cotidiano do povo haitiano é retratado por uma situação de precariedade, com uma economia atual baseada, majoritariamente, no Petrocaribe (acordo com o governo venezuelano por meio do qual as nações caribenhas compram petróleo em condições de pagamento preferencial) e na ajuda externa, concentrada nas mãos das ONGs estrangeiras. A disputa pela sobrevivência nas ruas do Haiti é desumana, num contexto em que a maioria da população não sabe o que é ter um emprego formal. (GOMBATA, 2014).

Embora se verifique na capital Porto Príncipe alguma melhoria nas condições de vida dos haitianos, com redução do número de pessoas que viviam em acampamentos, passando de 1,5 milhão após o terremoto de 2010, para 350 mil em 2013; remoção de quase todos os escombros; e construção de casas, ruas e empresas, o Haiti, por ser um país muito

vulnerável, apresenta um avanço lento e frágil, havendo ainda um contingente de cerca de 500 mil que sobrevivem com alimentação insuficiente e 74 mil menores de cinco anos em situação de desnutrição. (MUNAIZ, 2013).

Segundo Gombata (2014, p.1):

Há ainda 137 mil haitianos vivendo em acampamentos, desde que perderam suas casas no terremoto de 2010. Para eles a reconstrução do país é praticamente inexistente, a mobilização parece ter ficado na força tarefa inicial para o envio de ajuda humanitária e na remoção dos escombros, aumentando a sensação de abandono crônico e pobreza que ainda imperam. Suas casas de chapa, zinco e madeira chegam a abrigar até dez pessoas que, dificilmente, fazem mais de uma refeição por dia, não sendo raros os relatos de adultos e crianças que chegaram, inclusive, a ficar uma semana sem qualquer refeição.

A situação de miséria e pobreza nos acampamentos é agravada pela atuação de gangues rivais, cuja rivalidade volta a compor a vida dos haitianos. Na inexistência de iluminação pública, ninguém se arrisca a caminhar nas vielas entre os barracos quando anoitece. Assim os homicídios se intensificam em terrenos longe dos olhos e do alcance das forças de segurança.

A falta de perspectivas diante da escassez de postos de trabalho, da insegurança e da miséria crônica que assola o Haiti motiva a emigração do povo haitiano. Desse modo, milhares de haitianos buscam sair do país desde 2010, na expectativa de uma reconstrução econômica e social de suas vidas em outras regiões do planeta.

Afirma Gombata (2014, p.2) que “a diáspora haitiana não é algo novo, estimando-se que 830 mil haitianos vivam nos EUA, 800 mil na República Dominicana, 100 mil no Canadá e 80 mil na França”, ressaltando que “o Brasil, que vem sendo foco recente dessa migração, é hoje lar para mais de 35 mil deles”. Destaca, ainda, a observação de Rubem César Fernandes, diretor da Viva Rio, ONG há dez anos no Haiti, de que “os haitianos sempre procuraram ir para países como Canadá, EUA e México, agora chegou a vez do Brasil”.

3.5 A OPÇÃO DOS HAITIANOS PELO BRASIL

No cenário de precariedade que se instalou no Haiti após os desastres naturais ocorridos a partir do ano de 2004, agravado sobremaneira pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010, que criou na maioria da população haitiana um descrédito quanto à possibilidade de melhorias nas condições econômicas e sociais que se estabeleceram em seu território, principalmente diante da quase impossibilidade de restabelecimento de uma situação de normalidade, se é que esta alguma vez existiu naquele país, e ante a falta de expectativas quanto a um futuro melhor, os haitianos entenderam que a única possibilidade de vislumbrar uma mudança em suas vidas seria emigrar para outro país para tentar reconstruir suas vidas, passando a ser o Brasil um dos destinos adotados pelos mesmos.

A crise econômica global verificada a partir do final de 2008, além de gerar expectativas de retorno de vários brasileiros que viviam no exterior, demonstrava uma estabilidade econômica no Brasil capaz de transpor essa fase da economia mundial. Isso despertou a atenção de trabalhadores de várias regiões do globo, dentre os quais os haitianos, principalmente depois da trágica experiência com o terremoto de 2010. Eles viram no território brasileiro um porto seguro para a tentativa de reconstrução de suas vidas, diferentemente do que se verificava em outros países, conforme relatam Fernandes, Milesi e Farias (2011, p.2):

Se por um lado, a situação dos países centrais do sistema capitalista indicava que eles passavam por um rearranjo “produtivo”, que penalizava a geração de empregos e em particular as ocupações exercidas pelos imigrantes, funcionando assim como *fator de expulsão* dos imigrantes, por outro as medidas tomadas pelo governo brasileiro para combater a crise, que tinham como prioridade a manutenção da capacidade produtiva e do emprego no País, funcionavam como *fator de atração* para aqueles que viviam em dificuldades no exterior.

Relatam também, Fernandes, Milesi e Farias (2011, p.2), que as medidas adotadas pelo governo brasileiro, a partir do ano de 2009, no sentido de implantar acordos visando à entrada e regularização de estrangeiros no Brasil, tornava o país atraente para os trabalhadores migrantes:

Ao mesmo tempo, no plano internacional, o Brasil toma medidas para a implantação dos acordos bilaterais de livre trânsito entre os países do Mercosul e, em 2009, entra em vigor o acordo multilateral de livre trânsito de nacionais entre os países membros efetivos e associados deste bloco regional, acordo este ampliado em 2011 com a adesão do Equador e Peru. Também em 2009, o governo brasileiro concede uma anistia aos estrangeiros em situação irregular no país, o que permite a regularização de 45.008 imigrantes.

A privilegiada situação econômica apresentada pelo Brasil em relação a outros países na década passada e início desta, fez com que os pedidos de vistos de trabalho no país por estrangeiros aumentassem de forma contínua, sendo muitos para funcionários de empresas externas que vieram investir no país (FERNANDES; DINIZ, 2009), mas também para trabalhadores imigrantes que, de forma espontânea e independente, ingressaram no território brasileiro em busca de novas oportunidades de trabalho e renda. Em 2010, as autorizações de trabalho concedidas pelo Ministério do Trabalho ultrapassaram a casa dos 55.000. (MTE, 2014).

A opção dos haitianos em migrar para o Brasil após o terremoto de 2010, entretanto, não teve como motivação tão somente a situação econômica vivenciada pelo país nas duas últimas décadas, mas também a histórica simpatia dos habitantes do Haiti pelo futebol brasileiro, bem como pela ação das forças da MINUSTAH, estabelecida em território haitiano desde 2004 e liderada pelas tropas brasileiras.

Conforme descrevem Moraes, Andrade e Mattos (2013, p.100), os haitianos não buscaram migrar para o Brasil logo após o terremoto, porém o fluxo migratório se intensificou nos anos seguintes:

O recente fluxo migratório de haitianos para o Brasil iniciou-se de forma tímida, após o tremor de 2010, porém intensificou-se no final de 2011 e começo de 2012. Estima-se que, neste período, cerca de 4.000 imigrantes haitianos, segundo dados do Ministério da Justiça – MJ, entraram ilegalmente no país. Os haitianos adentraram principalmente pelas fronteiras do Acre e do Amazonas, mas há rotas nos estados de Roraima, Mato Grosso e Amapá. Segundo estimativa do Ministério das Relações Exteriores – MRE o montante de haitianos em território brasileiro já

supera a marca de 10.000, sendo que, até 30 de junho de 2013, 6.052 estavam com seus vistos permanentes regularizados, segundo o Memorando nº 907/2013 da Secretaria Nacional da Justiça do MJ.

Moraes, Andrade e Mattos (2013, p.100) ainda destacam a intensificação da emigração de haitianos para o Brasil, com base nos dados divulgados pelo Conselho Nacional de Imigração – CNIg quanto à emissão de concessões de permanência aos mesmos:

Evidencia-se que a leva de imigrantes provenientes do Haiti para o Brasil é fenômeno dinâmico, com variação de tempo e de espaço bem marcantes, pois, conforme dados do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, órgão colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no ano de 2010, foram concedidas autorização de permanência somente para 4 haitianos. Em 2011, foram 709, no entanto, em 2012, foram 4.682 e, até junho de 2013, foram 870 concessões.

A intensificação dos trabalhos dos oficiais do exército brasileiro na MINUSTAH, após a tragédia de 2010, foi fator determinante para a opção de haitianos pelo Brasil, sendo que muitos dos habitantes daquele país se aproximaram dos brasileiros, desde que estes para lá foram enviados, e aprenderam o idioma português, visto que o convívio despertou o interesse e a simpatia do povo haitiano pelo território brasileiro como destino migratório, que se tornou para os haitianos não somente um sinônimo de ajuda, mas também de oportunidade. (ALESSI, 2013).

A presença e atuação da MINUSTAH no Haiti, liderada pelo Brasil, que foi fator determinante para a opção de haitianos pelo Brasil após o terremoto de 2010, está demonstrada em relatório disponibilizado pela ONU (PNUD BRASIL, 2015, p.4):

Podemos caracterizar a presença da MINUSTAH durante estes 10 anos em três etapas gerais: [a primeira é] a implantação da missão, com uma postura mais enfática para restabelecer a segurança. Com a conquista desse cenário, já se pensava em uma diminuição de tropa, mas nos

deparamos com um terremoto, e entramos na segunda fase, de apoio humanitário e reconstrução do país. Entre o período de 2013 e 2016, entrará em vigor um novo plano de consolidação para o país. Hoje a postura das tropas da ONU é muito mais de apoio às instituições nacionais para manter a segurança, disse o comandante da força de paz, o brasileiro José Luiz Jaborandy Júnior. (Grifo no original).

Gombata (2014, p.3) relata a opinião do coronel Vinicius Ferreira Martinelli, comandante do BRABAT (Batalhão de Infantaria de Força de Paz), que enfatiza que o bom relacionamento dos soldados brasileiros com a população haitiana é fator que influencia quando os haitianos pensam em tentar a vida em outro país: “É um reflexo da experiência positiva do contato que eles têm com os brasileiros. Eles querem ir para o Brasil porque acham que nosso país é aquilo que veem das tropas brasileiras, dos brasileiros que estão aqui.”

A opção dos haitianos pelo Brasil também foi consequência da política do “Visto Humanitário” adotada pelo governo brasileiro, quanto ao ingresso desses imigrantes no país, que fez publicar no Diário Oficial da União, em 13 de janeiro de 2012, a resolução normativa número 97, do Conselho Nacional de Imigração – CNIg (MTE, 2015), concedendo vistos permanentes aos originários do Haiti, condicionados ao prazo de cinco anos, sendo caracterizadas como razões humanitárias aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto de 2010. (ALESSI, 2013).

Os haitianos que ingressaram no Brasil e obtiveram o visto humanitário a partir de 2012, estão autorizados a residir no país, com direito ao acesso à educação, à saúde e ao trabalho, sendo absorvidos pelas empresas brasileiras que, nos primeiros anos desta década, experimentavam grandes dificuldades em encontrar mão de obra nacional, visto a situação de pleno emprego verificada na economia brasileira.

3.6 CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: A ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA

No início desta década, o Brasil experimentou uma fase de crescimento, diferenciado daquele por que passavam as economias norte-americana e dos países da zona do euro, devido a uma combinação

de políticas mal articuladas, aliadas a um mercado consumidor fragilizado, que sufocava o crescimento econômico. No Brasil, a situação caminhava inversamente, pois o crescimento de sua economia levava o país a obter um desempenho do PIB acima da média daquelas economias.

Uma série de fatores impulsionava a economia brasileira, dentre os quais destacamos a crescente demanda por matérias-primas, crescimento do poder aquisitivo da classe média, grandes aportes de capital estrangeiro em investimentos no país e início da exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal. Aliados a esses fatores vieram se juntar aqueles decorrentes dos investimentos em obras para preparar o país para a realização de eventos internacionais, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A conjugação de todos esses fatores fez com o que o país necessitasse de grande contingente de mão de obra qualificada, fazendo com que a demanda superasse a oferta, como bem destacaram Anderson, Baldwin, Lovallo e Pumariega (2012, p.1):

Em seu nível mais básico, a escassez de mão de obra qualificada no Brasil é pouco mais do que um desequilíbrio entre oferta e procura. Com a economia do país em franco crescimento — e no contexto de um histórico de poucos investimentos em educação por parte do governo — as empresas que operam em diversos setores e indústrias precisam de trabalhadores mais qualificados do que aqueles que o mercado de trabalho oferece atualmente, o que leva a cotas de contratação não atingidas, aumento da pressão sobre os empregados contratados e ritmo mais lento de crescimento. A escassez é especialmente acentuada em empresas que precisam de técnicos e de engenheiros. Em vista da demanda de grandes contingentes desses especialistas, as indústrias de petróleo, gás, imóveis e o setor aeroespacial foram fortemente atingidos pela insuficiência de mão de obra.

Embora muitos países em desenvolvimento estejam sofrendo com fenômeno semelhante, a questão da mão de obra é especialmente severa no Brasil, que ficou recentemente em terceiro lugar no ranking mundial de países com problema de escassez de mão de obra. De acordo com um

estudo da empresa de recursos Manpower, que entrevistou mais de 40.000 empregadores de 39 países diferentes, 57% dos empregadores no Brasil não conseguem encontrar os profissionais qualificados de que precisam para operar seus negócios. Cláudio Lampert, diretor do departamento jurídico da empresa brasileira de logística Grupo LLX, é um desses empregadores. “A falta de mão de obra qualificada não é um problema que teremos de enfrentar no futuro; é um problema atual”, diz.

A carência de mão de obra no Brasil, tanto em nível técnico quanto em nível superior, também é explicitada por Barrucho (2014, p.1):

A falta de preparo do trabalhador brasileiro e o estigma associado aos cursos profissionalizantes - que faz com que muitos jovens ainda prefiram optar pela universidade do que pela escola técnica - criou sérios problemas para as empresas brasileiras na busca por mão de obra.

Uma pesquisa da empresa de recrutamento Manpower Group, divulgada no mês passado, mostrou que a taxa de escassez de talentos (mão de obra qualificada) no Brasil é de 63%, quase o dobro da média mundial (36%). Foram ouvidos na sondagem mais de 37 mil empregadores de 42 países e territórios. Outro levantamento, da Fundação Dom Cabral (FDC), em São Paulo, publicado em abril deste ano, diz que nove entre cada dez empresas brasileiras apresentam dificuldades em preencher seus quadros.

As companhias citam a escassez de profissionais capacitados (83,23%) e a deficiência na formação básica (58,08%) como os principais entraves para assinar carteiras. O estudo foi realizado com base em dados fornecidos por 167 empresas de diferentes setores que, juntas, respondem por 23% do PIB.

Sem saída, as empresas acabam abrindo mão de exigências como experiência, pós-graduação e fluência no inglês para contratar. Além disso,

oferecem pacotes de benefícios para reter os profissionais já contratados.

A falta de mão de obra qualificada, que se verificou com maior ênfase no início desta década, já era uma preocupação da classe empresarial no início da década passada, conforme conclusões obtidas por Pinheiro (2004, p.4), em sua dissertação de mestrado sobre a questão da mão de obra como barreira ao desenvolvimento empresarial no Brasil:

A pesquisa concluiu que, no setor estudado, não há desemprego ou excesso de mão de obra, mas despreparo, ausência de mão de obra qualificada para ocupação de vagas disponíveis. O despreparo é detectado em habilidades básicas como leitura e escrita, o que impede tanto a especialização do trabalhador e seu aprimoramento, quanto o desenvolvimento sustentável da pequena e da micro empresa no Brasil. Os resultados desta pesquisa indicaram que a qualificação básica da mão de obra é um obstáculo ao desenvolvimento que vai além do âmbito da organização empresarial.

O cenário econômico do início desta década descrevia o papel positivo do Brasil no cenário internacional, chegando a atingir a posição de sexta economia mundial e sendo o foco das principais empresas do exterior, entretanto, tanto essas empresas quanto as de origem nacional se deparavam com o obstáculo da falta de mão de obra qualificada, principalmente aquelas voltadas a atender demandas internacionais e as que tinham como atividade operacional o preparo da estrutura de serviços do país e a construção das obras para atender aos eventos Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. (PAULON, 2013).

Ressalta Paulon (2013, p.1), que “diversos estudos demonstram que o crescimento do País pode estar comprometido por um possível quadro de escassez de mão de obra qualificada”, o que levou o governo brasileiro a investir em programas de qualificação profissional, como o PRONATEC¹⁵, visando proporcionar condições de melhorar a prestação

¹⁵ O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de

de serviços no Brasil, sendo que, de igual forma, diversas instituições de ensino superior passaram a enfatizar em seus cursos de graduação a necessidade de preparar os brasileiros para um mercado de trabalho em franca expansão.

A ampliação do foco na necessidade de preparação de mão de obra é também mencionada por Paulon (2013, p.1), que destaca a falta de investimento do empresário brasileiro na qualificação profissional de seus quadros de colaboradores, impedindo que as empresas brasileiras consigam competir com as de outros países:

Esta preocupação com a qualificação da mão de obra não é recente, mas se intensificou nos últimos anos. Pesquisas sobre a importância do Brasil no cenário internacional realizadas por entidades importantes como a Confederação Nacional da Indústria informam que as indústrias brasileiras que não investem em educação e qualificação profissional não conseguem competir com outros países também em crescimento, tal como a Índia, por exemplo. Importante destacar que os indianos falam mais inglês do que os brasileiros. Outros perigos que o despreparo oferece são aqueles referentes à ineficiência, desperdício, dentre outros, o que resulta em potenciais problemas de qualidade, custos mais elevados e lucros menores.

cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. O PRONATEC busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada. (PRONATEC, 2015).

Os investimentos em educação realizados pelo governo do Brasil nos últimos anos, entretanto, melhoraram a qualificação dos trabalhadores do país, sendo que a porcentagem de desempregados brasileiros com mais de onze anos de estudos aumentou de vinte por cento em 1992 para cinquenta por cento em 2012 (IPEA, 2014, s/p), sendo que, de acordo com o relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em maio de 2014, os dados contradizem uma das principais queixas dos empresários, de que o Brasil carece de mão de obra qualificada para várias atividades.

A escassez de mão de profissionais qualificados não foi o único entrave encontrado pelas empresas brasileiras na fase de crescimento econômico experimentada na década passada e, principalmente, no início desta década. Também na contratação de mão de obra sem qualificação verificou-se uma grande carência de trabalhadores disponíveis no mercado, em decorrência da situação de pleno emprego vivenciada pela economia brasileira.

Segundo Marcelo Neri, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014, s/p), “há evidências contrárias à noção de que o país sofre com escassez de mão de obra qualificada, pelo contrário, a oferta de trabalho qualificado vem aumentando continuamente, especialmente na última década”, e ressalta, ainda, que “os dados mostraram que a grande falta de mão de obra se registra nas ocupações pouco qualificadas, como, por exemplo, agricultura, construção civil e trabalho doméstico.”

A escassez de mão de obra na economia brasileira resta clarificada ao analisarmos os índices de desemprego no Brasil apresentados no estudo realizado pelo IPEA (2014), que demonstra que os mesmos caíram de 13,10% em abril de 2004, para 5,30% em dezembro de 2010, sendo que a taxa de desemprego no país atingiu seu menor patamar em dezembro de 2014, chegando a 4,30%, tendo esses índices iniciado uma trajetória de elevação a partir de janeiro de 2015, conforme tabela divulgada no sítio eletrônico do IBGE (2016):

Quadro 5 - Taxas de desemprego no Brasil

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Jan	11,70%	10,20%	9,20%	9,30%	8,00%	8,20%	7,20%	6,10%	5,50%	5,40%	4,80%	5,30%
Fev	12,00%	10,60%	10,10%	9,90%	8,70%	8,50%	7,40%	6,40%	5,70%	5,60%	5,10%	5,90%
Mar	12,80%	10,80%	10,40%	10,10%	8,60%	9,00%	7,60%	6,50%	6,20%	5,70%	5,00%	6,20%
Abr	13,10%	10,80%	10,40%	10,10%	8,50%	8,90%	7,30%	6,40%	6,00%	5,80%	4,90%	6,40%
Mai	12,20%	10,20%	10,20%	10,10%	7,90%	8,80%	7,50%	6,40%	5,80%	5,80%	4,90%	6,70%
Jun	11,70%	9,40%	10,40%	9,70%	7,80%	8,10%	7,00%	6,20%	5,90%	6,00%	4,80%	6,90%
Jul	11,20%	9,40%	10,70%	9,50%	8,10%	8,00%	6,90%	6,00%	5,40%	5,60%	4,90%	7,50%
Ago	11,40%	9,40%	10,60%	9,50%	7,60%	8,10%	6,70%	6,00%	5,30%	5,30%	5,00%	7,60%
Set	10,90%	9,60%	10,00%	9,00%	7,60%	7,70%	6,20%	6,00%	5,40%	5,40%	4,90%	7,60%
Out	10,50%	9,60%	9,80%	8,70%	7,50%	7,50%	6,10%	5,80%	5,30%	5,20%	4,70%	7,90%
Nov	10,60%	9,60%	9,50%	8,20%	7,60%	7,40%	5,70%	5,20%	4,90%	4,60%	4,80%	7,50%
Dez	9,60%	8,30%	8,40%	7,40%	6,80%	6,80%	5,30%	4,70%	4,60%	4,30%	4,30%	6,90%

Fonte: IBGE/2016

A elevação dos níveis de escolaridade dos brasileiros, aliada ao aumento da capacitação profissional, provocou escassez de mão de obra para aquelas atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação, fato verificado na grande oferta de emprego para preenchimento destes cargos nos primeiros anos desta década, fator que despertou a atenção de trabalhadores de outros países, pois, conforme pontua Paulon (2013, p.1), “os acontecimentos do mundo contemporâneo, massificados pelo fenômeno da globalização e pelo acesso aos meios de comunicação social, estão permanentemente expostos para análise e discussões.”

Embora o crescimento econômico brasileiro tenha diminuído recentemente, os índices de desemprego no Brasil ainda se encontram em patamares historicamente baixos, com muitas empresas tendo dificuldades para encontrar trabalhadores para preencher as vagas disponíveis, numa economia em que os níveis salariais mais baixos do mercado de trabalho também cresceram, elevando a renda dos

brasileiros mais pobres, num cenário que, a partir do início desta década, vem absorvendo os pobres do Haiti, que tendem a ocupar vagas onde falta mão de obra.

3.7 A TRAJETÓRIA PARA O BRASIL: DIFICULDADES E DESAFIOS

Não vislumbrando quaisquer possibilidades de melhor sorte em sua terra natal, os haitianos, um povo maltratado e sofrido, vivendo em um país devastado pelo colonialismo e destruído por um terremoto de grandes proporções, numa pátria explorada e enganada por toda a sorte de espertalhões, os homens e mulheres daquela que foi a primeira nação independente da América Latina e a primeira a abolir a escravidão, empreendem-se em uma nova aventura em direção ao Brasil, a “Terra Prometida”, como é o *slogan* atribuído pelos vendedores de ilusões que atuam em países e regiões onde despontam as novas levas de migrantes contemporâneos.

A diáspora haitiana em busca de uma vida melhor em outro país, deixando para trás família, cultura e hábitos de vida, entretanto, acaba não realizando o sonho dos habitantes do Haiti que empreendem viagem em direção ao Brasil, numa rota de dificuldades, desafios e incertezas, como bem é retratado por Rollsing (2015, p.1):

Estimulados pela esperança de encontrar emprego e melhores condições de vida, dezenas de milhares de estrangeiros, principalmente haitianos, investem o pouco que têm para chegar ao Brasil. Enfrentam voos e horas de viagem de ônibus, roubos, achaques e todo tipo de incertezas. Deparam com a precariedade de abrigos onde chegam sem, muitas vezes, saber onde estão e para onde vão.

A viagem do Haiti para o Brasil faz os haitianos experimentarem uma trajetória de desafios e dificuldades inimagináveis para quem busca o sonho de reconstrução de vida em outro país. Na maioria dos casos, aqueles que tomam a decisão de empreender essa viagem percorrem um longo caminho até chegarem ao destino almejado, que, às vezes, pode levar até quatro meses, conforme relatos de alguns dos haitianos que escolheram a Região da AMREC para reconstruir suas vidas. Inicialmente, tem que sair de ônibus do Haiti para a República

Dominicana, onde tomam um voo que os levará até o Panamá, ou diretamente ao Equador, ou para o Peru. A partir desses destinos, eles têm que percorrer um novo caminho de ônibus, que pode ultrapassar dois mil quilômetros de distância, até o estado do Acre, no Brasil, sendo as principais cidades de destino Brasília, Epitaciolândia e a capital – Rio Branco.

Existe, ainda, a possibilidade de tomar um voo nas cidades de Cap-Haïtien ou na capital Porto Príncipe, diretamente para a cidade de São Paulo, mas isso somente é possível para os haitianos que conseguem obter, ainda no Haiti, o visto de entrada e permanência em território brasileiro, o que não é possível para a maioria dos nacionais daquele país que, na falta de outra opção, acabam se empreendendo em uma arriscada viagem por diversos países das Américas Central e do Sul, até conseguir ingressar no Brasil.

Imagem 2 - Rotas utilizadas pelos haitianos para chegar ao Brasil



Fonte: G1.com.br – Infográfico (2015).

Essa segunda opção é demasiadamente arriscada e incerta, pois os haitianos acabam, na maioria das vezes, ficando nas mãos dos agenciadores de viagens que, geralmente, cobram entre US\$ 1.500 a US\$ 4.000 para preparar a documentação necessária e acompanhar o itinerário até o Brasil, entretanto, na grande parte das vezes, acabam por se afastar dos haitianos no meio do caminho, abandonando-os à própria sorte, então eles passam a correr o risco de se perderem e de serem vítimas de ladrões e saqueadores.

Milhares de haitianos apostaram tudo o que tinham para atravessar as Américas e chegar às cidadezinhas da Amazônia brasileira, a partir do final do ano de 2011, em uma busca desesperada por emprego, com um pico que se observou no final daquele ano e no início de 2012, visto que os nacionais do Haiti receavam uma tomada de medida do governo brasileiro, bloqueando esse influxo, ante o risco de que se tornasse grande demais e fugisse do controle das autoridades locais, que temiam, também, a incapacidade de absorção de tamanho contingente de imigrantes haitianos. (ENGLE, 2012).

O tempo gasto para chegar do Haiti até o Brasil é, em média, de dez dias, porém, pode se estender por meses, conforme alguns casos relatados por haitianos que se empreenderam nessa jornada. Isso decorre, principalmente, da falta de vistos para ir de um país a outro e, com maior ocorrência, da falta de recursos para custear as despesas de viagem, situação que é relatada pela maioria dos haitianos residentes na Região da AMREC, que afirmam ter enfrentado essa situação para conseguir chegar ao território brasileiro.

Também existem relatos de haitianos que afirmam que tiveram que trabalhar em empregos temporários e em condições de exploração por alguns meses no Equador e no Peru, para poderem obter recursos para prosseguir a viagem em direção ao Brasil, enquanto aguardavam, ao mesmo tempo, a concessão de vistos para entrada nesses países, situação essa mencionada por Massilon Gladson, atualmente residente na cidade de Cocal do Sul, o qual relatou que teve que trabalhar na construção civil no Equador, pois os recursos que trouxe do Haiti para a viagem não foram suficientes para cobrir todas as despesas para chegar ao território brasileiro.

Há, ainda, registros de muitos casos relatados em que ladrões, saqueadores e, algumas vezes, agentes públicos e a própria polícia do Equador e do Peru pilharam os pertences e os poucos recursos que os haitianos possuíam para empreender a viagem até o Brasil. Forly Registre, residente na cidade de Criciúma, conta que sofreu todo o tipo de exploração por parte de pessoas que se diziam agentes de viagem,

principalmente no Peru, que exigiam propina para liberá-lo para fazer o trajeto em direção ao Brasil naquele país. Relatou, ainda, que, em mais de uma oportunidade, teve que solicitar a seu irmão, Cedieu Registre, já residente no Brasil à época, que lhe enviasse recursos para pagar as propinas exigidas pelos “agentes de viagem” (coiotes) para que pudesse seguir viagem, dando detalhes da saga que viveu na travessia pelo Peru até chegar ao Brasil, Registre (2016):

“Para mim passar dificuldade lá em Peru. Quando chegar lá em Peru entrar em la mata, passar em um rio. Entramos na mata e quando entrar na mata aí lá tem mais três pessoas. Ele disse: deixa a mala aqui, dinheiro e todo dinheiro que nos tinha que deixasse aqui. E disse que levantasse a mão, e disse quanto dinheiro você tem? Eu tem cem reais e ele disse tá bem. Eu pegar o cem e dar para ele. Ele pedir mais, eu disse que não tenho mais... e eu quer mais... e eu não tenho mais. E depois eles levaram nós para um carro e para a casa dele. Quando chegamos na casa dele ficamos quase três horas lá. Depois das três horas ele falou que ia mandar outra pessoa para pegar ônibus e chegar no Acre. E aí nós esperando ele, esperando ele, esperando ele. E nunca vem. E depois quando vem de manhã vem outro, nós dormir lá fora, não dormir na casa dele. E quando vem de manhã vem outra pessoa pedir dinheiro para levar nós para pegar ônibus. E aí tive que chamar meu irmão, para mandar dinheiro para mim. E ele mandar dinheiro para mim de novo, pagar outra pessoa para chegar em Peru, em Lima. Eu dar trezentos reais para ele. E ele falou: você vai chegar até em Acre com este dinheiro. Quando chegar lá em Lima acabou o dinheiro, e quando chegar em Lima não tem mais dinheiro para chegar em Acre, porque pegaram o dinheiro, e aí acabou. Tive que chamar outra pessoa, para mandar dinheiro de novo para chegar até o Acre. Passar bastante dificuldade.”

“Eu vim com outros quinze. Eu encontrar eles lá na fronteira de Peru e Equador. Encontramos quinze no hotel e aí voltamos fazer a viagem juntos. Quando chegamos lá fui o primeiro a

entrar no ônibus, que estava cheio, gente em cima de outro. Eu disse: eu não vai neste ônibus... ele falou você é melhor que tudo? Eu falei: eu não vai perder minha vida aqui neste ônibus, aqui que fica um em cima de outro. E tem dois mais comigo que falou: isso é o que você fala. Melhor ir do que ficar aqui até morrer. Vamos subir aí. Aí nós vai embora. Quando chegamos lá pegaram todas as malas dele, todas as roupas, tudo. Quando chegamos lá ficamos lá na parada do ônibus ate amanhã. Amanhã de manhã chamou outra pessoa, outra pessoa vir buscar nós três, até chegar no Acre, depois de cinco dias. Apareceram lá e pegaram os haitianos. Quando aparecia lá no Acre, eu falei pegar toda a mala deles, toda a roupa, porque chegar com só uma roupa suja. E só aí eu dar uma calça, camisa para eles. Cada um que pedir. Um dar, outro dar roupa para eles. E aí passar muita dificuldade.”

Leonardo Mareus, também residente na cidade de Criciúma, conta que sua situação foi ainda pior em território peruano. Depois de ter confiado nos “agentes de viagem” e ter lhes pago uma boa soma em dinheiro para ser guiado até o território brasileiro, foi trancafiado em uma casa com um grupo de, aproximadamente, dez outros haitianos, onde ficaram por doze horas sem água e comida. Após esse tempo presos na casa, um dos haitianos arrombou a porta e saiu para a rua, mas foi detido pela polícia local e levado para a cadeia com todos os demais membros do grupo. Eles ficaram presos por três dias e, posteriormente, deportados para o Equador, país para o qual tinham visto de entrada. No Equador, Mareus teve que disponibilizar mais recursos para outros “agentes de viagem” que o conduziram ao Brasil por outra rota em território peruano. Conforme relata Mareus (2015):

“A gente passar muita dificuldade. Eu ficar três dias preso em Peru. Porque pegar nós em uma casa fechada, que a pessoa que ia levar nós e deixa na casa e não deixa água, comida e nem nada. E quando nós outro fica até doze horas e não come e não toma água, vai um lá fora abrir a porta e vai lá fora comprar comida, e agarrou pela polícia e trazer ele onde está nós, levar

todos. Três dias preso. Não pagar para sair. E depois levaram nós para o Equador de novo.”

A língua é outra dificuldade encontrada pelos haitianos durante a trajetória para o Brasil. Com pouco ou nenhum conhecimento sobre os idiomas falados nos países que fazem parte da rota do itinerário até o Brasil, principalmente do idioma português, os haitianos, que em seu país falam diversos dialetos, sendo o *créole* (crioulo em português) a língua oficial e o francês os idiomas mais falados no Haiti, encontram enormes dificuldades em estabelecer canais de comunicação com os brasileiros, necessitando, na maioria das vezes, de intérpretes para poder se comunicar e se fazer entender. Cedieu Registre, um dos primeiros haitianos a ingressar no Brasil e também a vir para a Região da AMREC, no segundo semestre de 2011, afirma que, por não saber falar nada no idioma português, passou por muitas dificuldades para obter auxílio quando chegou à cidade de Tabatinga, no Amazonas, onde buscou obter documentos e orientação sobre qual destino deveria procurar em território brasileiro. Somente conseguiu se orientar após ter conseguido fazer contatos com um pastor evangélico daquela cidade, no idioma espanhol, o qual lhe orientou na obtenção de documentos e a procurar cidades onde houvesse menos violência, citando Santa Catarina como um bom estado para se levar uma vida tranquila, tendo, então, juntamente com outro amigo, optado por vir para a cidade de Criciúma.

Ao chegar ao Brasil, outro entrave se estabelece: o processo para a obtenção de documentos e autorização para permanecer e trabalhar no país, fazendo com que os haitianos permaneçam por dias nas cidades acreanas aguardando a liberação de tais documentos, enquanto têm que viver de caridade e de ações de beneficência vindas de instituições de assistência social, alimentando-se precariamente e dormindo em abrigos, em condições desumanas, com colchões úmidos e semidestruídos, mau cheiro, esgoto, banheiros inutilizáveis e doenças (ROLLSING, 2015), em decorrência de que aquelas cidades não tinham condições de abrigá-los e, muito menos, de prover empregos para todos aqueles que chegam. Hanso Sanvilus afirmou que as condições de permanência do abrigo que lhe fora disponibilizado no estado do Acre eram tão precárias, que ficou vários dias sem conseguir se alimentar e dormir direito, diante da total falta de higiene que havia no local onde havia se instalado, até conseguir os documentos e emprego no Brasil.

A maioria dos haitianos espera passar poucos dias nas cidades por onde ingressam no território brasileiro, durante o tempo em que aguardam a liberação dos documentos de que necessitam para

permanecer e trabalhar no país. Enquanto os documentos não são liberados, procuram algum trabalho ou atividade que possam desenvolver, para passar o tempo e tentar obter uns míseros recursos para subsistência própria, como é o caso relatado por Francisco Joseph, um dos muitos haitianos que ingressaram no Brasil pela cidade de Brasília, no Acre, e que comprava cartões de celular pré-pago do outro lado da ponte, na cidade boliviana de Cobija, e os revendia para companheiros, obtendo lucro de cerca de 30 centavos por cartão. Ele conseguia obter até US\$ 10,00 por dia. (ENGLE, 2012).

Obtidos os documentos e a autorização de permanência e trabalho no Brasil, nova etapa da odisseia se inicia: é hora de decidir para qual região ir, o que vem a ser uma dificuldade imensa ante as incertezas sobre o que lhes espera neste país de proporções continentais e se conseguirão, de fato, reconstruir uma vida nova. Rollsing (2015, p.1-2) exemplificou, com detalhes, a saga empreendida pelos imigrantes haitianos:

Passadas 79 horas e quase 4 mil quilômetros de uma viagem desgastante e cheia de imprevistos desde Rio Branco, capital do Acre, um grupo de 18 imigrantes finalmente tinha São Paulo, a tão desejada e idealizada São Paulo, a seus pés, ao seu redor, ao seu olhar.

Depois de penarem por semanas, pulando de um ônibus a outro, cruzando diversas fronteiras, sofrendo roubos e extorsões, passando por humilhações e sacrifícios no precário abrigo acreano, eles haviam vencido. Enfim estavam na terra prometida, onde, segundo lhes asseguraram, teriam um bom emprego, vida nova e prosperidade.

O relógio marcava 1h30min da madrugada da última terça-feira quando o ônibus da empresa TransBrasil encostou no Terminal Rodoviário do Tietê. Os 18 refugiados haitianos dormiam no interior do veículo, às escuras, e aos poucos foram despertando, recolhendo seus pertences e desembarcando.

Ainda incrédulos e cansados, perguntavam:

– Aqui é São Paulo? Já chegamos? Após pegarem as malas no bagageiro, foram se aglomerando em frente ao box 71 da rodoviária, mesmo local em que foram deixados. Não havia reação, alegria,

sorrisos ou choro. Nenhuma atitude ou emoção. Alguns cruzaram os braços, baixaram a cabeça, sentaram sobre as malas. Nenhum passo era dado sequer para pedir informações.

Desnorteados, ficaram ali mesmo, na parte externa, sob um frio de 16°C que os castigava. Por medo de sair do local e se perder dos companheiros que falavam o seu idioma, um dos haitianos pegou um recipiente da mochila e urinou ali mesmo. Largou o pote em um cantinho e voltou ao seu lugar, em frente ao box 71.

Os motoristas da odisseia, após 40 minutos, tomaram assento no carro e deixaram o terminal. E os haitianos continuavam nas mesmas posições. Mais uma vez, era a falta de informação, a terrível dificuldade de comunicação e um certo medo de agir equivocadamente trazendo consequências aos imigrantes.

Aos poucos, começaram a se movimentar em busca de telefones em que pudessem contatar familiares ou amigos. Queriam avisar da chegada, dar um jeito de serem encontrados, mas muitos dos números informados não existiam. Não deixou de ser mais um momento chocante, aflorado pela completa falta de rumo e desconhecimento sobre o lugar que escolheram para ser o esteio de suas vidas.

Bensy Jean Batiste pedia que ligassem ao seu primo. Ele poderia buscá-lo na rodoviária, garantia o haitiano. Quando o parente foi contatado, a surpresa: ele vivia em Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Bensy não tinha a menor ideia das características geográficas do Brasil. Ele guardava R\$ 90 no bolso e sua esperança passou a ser tomar um ônibus pela manhã a Jaraguá do Sul. Mas o dinheiro era insuficiente, o que desenhava um quadro trágico para o seu destino. Tendo de se alimentar, Bensy passou a madrugada perdido na rodoviária, sem recursos para seguir viagem e encravado em um meio eivado por assaltantes, golpistas e moradores de rua.

Magricelo e baixo, Guijard Almazor era dos poucos que tinha um telefone próprio apto a fazer chamadas. Zanzava pelo box 71 com um papelucho amarrotado e rasgado no qual se lia:

Minas Gerais. Ele não sabia dizer para qual cidade iria e pareceu espantando depois de ouvir a informação de que Minas Gerais conta com 853 municípios. E era preciso apontar um como destino.

Cinco minutos depois, Guijard surgiu com outro bilhete citando Belo Horizonte. Finalmente conseguiu contato com um parente. O familiar explicou que o imigrante deveria tomar um ônibus para o município mineiro chamado Cláudio. Guijard começou a treinar a pronúncia do seu destino: “CRAAAAU-DIO”, esforçava-se o imigrante. Esse haitiano poderia ter desembarcado em Minas Gerais, na região de Uberlândia, por onde passou o ônibus da TransBrasil. Seria mais perto e menos oneroso. A falta de informação, porém, o conduziu desnecessariamente à capital paulista.

Habitados a viver em um país com extensão territorial de 27.750 km², os haitianos se sentem perdidos, desorientados e desorientados no Brasil, onde têm que escolher um destino, num território com área de 8.515.767,049 km² (IBGE, 2015), ou seja, mais de trezentas vezes o tamanho de sua pátria de origem, sendo o Haiti maior apenas que o menor estado brasileiro, Sergipe – 21.918,493 km² – e equiparando-se ao segundo menor, Alagoas – 27.774,993 km². (IBGE, 2015).

A distância entre a cidade de entrada no Brasil até o local escolhido para tentar a sorte em território brasileiro pode ser muito maior que aquela percorrida desde o Haiti até o estado do Acre, como é o caso dos haitianos que optaram por se dirigir para o sul do país, os quais se dispuseram a percorrer trajetos de mais de 4.000 quilômetros até chegarem às cidades que escolheram como destino, numa viagem sem dinheiro e sem qualquer auxílio, estimulados por outros haitianos que já haviam sido trazidos por empresas desta região.

A diáspora haitiana se traduz numa epopeia que somente pode ser contada em detalhes por aqueles que participaram dela. Não vislumbrando possibilidades de reconstrução em curto prazo de seu país, sem esperança de obtenção de qualidade de vida no Haiti e idealizando o sonho de buscar uma vida melhor em outro país, os haitianos tornam-se vítimas das redes de tráfico, sujeitando-se a ter seus direitos humanos violados durante a trajetória para o Brasil, num caminho de incertezas “que se torna em consagração quando conseguem, finalmente, tomar um

coletivo rumo às regiões brasileiras mais desejadas, após ter suplantado os ataques da polícia do Peru, a miséria, a doença, a fome e a sujeira no Acre” (ROLLSING, 2015, s/p) para tentar ocupar postos de trabalho nas empresas brasileiras instaladas em regiões onde existe falta mão de obra de nacionais.

A trajetória dos haitianos até ingressar no território brasileiro perfaz um caminho de incertezas e de dificuldades de toda a ordem, na busca de uma melhor sorte em um país que conhecem somente pelas notícias que são divulgadas no Haiti pela mídia internacional e pelas tropas brasileiras que fazem parte da MINUSTAH, a qual é liderada pelo Brasil naquele país. O sonho de reconstrução de uma vida no maior país da América do Sul não é realizado a partir do ingresso em solo brasileiro e, talvez, nunca se realize, pois é preciso encontrar no Brasil a estabilidade financeira de que precisam e, para que isso seja possível, os haitianos têm que buscar neste imenso país um lugar em que possam ser acolhidos e amparados, o que os leva a optar por regiões diversas para dar início ao projeto que idealizaram em suas mentes quando decidiram deixar o Haiti, sendo a Região da AMREC um desses portos que escolheram para, a partir da obtenção de abrigo, trabalho e renda, construir um futuro capaz de fazê-los esquecer do sofrimento que viveram em sua terra natal nas últimas duas décadas.

4 TRABALHADORES DO HAITI E RELAÇÕES DE TRABALHO COM AS EMPRESAS DA REGIÃO DA AMREC EM SANTA CATARINA

No contexto atual, a economia catarinense está distribuída em atividades bastante diversificadas, de acordo com o potencial de cada região do estado, sendo as principais atividades econômicas a agricultura, a pecuária, a pesca, o turismo, o extrativismo e a indústria. A economia de Santa Catarina se baseia na indústria (agroindústria, têxtil, cerâmica e metal-mecânica), no extrativismo (minérios) e na agropecuária, destacando-se neste último setor, a criação de frangos e suínos, dos quais o estado é o maior exportador do Brasil. No setor industrial se destacam as atividades desenvolvidas na região norte do estado, onde estão sediadas empresas que se situam entre as maiores do mundo em seus segmentos de atuação, como indústrias de motores elétricos e de compressores para refrigeradores. Ainda no setor industrial, no sul do estado, ocupa destaque a indústria cerâmica, química e têxtil.

Segundo Theis et al. (2011, p.38):

O processo de industrialização em Santa Catarina se estabeleceu de forma descentralizada e sem uma urbanização excessiva, estando a distribuição de renda do estado entre as mais equitativas do Brasil, com as principais empresas catarinenses se impondo nos mercados nacionais e internacionais.

Esse sucesso econômico alcançado pelo estado catarinense, aliado ao crescimento econômico do Brasil nas últimas décadas, tornou-se uma das principais motivações que têm despertado nos imigrantes estrangeiros o interesse em vir para Santa Catarina, a partir de informações obtidas por meio da mídia e de redes sociais, situação essa combinada com a carência e as dificuldades de obtenção de mão de obra que foram experimentadas pelas empresas do estado a partir do início desta década.

Nesse cenário de combinação do ingresso de imigrantes em Santa Catarina com a escassez de mão de obra, muitas empresas do estado optaram por contratar trabalhadores estrangeiros, destacando-se, nos últimos anos, aqueles de origem haitiana, que para o Brasil têm se deslocado em grande escala após o terremoto que destruiu o Haiti em 2010. São diversos os exemplos de contratação de haitianos por

empresas de várias cidades do estado: na região oeste, há um contingente de mais de 900 haitianos trabalhando em empresas locais (ZYLBERKAN, 2014), sendo que somente um frigorífico da cidade de Chapecó emprega mais de 350 deles (AURORA, 2015); na região do Vale do Itajaí, uma empresa do ramo têxtil emprega em seus quadros mais de 60 haitianos (CAVALLI, 2014); no sul do estado, mais precisamente na cidade de Urussanga, uma indústria metalúrgica que produz fogões a lenha, carrinhos de mão e escadas domésticas chegou a ter em seus quadros, no ano de 2014, 100 trabalhadores estrangeiros, sendo oitenta por cento deste contingente de origem haitiana.

Cavalli (2014, p.3) registra a posição do presidente da Câmara de Relações Trabalhistas da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, que enfatiza que é a escassez de mão de obra que estimula a contratação de estrangeiros pelas empresas catarinenses:

A maioria dos haitianos em Santa Catarina trabalha em três grandes setores: na agroindústria, especialmente nos frigoríficos, no setor têxtil, e na construção civil. A informação é do presidente da Câmara de Relações Trabalhistas da Fiesc, Durval Marcatto. Segundo ele, todos os haitianos empregados no Estado estão em situação regular, seja com visto de trabalho ou solicitantes de refúgio, com carteira de trabalho em mãos, o que dá segurança jurídica às empresas contratantes.

Marcatto explica que o cenário de pleno emprego no país hoje dificulta o preenchimento de vagas de baixa qualificação. E na indústria catarinense, ele diz, há

uma dificuldade permanente de encontrar estes trabalhadores, que estaria sendo amenizada pelos haitianos.

Muitos dos imigrantes, de acordo com o presidente, saíram do Haiti sem ter ao menos uma formação escolar básica. É por isso que algumas empresas catarinenses, percebendo a capacidade destes trabalhadores, estão investindo em capacitação. No total, 180 haitianos, trabalhadores das empresas Metisa, de Timbó e BRF, de Chapecó, receberam do Sesi cursos de língua portuguesa. A Videplast, de Videira, vai iniciar neste ano uma turma com 80 imigrantes.

É fato que muitos dos habitantes do Haiti que migraram para o Brasil não possuem sequer formação escolar básica, entretanto, eles não representam a maioria dos haitianos que se deslocaram para a Região da AMREC, pois foi possível constatar durante as entrevistas para a realização desta pesquisa que muitos deles têm formação superior, sendo que alguns até em mais de uma área de atuação, mas aqui estão locados em vagas que exigem trabalhos braçais, em decorrência de que não conseguem validar os diplomas que possuem no Brasil e, dessa forma, conseguem ocupação em postos que exijam capacidade técnica alinhada com as suas formações profissionais.

Os dados disponibilizados pela Superintendência Regional de Trabalho e Emprego em Santa Catarina – SRTE-SC (MTE, 2014) dão conta de que também a capital catarinense tem atraído imigrantes estrangeiros. Segundo a SRTE-SC, no período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2014, foram emitidas 788 carteiras de trabalho de primeira via a estrangeiros, destinadas a quem acabou de conseguir o emprego ou está à procura de uma vaga. Em 2013, das 1.239 carteiras de trabalho emitidas, 748 foram no segundo semestre, o que sinaliza tendência crescente no fluxo de imigrantes estrangeiros na Grande Florianópolis.

Esse crescimento do ingresso de estrangeiros na capital catarinense, entretanto, não tem sido somente de países que atravessam dificuldades econômicas ou que foram atingidos por desastres naturais, como o Haiti e países do Continente Africano, mas também de países com economia estável, como os Estados Unidos e a Alemanha, de onde chegam imigrantes não só interessados na possibilidade de crescimento econômico na região da grande Florianópolis, mas também encantados com as belezas naturais que se apresentam na ilha de Santa Catarina. (THOMÉ; DIOGO, 2015).

Com a globalização econômica, a internacionalização das empresas e a expansão das redes sociais, que permitem ao migrante saber, em tempo real, as condições econômicas e sociais vigentes em cada região do planeta, os fluxos migratórios se intensificaram, de modo a buscar em outros países melhores condições de vida e subsistência, apresentando-se as empresas catarinenses e o crescimento econômico de Santa Catarina como um porto promissor para os imigrantes haitianos.

4.1 O INGRESSO DE HAITIANOS NA REGIÃO DA AMREC

A estabilidade econômica brasileira, verificada a partir de fins do século passado e do início deste século, a qual despertou a atenção de trabalhadores que migraram para o Brasil em busca de oportunidades de

reconstrução de suas vidas, dentre os quais os haitianos, objeto deste trabalho, foi mais evidenciada em algumas regiões do país que em outras. A visibilidade do Estado de Santa Catarina, pela diversidade de sua economia e de sua cultura e pela sua situação geográfica, esta última condição pela facilidade de deslocamento entre a região central e o sul do país, foi uma das regiões pelas quais passaram a se interessar os imigrantes haitianos que, a partir do terremoto de janeiro de 2010, em grande quantidade, deixaram seu país de origem e se empreenderam na busca de um reinício em território brasileiro.

Os primeiros imigrantes haitianos chegaram ao estado de Santa Catarina a partir do final do ano de 2011, intensificando-se esse fluxo migratório durante os anos de 2012 a 2014. Inicialmente, foram atraídos para o Oeste Catarinense, especialmente para trabalhar nas indústrias frigoríficas e da construção civil, sendo que esses setores, no início de 2014, já recepcionavam mais de 900 trabalhadores nativos do Haiti, que supriam a escassez de mão de obra na região. (ZYLBERKAN, 2014).

Não foi somente a visão otimista e positiva que os haitianos tiveram da situação econômica catarinense que os trouxe para este estado, houve também o interesse das empresas estabelecidas em Santa Catarina em ir ao encontro desses trabalhadores imigrantes, em decorrência da carência de mão de obra de trabalhadores locais para suprir a demanda. A partir dos primeiros anos desta década, conforme destaca Zylberkan (2014, p.2):

Eles são absorvidos pelos setores da construção civil, frigoríficos, limpeza urbana e linhas de produção industrial em postos que os brasileiros não querem mais ocupar, diz Paulo Sérgio de Almeida, presidente do Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho.

Desde 2010, ano da tragédia que arruinou o país caribenho, o Brasil emitiu 12.352 carteiras de trabalho para haitianos. Desse total, 5.670 estão registrados e trabalhando atualmente – mais da metade na região Sul. Polo da agroindústria, o oeste catarinense tornou-se um dos principais destinos. A economia catarinense tem crescido nos últimos anos alavancada pela crescente exportação de alimentos para China e Japão.

Semanalmente, em média, três empresas enviam representantes para recrutar haitianos em Brasileira. O perfil ideal é o de homens que

deixaram a família no Haiti. A maioria das empresas oferece moradia e alimentação nos três primeiros meses e transporte do Acre para Santa Catarina em um ônibus. Segundo empresários da região, o custo de 2.000 reais por haitiano compensa pela escassez de mão de obra para trabalhar em frigoríficos e a economia com a automação da produção. Na linha de desossa de coxa e sobrecoxa de frango, por exemplo, uma máquina capaz de fazer o trabalho de até seis operários custa cerca de 1 milhão de reais e o investimento leva dez anos para ser revertido em lucro. Temos também o crescimento da exportação para o mercado japonês, que exige perfeição dos cortes de carne, o que só pode ser feito com as mãos, diz Neivor Canton, vice-presidente da Aurora, que emprega 390 haitianos.

Igualmente ao que acontecia no Oeste Catarinense, no início da década de 2010, as empresas da Região da AMREC experimentavam escassez de mão de obra em postos de trabalho que os trabalhadores locais não mais queriam ocupar. Também nessa época, o mesmo fenômeno migratório passou a ocorrer na Região da AMREC, com as primeiras empresas desta região iniciando a contratação de trabalhadores haitianos, objetivando suprir as carências de mão de obra local que eram experimentadas pelas mesmas, principalmente as dos setores metal-mecânica, da construção civil e do mobiliário, da indústria cerâmica e da indústria frigorífica, dentre outros.

Conforme os registros da mídia local e estadual, das empresas que contrataram trabalhadores haitianos para comporem seus quadros, bem como de entidades de assistência social instaladas nas cidades para onde os mesmos se direcionaram, a chegada dos mesmos à Região da AMREC teve início a partir do final do ano de 2011, intensificando-se nos dois anos seguintes e diminuindo a partir do ano de 2014, embora ainda se verifique a chegada de haitianos à região nos dias atuais, porém em número bastante reduzido, em consequência da retração da economia brasileira a partir do ano de 2015.

A reportagem publicada pela RBS TV de Florianópolis, na Edição do Jornal do Almoço de 12/09/2012 (RBS TV, 2012), divulgou a contratação de dois imigrantes haitianos por uma empresa transportadora da cidade de Criciúma. Os dois saíram via aérea da Capital Porto Príncipe, no Haiti, e desembarcaram na cidade brasileira

de Tabatinga, no Amazonas, e de lá, por sugestão de um pastor da cidade de Manaus, foram orientados a vir para Criciúma, pois os mesmos queriam ir para uma cidade onde pudessem ter uma vida mais tranquila e o pastor lhes informou que, se procuravam tranquilidade, a Região Sul do estado de Santa Catarina seria o ideal.

Já a assistente social Sandra Regina da Silva João, coordenadora da Casa de Passagem São José de Criciúma¹⁶, conta que foi contratada, no início do segundo semestre do ano de 2013, para acompanhar a um primeiro grupo de haitianos que foram trazidos por uma empresa da cidade que atua no ramo de produção de bombas hidráulicas para exportação. Essa empresa enviou emissários até as cidades de Brasiléia e Epitaciolândia, no estado do Acre, de onde, inicialmente, recrutou um grupo de dez trabalhadores para compor seu quadro funcional. Posteriormente, trouxe outro grupo composto por onze haitianos e, por fim, um terceiro e último grupo, que veio se juntar aos que já estavam trabalhando, o que resultou no total de trinta imigrantes do Haiti na empresa. Ainda segundo Sandra Regina, esses trinta trabalhadores foram locados em duas unidades da empresa, nas cidades de Criciúma e Forquilha, passando a residir e estabelecer relações de trabalho e sociais nessas cidades.

A terceira empresa a contratar trabalhadores haitianos na Região da AMREC que se tem notícia trata-se de uma indústria metalúrgica do ramo de fogões a lenha, carrinhos de mão e escadas domésticas, estabelecida há trinta anos na localidade de Palmeira Baixa, na cidade de Urussanga/SC, que, a partir do ano de 2013, passou a contratar trabalhadores imigrantes do Haiti. Inicialmente, a empresa contratou trinta e cinco funcionários, os quais foram recrutados pela empresa na cidade de Brasiléia, no Acre, conforme relato do encarregado de produção da empresa, Silmar Pacheco. Atualmente, a empresa conta com vinte e dois trabalhadores haitianos, sendo que o maior contingente deles foi dispensado ou pediu desligamento no ano de 2015, em virtude da crise econômica iniciada no Brasil. Esses trabalhadores fixaram residência nas cidades de Lauro Müller, Orleans, Urussanga e Cocal do Sul. Ainda em Criciúma, uma empresa do ramo da construção civil,

¹⁶ Instituição inaugurada pelo Governo do Município de Criciúma em 30/11/2011, em substituição ao antigo Abrigo São José, por meio da Secretaria do Sistema Social, com o objetivo de acolher moradores de rua e promover a inclusão social dos mesmos. A Casa de Passagem São José recebe pessoas que perderam vínculos familiares e estão sozinhas na sociedade. (PREFEITURA DE CRICIÚMA, 2015).

atuante nesse ramo há quase trinta anos, foi uma das primeiras do setor a absorver a mão de obra de trabalhadores haitianos, chegando a ter contratado dezesseis imigrantes vindos do Haiti, sendo que boa parte deles ainda permanece vinculada à empresa. Isso ocorreu em decorrência de estar experimentando dificuldades em encontrar trabalhadores locais disponíveis e interessados em compor seus quadros a partir do ano de 2012.

Também em Cocal do Sul, os imigrantes haitianos chegaram a partir do ano de 2012. Naquela cidade, inicialmente, uma empresa do segmento cerâmico de pequeno porte recebeu e contratou um grupo de cinco haitianos, encaminhados pela Secretaria de Educação daquele município. Posteriormente, uma das maiores empresas cerâmicas do Brasil, que está instalada na mesma cidade, passou a contratar trabalhadores imigrantes vindos do Haiti.

Esses exemplos de situações e experiências da chegada de trabalhadores haitianos em Santa Catarina apontam para as motivações que os trouxeram para a Região da AMREC, inicialmente em grupos pequenos, os quais foram se tornando maiores, depois, com o passar do último quinquênio, em grupos maiores. Não é possível termos uma noção exata da quantidade de trabalhadores que estão residindo na Região da AMREC, situação que somente o próximo censo geográfico a ser realizado no Brasil poderá indicar. Todavia, é possível já se ter uma dimensão desse contingente a partir dos números de trabalhadores haitianos empregados nas empresas estabelecidas nesta região.

Informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2016) nos mostram a representatividade dos trabalhadores haitianos nos postos de trabalho ocupados nas empresas estabelecidas na Região da AMREC no último quinquênio, ainda sem considerar os dados do ano de 2015, em decorrência de que as informações que serão fornecidas pelas empresas têm prazo até o dia dezoito de março do corrente ano para serem entregues, e somente depois dessa data é que o MTE terá condições de tabular e disponibilizar os dados obtidos.

Quadro 6 - Tabela demonstrativa de trabalhadores haitianos por município – AMREC

Município	2010	2011	2012	2013	2014
Balneário Rincão	0	0	0	0	0
Cocal do Sul	0	0	0	5	55
Criciúma	0	0	10	49	118
Forquilha	0	0	0	9	8
Içara	0	0	2	0	6
Lauro Müller	0	0	0	0	0
Morro da Fumaça	0	0	0	4	3
Nova Veneza	0	0	0	4	3
Orleans	0	0	0	0	5
Siderópolis	0	0	0	11	13
Treviso	0	0	0	0	0
Urussanga	0	0	0	50	68
Totais	0	0	12	132	279

Fonte: MTE (2016).

Observa-se, a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que mesmo com a chegada dos primeiros imigrantes haitianos à Região da AMREC a partir do final do ano de 2011, estes somente foram contratados pelas empresas nela estabelecidas a partir do ano de 2012, porém, em número reduzido. Foi nos anos de 2013 e 2014 que o grande contingente de trabalhadores imigrantes haitianos foi contratado pelas empresas da Região da AMREC, sendo que o crescimento verificado de um ano para o outro chegou a cento e onze por cento. Também é possível observar que as cidades que mais contrataram trabalhadores haitianos foram Criciúma, Urussanga e Cocal do Sul, respectivamente. Embora a cidade de Urussanga ocupe o segundo lugar na Região da AMREC entre as empresas que mais contrataram imigrantes haitianos, nas pesquisas de campo foi possível constatar que a maior parte desses trabalhadores não reside naquela cidade, estando os mesmos distribuídos nas cidades de Lauro Müller, Cocal do Sul e Orleans, situação que foi comprovada em entrevista concedida por Silmar Pacheco, encarregado de produção da Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda., que foi a empresa da

Região da AMREC a ter o maior contingente de haitianos em seu quadro de funcionários.

Os números divulgados pelo MTE nos permitem, também, ter uma visão da participação percentual dos trabalhadores imigrantes haitianos contratados pelas empresas da Região da AMREC em relação ao total de trabalhadores com vínculo empregatício nesta região em 31 de dezembro de 2014.

Quadro 7 - Trabalhadores com vínculo empregatício na Região da AMREC em 31/12/2014

Município	Quantidade de trabalhadores	Quantidade de trabalhadores haitianos	Percentual de haitianos
Balneário Rincão	465	0	0,0000%
Cocal do Sul	5.051	55	1,0889%
Criciúma	68.614	118	0,1720%
Forquilha	7.800	8	0,1026%
Içara	16.528	6	0,0363%
Lauro Müller	3.173	0	0,0000%
Morro da Fumaça	6.876	3	0,0436%
Nova Veneza	6.348	3	0,0473%
Orleans	7.740	5	0,0646%
Siderópolis	3.652	13	0,3560%
Treviso	1.866	0	0,0000%
Urussanga	7.159	68	0,9499%
Totais	135.272	279	0,2063%

Fonte: MTE (2016).

O percentual de trabalhadores haitianos nas empresas da Região da AMREC não é expressivo, porém, em números absolutos, é possível constatar a representatividade desses trabalhadores, considerando-se que foi somente a partir do ano de 2011 que eles chegaram a essa região e somente a partir de 2012 é que começaram a ser contratados pelas empresas. É possível constatar, também, que em termos percentuais, Cocal do Sul tem a maior relação entre os imigrantes haitianos e o total de trabalhadores com vínculo empregatício na cidade.

Observa-se que, de todas as cidades que compõem a Região da AMREC, somente em Balneário Rincão e em Treviso não houve a

contratação de mão de obra de imigrantes haitianos pelas empresas estabelecidas nessas cidades. Os haitianos residentes na Região da AMREC que foram entrevistados para a elaboração deste trabalho, não nos proporcionaram uma explicação segura para esse fato. A análise dos números disponibilizados pelo MTE, entretanto, nos leva a crer que está relacionado ao pequeno número de trabalhadores existentes nas duas cidades e, ainda, por ter sido o município de Balneário Rincão emancipado há pouco tempo. Sendo uma cidade balneária, possui maior oferta de empregos somente na temporada de verão, o que não acontece nas demais estações do ano.

Já em relação ao município de Treviso, não foi possível identificar as causas para justificar essa situação, porém podemos constatar que a economia da cidade está ligada diretamente ao setor de mineração, girando em torno de apenas uma única empresa mineradora que emprega mais de cinquenta por cento de todos os trabalhadores daquela cidade, talvez sendo esse fator a razão para que não haja a contratação de imigrantes haitianos pelas empresas locais, visto ser a atividade mineradora uma operação de risco para os trabalhadores locados na área de produção.

Os números disponibilizados pelo MTE nos mostram que a vinda de trabalhadores haitianos para a Região da AMREC é uma realidade que vem se consolidando nos últimos anos. Embora não tenham sido divulgados, ainda, os números relativos ao ano de 2015, os quais somente serão publicados pelo MTE em meados de 2016, e apesar da recessão econômica verificada no país a partir do segundo semestre do ano de 2014, as informações prestadas pelas associações de haitianos fundadas nos municípios de Cocal do Sul e Criciúma dão conta de que ainda há, nos dias atuais, a migração de haitianos para a Região da AMREC, os quais continuam a ser contratados, ainda que em escala bem menor que aquela verificada nos anos de 2013 e 2014, pelas empresas nela estabelecidas.

4.2 OS SETORES ECONÔMICOS QUE RECEPCIONAM TRABALHADORES HAITIANOS NA REGIÃO DA AMREC

Mesmo com o encolhimento da economia brasileira, verificado a partir do segundo semestre do ano de 2014, Santa Catarina tem caminhado na contramão da crise e se mostrado exemplo para outros estados do Brasil, com uma economia em crescimento que, no ano de 2013, apresentou Produto Interno Bruto – PIB de R\$ 214.217.274.000,00 (IBGE, 2015). Em sentido contrário ao cenário de

recessão no país, o estado catarinense projetou crescimento de 1,5% do PIB em 2015, conforme dados divulgados pela Secretaria da Fazenda (PEREIRA; VARGAS, 2015), sendo que entre as dez principais economias brasileiras, a catarinense é uma das que possui a melhor relação entre endividamento e receita (a outra é o estado da Bahia).

Esse cenário catarinense melhora ainda mais com a perspectiva do crescimento do Produto Interno Bruto em 1,5%. Muitas dessas perspectivas são resultados da implantação no estado de Santa Catarina de uma disciplina fiscal rigorosa, que estabeleceu metas no sentido de que as despesas devem se manter abaixo da receita. Essa melhoria na relação entre o endividamento e a receita, de acordo com Pereira e Vargas (2015, p.1), fez com que o estado de Santa Catarina, “na última década, obtivesse uma diminuição considerável em seu volume de endividamento, o qual foi reduzido de 119% para 45% da receita.” José Carlos de Oliveira, professor de Economia da Universidade de Brasília, afirma que os estados da Bahia e de Santa Catarina “fizeram o dever de casa” após a primeira renegociação de dívidas com o Governo Federal, no final da década de 1990, tornando-se o estado catarinense um destino de investimento muito seguro.

Na obra Santa Catarina em Dados 2015, informativo publicado anualmente pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC, 2016, p.13), encontrou-se uma síntese do cenário econômico catarinense dos últimos anos:

Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação catarinense é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguidos pelo setor de artigos têxteis. Em 2014 nossa indústria foi líder na geração de empregos entre os estados do País, registrando 5 mil novos postos de trabalho.

O PIB catarinense é o sexto do Brasil, totalizando, em 2012, R\$ 177 bilhões. O setor secundário participa com 33,7%, o terciário com 62,1% e o primário com 4,3%. Dentro do setor secundário, a participação da indústria de transformação é de 21,5% e a da construção civil é de 5,9%, segundo dados do IBGE. Santa Catarina é o segundo

estado com maior participação da indústria de transformação no PIB.

A inovação e a tecnologia reforçam a competitividade de nossas indústrias. Atentos a este fator foram implantados 11 institutos de tecnologia e de inovação, em áreas estratégicas, distribuídos em várias regiões do Estado. O setor tecnológico catarinense tem se destacado no cenário brasileiro e mundial. De acordo com estudo do Grupo Economist, Santa Catarina ocupa a quarta posição no ranking nacional em Inovação (2013). A educação é outro pilar indispensável à competitividade. O Movimento A Indústria pela Educação mobiliza o setor a investir na melhoria da escolaridade dos trabalhadores e na qualificação profissional. Câmaras Regionais do Movimento foram criadas em diversas regiões do Estado.

A economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos polos, o que confere ao Estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões: cerâmico, carvão, vestuário e descartáveis plásticos no Sul; alimentar e móveis no Oeste; têxtil, vestuário, naval e cristal no Vale do Itajaí; metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário no Norte; madeireiro na região Serrana; e tecnológico na Capital. Embora haja essa concentração por região, muitos municípios estão desenvolvendo vocações diferenciadas, fortalecendo vários segmentos de atividade. A indústria de base tecnológica, além de estar presente na Grande Florianópolis, também se destaca em Blumenau, Chapecó, Criciúma e Joinville.

O segmento alimentar é o mais representativo na economia industrial do Estado. Santa Catarina é o maior produtor de suínos e o segundo de frangos do país. É líder também em pescados. Na indústria têxtil e do vestuário é o segundo maior polo do país. Produtos de maior valor agregado fazem parte de seu portfólio podendo-se citar geradores, transformadores e motores elétricos, motocompressores, blocos e cabeçotes para

motor, eletrodomésticos, soluções em telecomunicações, redes e segurança. A indústria aeronáutica e automotiva se desenvolve, atraindo novos investimentos para o Estado.

Em 2014, as exportações catarinenses alcançaram o valor acumulado de US\$ 9 bilhões. Os valores exportados por Santa Catarina corresponderam a 4% das exportações brasileiras. Ocupamos a décima colocação no ranking nacional. Os principais mercados de destino dos produtos catarinenses em 2014 foram Estados Unidos (12,9%), China (10,9%), Japão (5,9%) e Rússia (5,5%).

O Estado possui uma forte estrutura portuária, por onde escoam grande parte da produção: portos de Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba, Navegantes e Itapoá. O porto de Laguna atua voltado à pesca.

Os dados e resultados positivos publicados pela FIESC comprovam a diversidade e a solidez da economia catarinense nas diversas regiões do estado que, aliadas a um sistema de escoamento da produção capaz de agilizar o transporte e a comercialização daquilo que é produzido em seu território, consolida a posição de destaque da economia barriga verde no cenário econômico brasileiro das últimas décadas.

Formada por doze municípios, localizada no Sul de Santa Catarina, e fazendo parte de uma economia forte e diversificada como é a catarinense, a Região da AMREC participa, ativamente, da posição de destaque ocupada pelo estado no cenário econômico brasileiro, possuindo uma população estimada em 2014 (FIESC, 2015, p.48) de 416.299 habitantes, com um PIB, no mesmo ano¹⁷, da ordem de R\$ 11.559.879.000,00 (IBGE, 2016), assim distribuído entre os municípios que a compõem:

¹⁷ Conforme informações prestadas por Gabriel Furlanetto, servidor da Agência do IBGE na cidade de Criciúma/SC, o fechamento e divulgação dos dados oficiais do PIB dos municípios, dos estados e do Brasil, referentes ao ano de 2014, somente serão disponibilizados em meados do ano de 2016.

Quadro 8 - População e PIB estimados dos municípios da Região da AMREC em 2013

Município	População estimada em 2013	PIB no ano de 2013
Balneário Rincão	11.824	131.338.522,00
Cocal do Sul	16.009	468.493.675,00
Criciúma	204.667	5.569.297.845,00
Forquilha	24.694	525.230.342,00
Içara	52.284	1.536.422.572,00
Lauro Müller	14.919	244.160.489,00
Morro da Fumaça	17.052	515.407.315,00
Nova Veneza	14.285	469.780.890,00
Orleans	22.311	840.505.044,00
Siderópolis	13.593	404.800.205,00
Treviso	3.746	243.748.122,00
Urussanga	20.915	610.694.162,00
Totais	416.299	11.559.879.183,00

Fonte: IBGE (2015).

Dentre os setores econômicos, destacam-se, na Região da AMREC, as indústrias extrativista mineral, cerâmica, metal-mecânica, química, alimentar, do vestuário, de descartáveis plásticos, da construção civil e de transformação; contando ainda a região com um expressivo número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, conforme os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2014), que a mantém “em uma posição de solidez e destaque na economia catarinense, sendo que as atividades industriais que mais empregam são as de vestuário, alimentar, minerais não metálicos (cerâmica) e produtos de material plástico.” (FIESC, 2014, p.49).

Nesse cenário de economia forte e diversificada, as empresas da Região da AMREC, a partir do crescimento econômico verificado no Brasil nas últimas décadas, e da manutenção crescente da economia catarinense, mesmo com a redução da economia do país a partir do segundo semestre de 2014, enfrentaram, e ainda enfrentam, dificuldades na contratação de mão de obra necessária para suprir as suas demandas, o que as levaram a contratar trabalhadores de origem estrangeira, dentre os quais os imigrantes haitianos.

Em dez dos doze municípios que compõem a Região da AMREC, encontrou-se empresas que contrataram ou contratam trabalhadores de origem haitiana para compor seus quadros funcionais, sendo que os segmentos que mais admitem imigrantes haitianos são os da indústria cerâmica, da indústria metal-mecânica, da construção civil e de embalagens e descartáveis plásticos. Esses trabalhadores podem ser encontrados ainda em diversas atividades comerciais e de prestação de serviços da região, dentre as quais se destacam os postos de combustíveis, bares, restaurantes e similares, limpeza e conservação, dentre outros.

Quadro 9 - Quantidade de empresas e de trabalhadores na AMREC em 31/12/2014

Município	Empresas em 31/12/2014	Trabalhadores em 31/12/2014
Balneário Rincão	105	465
Cocal do Sul	500	5.051
Criciúma	7.113	68.614
Forquilha	658	7.800
Içara	1.691	16.528
Lauro Müller	332	3.173
Morro da Fumaça	661	6.876
Nova Veneza	518	6.348
Orleans	860	7.740
Siderópolis	344	3.652
Treviso	80	1.866
Urussanga	623	7.159
Totais	13.485	135.272

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS 2014 – CNAE 2.0

Após uma jornada exaustiva e de incertezas, os trabalhadores imigrantes haitianos são recepcionados pelas empresas da Região da AMREC, na busca de um reinício e reconstrução de suas vidas, vislumbrando a possibilidade de uma estabilidade financeira que lhes permita sonhar com o dia em que conseguirão retornar para sua pátria natal, onde ficaram familiares, amigos e toda uma história de vida, sendo esse um objetivo que está presente na vida da grande maioria dos haitianos que nesta região se estabeleceram.

4.3 AS DIFICULDADES ANTE A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ATUALIZADA

Não somente as dificuldades de trajeto experimentadas no caminho entre o Haiti e o Brasil e as incertezas quanto ao que vão enfrentar no local que escolheram como destino se apresentam como obstáculos e entraves para os trabalhadores haitianos que decidiram se estabelecer em território brasileiro. A falta de legislação atualizada e capaz de proporcionar segurança a esses trabalhadores é um dos principais dilemas enfrentados por eles.

Para a maioria dos imigrantes haitianos, a entrada em solo brasileiro se faz de forma não documentada, sem ter em mãos o visto ou a autorização do governo local para ingressar ou permanecer no Brasil, os quais cruzam as fronteiras brasileiras a partir de outros países da América do Sul, para onde se deslocam do Haiti via aérea e, a partir desses países, fazem o trajeto para o Brasil via terrestre, ingressando em cidades dos estados do norte do país, sendo as principais delas Brasiléia, Epitaciolândia e Rio Branco, no estado do Acre, a partir de quando, então, buscam os documentos necessários para a obtenção da autorização de permanência e trabalho em território brasileiro.

A legislação brasileira que trata da entrada e permanência de imigrantes em território nacional, entretanto, é desatualizada e não proporciona condições para eles se estabelecerem no país com direitos que possam lhes proporcionar vida digna ou tratamento igual aos nacionais, embora haja esta previsão expressa no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. (BRASIL 8, 2015, s/p). O “Estatuto do Estrangeiro” (Lei 6.815/1980), que é a mais recente legislação criada com o propósito de disciplinar o ingresso de estrangeiros em território brasileiro, data de vinte e seis anos atrás, tendo como características principais um alto grau de restrição e burocratização da regulação migratória. Ela foi editada mais com o propósito de restringir os direitos políticos e a liberdade de expressão dos imigrantes que ingressavam no país, em um momento em que a ditadura militar brasileira se sentia ameaçada, do que com a finalidade de proporcionar a esses estrangeiros direitos e garantias fundamentais ou as condições mínimas de reinício de suas vidas.

O Projeto de Lei nº 5.655/2009 (BRASIL 14, s/p), chamado de “Lei do Estrangeiro”, que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, “transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras

providências”, se arrasta no legislativo brasileiro há quase sete anos e não tem previsão de ser votado e convertido em lei. A última movimentação havida no Projeto de Lei nº 5.655/2009 ocorreu em data de 23/09/2015, quando o mesmo foi apensado ao Projeto de Lei nº 2.516/2015, de iniciativa do Senado Federal, que instituiu a “Lei de Migrações”, que por sua vez, teve a última movimentação em 26/11/2015, estando ambos parados desde então. A última movimentação e despacho no Projeto de Lei nº 2.516/2015 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, s/p) teve o seguinte teor:

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 2516, de 2015, do Senado Federal, que "institui a Lei de Migração" (altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940 e revoga as Leis nº 818, de 1949 e 6.815, de 1980), e apensados (PL 251615).

Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 27/2015, pela Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), que: "Solicita a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir sobre a casa de passagem de imigrantes mantida pelo Governo do Estado de São Paulo e gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, com a presença do seguinte convidado: FELIPE SARTORI SIGOLLO, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.

Assim, enquanto os projetos destinados a atualizar a legislação brasileira em relação aos imigrantes se arrastam nas Casas Legislativas do país, não resta alternativa aos haitianos que decidiram se radicar na Região da AMREC senão se valer da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (BRASIL 13, 2015, s/p), que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, e por meio da qual se consegue obter autorização de permanência e de trabalho no Brasil.

O reconhecimento da condição de refugiado é concedido em caráter provisório aos imigrantes pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, com base na Declaração Geral expedida pela Coordenação Geral do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE. Ele possui prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser renovado por igual período até a decisão final do pedido.

Com o reconhecimento da condição de refugiado, o imigrante consegue obter a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, bem como o Cartão de Pessoa Física – CPF, expedido pela Secretaria da Receita Federal.

Entretanto, o reconhecimento da condição de refugiado não garante ao imigrante a capacidade plena para os atos da vida civil no Brasil, situação que somente é reconhecida a partir da obtenção do RNE – Registro Nacional de Estrangeiros, que possui as seguintes características:

RNE no Brasil é o Registro Nacional de Estrangeiros e é concedido ao estrangeiro admitido na condição de temporário, permanente, asilado ou refugiado, que é obrigado a se registrar e a se identificar no Ministério da Justiça, com a Polícia Federal.

Estão dispensados da substituição da CIE (Cédula de Identidade de Estrangeiro) os estrangeiros portadores de vistos permanentes, que tenham participado de recadastramento anterior e que tenham completado 60 anos até a data de vencimento da cédula ou ainda deficientes físicos. O estrangeiro admitido no Brasil na condição de permanente, temporário ou asilado é obrigado a registrar-se na Polícia Federal, dentro dos trinta dias seguintes à entrada no país.

A carteira de identidade para estrangeiros (RNE) é o principal documento do estrangeiro residente no Brasil, e identifica sua condição de residência (temporária ou permanente) e o prazo de estada. O RNE é concedido ao candidato e a todos os seus familiares dependentes, independentemente da idade. (VISTO BRASIL, 2016, s/p).

Sem o RNE, o imigrante não consegue obter documentos que são fornecidos por organismos e instituições oficiais do Brasil aos nacionais, como é o caso da CNH – Carteira Nacional de Habilitação, documento indispensável para aqueles trabalhadores que desejam trabalhar como motorista, tendo os haitianos perdido várias oportunidades de emprego em decorrência desse fato, bem como ficam impossibilitados de adquirir veículos para uso próprio no Brasil.

Exemplo dessa situação é retratado por Pesrot Charles, engenheiro civil haitiano radicado na cidade de Cocal do Sul desde o

final do ano de 2013, que trabalha em uma indústria cerâmica da cidade na função de operador de máquinas. Conta Charles que na empresa onde trabalha existe a possibilidade de atuar como motorista, porém fica impossibilitado em virtude de não possuir a CNH. Relata também que está igualmente impossibilitado de adquirir veículo para uso próprio, situação que já lhe foi possibilitada, em conjunto com outros haitianos que residem com ele, também em decorrência de não possuírem a CNH. (CHARLES, 2015).

Outro exemplo é citado por Calin Romeus, haitiano também radicado na cidade de Cocal do Sul, onde reside desde meados do ano de 2013, o qual trabalha como classificador em uma indústria cerâmica daquela cidade. Conta Romeus que, inicialmente, foi contratado para trabalhar em uma indústria do setor metalúrgico, na cidade de Urussanga, tendo fixado residência na cidade de Orleans. Posteriormente, trouxe a esposa Lavanie Etienne, que havia ficado no Haiti, a qual veio trabalhar na mesma empresa que Romeus. Passados alguns meses, Romeus obteve emprego na indústria cerâmica em Cocal do Sul, decidindo fixar residência nessa cidade. Entretanto, encontrou enormes dificuldades para conseguir alugar uma casa, visto não ser portador do RNE ou de documento de identificação emitido por instituição oficial do Brasil. (ROMEUS, 2015).

O RNE, todavia, não é expedido mediante simples solicitação junto ao Departamento de Polícia Federal, sendo necessária a autorização direta do Ministério da Justiça. É o que aconteceu no dia 11/11/2015, quando um ato conjunto assinado pelos Ministérios do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e da Justiça concederam a autorização de permanência no Brasil a milhares de haitianos, conforme divulgado pelo Portal Brasil (2015, p.1-3):

Os ministérios do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e da Justiça assinaram, nesta quarta-feira (11), um ato autorizando 43.781 imigrantes haitianos em situação irregular a tirar o visto de residência permanente no País. Eles terão um ano para fazer a carteira de identidade de estrangeiro, documento que permite o acesso ao mercado formal de trabalho e a serviços públicos, como saúde e educação.

A autorização foi concedida pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão vinculado MTPS. “Este ato reafirma o Brasil como uma nação do acolhimento, uma nação aberta a todos

aqueles que querem paz e têm vontade de trabalhar e conviver com nosso povo e compartilhar da construção do nosso País”, disse o ministro do Trabalho e Previdência, Miguel Rossetto.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ressaltou que o visto de permanência não equivale à concessão de nacionalidade brasileira aos haitianos, mas que a ação de respeito do Brasil em relação aos estrangeiros “é um reconhecimento de que o Brasil acolhe seus imigrantes, que respeita direitos e não age de forma preconceituosa e que, portanto, faz desse nosso País um país generoso como foi ao longo da sua história”, afirmou.

Cardozo ressaltou que a medida inibe a ação de quadrilhas de “coiotes”, que traficam haitianos para o Brasil mediante pagamento. Ele disse que o governo acelerou neste ano a emissão de vistos de entrada no Brasil a partir de Porto Príncipe para reduzir a atuação dessas “organizações criminosas”.

A estratégia resultou em aumento no número de haitianos entrantes com visto de 889 em fevereiro deste ano para 2.220 em outubro. Enquanto a quantidade de entrantes por terra, meio utilizado pelos coiotes, caiu de 1.852 em fevereiro para 192 em outubro.

Segundo o ministro da Justiça, a autorização de permanência aos haitianos supera “aquela fase do visto provisório e dá uma perspectiva positiva de que eles possam aqui residir, fazendo jus a todos os direitos que estrangeiros têm no Brasil”.

O embaixador do Haiti, Madsen Chérrubin, considerou a autorização de permanência concedida pelo governo brasileiro um “modelo” para a crise dos refugiados na Europa. “Hoje é um dia histórico. Eu acho que esse modelo de imigração que o Brasil está adotando pode servir de modelo para outros países”, disse.

O reflexo e as consequências desse ato conjunto assinado pelos Ministérios do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e da Justiça em novembro passado, não foram a eliminação de todas as dificuldades que os imigrantes haitianos residentes na Região da AMREC encontram

para regularizar em definitivo suas situações de estrangeiros residentes no Brasil. A primeira dificuldade encontrada por eles após o ato diz respeito à documentação necessária à obtenção do visto de residência permanente no país: a) requerimento; b) duas fotos 3x4; c) Certidão de Nascimento ou Casamento (traduzida por tradutor juramentado) ou certidão consular; d) certidão negativa de antecedentes criminais emitida no Brasil; e) declaração de que não foi processado criminalmente no país de origem; f) comprovante do pagamento das taxas.

A dificuldade maior para conseguir toda a documentação reside na necessidade da apresentação da “Certidão de Nascimento ou Casamento ou certidão consular” e da “declaração de que não foi processado criminalmente no país de origem”, que devem estar traduzidas para o idioma português por tradutor juramentado, pois a maioria dos imigrantes haitianos que se encontram radicados na Região da AMREC não trouxe consigo durante a viagem do Haiti para o Brasil esses documentos. Nem mesmo os providenciaram ou solicitaram depois de estarem aqui estabelecidos. Para obtê-los, é necessário se deslocar até o Consulado do Haiti no Brasil, que fica em Brasília, o que lhes proporciona, além de custos elevados, ter que se ausentar do trabalho por vários dias, causando prejuízos consideráveis, já que possuem rendimentos mínimos e, em alguns casos, a possível perda do emprego.

Como forma de amenizar essa situação, os imigrantes haitianos da Região da AMREC optaram por eleger representantes, que, de posse das autorizações individuais emitidas por cada um dos interessados, foram até Brasília, no Consulado do Haiti no Brasil, para requerer os documentos necessários à obtenção do visto de residência permanente no país e, por consequência, a obtenção do RNE. Os haitianos radicados em Cocal do Sul elegeram Pesrot Charles para representá-los no Consulado, a fim de requerer e retirar os documentos indispensáveis para a obtenção de seus RNE. Charles empreendeu viagem ao Distrito Federal no início do mês de dezembro de 2014 com esse propósito.

Todavia, o grande volume de autorizações de visto de residência permanente no Brasil, concedidas aos haitianos pelos Ministérios do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e da Justiça por meio do ato conjunto assinado em 11 de novembro de 2015, em número de 43.871, sobrecarregou de trabalho o Consulado do Haiti no Brasil, visto o grande interesse dos naturais do Haiti residentes no país em regularizar suas situações, o que impossibilitou Charles de retornar de Brasília com os documentos de todos aqueles que lhe haviam concedido autorizações para tal.

Ele conseguiu os documentos para obtenção do próprio RNE. Foi-lhe assegurado pelos funcionários do Consulado do Haiti em Brasília que os documentos dos demais interessados seriam enviados via correio nos próximos meses, para o endereço de cada um deles. Entretanto, passados três meses do protocolo de seus requerimentos, poucos deles receberam os documentos.

Diante desse cenário, embora as medidas isoladas tomadas por alguns órgãos do governo brasileiro no sentido de proporcionar aos imigrantes estrangeiros as condições de regularizar suas situações no Brasil, as mesmas não têm conseguido alcançar o efeito a que se propõem, situação que somente se efetivará em definitivo quando os legisladores do país entenderem a urgência que o assunto requer e atualizarem a legislação pertinente ao assunto, fazendo com que o texto do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de fato, passe a ter eficácia em relação a esses trabalhadores imigrantes que buscam no território brasileiro o sonho de reconstrução de suas vidas.

4.4 MOTIVAÇÃO DAS EMPRESAS DA REGIÃO DA AMREC NA CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES HAITIANOS

Assim como acontece com todo o estado de Santa Catarina, que tem um dos maiores índices de desenvolvimento econômico do Brasil, a Região da AMREC, localizada no Sul deste estado, possui uma economia forte, baseada numa produção industrial bastante diversificada, e também em um expressivo número de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, que exigem grande demanda de mão de obra, qualificada ou não, capaz de manter as atividades empresariais em pleno funcionamento.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma melhora na qualificação da mão de obra disponibilizada por trabalhadores residentes na Região da AMREC, fazendo com que as empresas nela instaladas tivessem dificuldade na contratação de mão de obra não qualificada, destinadas ao preenchimento das chamadas vagas de “chão de fábrica”. Esse fator de escassez de mão de obra despertou nos proprietários de muitas empresas o interesse pela contratação de trabalhadores imigrantes, não apenas de outras regiões do país, como também de imigrantes estrangeiros, abrindo caminho para o emprego dos haitianos que fogem das precárias condições econômicas, sociais e humanas verificadas no Haiti, principalmente a partir do terremoto que devastou o país no ano de 2010.

Algumas das empresas da Região da AMREC, tendo conhecimento de que um grande contingente de imigrantes haitianos estava ingressando na Região Norte do Brasil, principalmente através das cidades do Acre que fazem fronteira com a Bolívia, Epitaciolândia e Brasiléia, e, posteriormente, se dirigindo até a capital Rio Branco, enviaram representantes até aquelas cidades com o propósito de recrutar trabalhadores vindos do Haiti para trabalhar em seus estabelecimentos empresariais, suprindo, dessa forma, a carência de mão de obra não qualificada que se verificava nesta região.

Assim, os primeiros haitianos chegaram à Região da AMREC no final do ano de 2011 e começaram a trabalhar nas empresas estabelecidas nesta região a partir do início do ano de 2012, fato que despertou o interesse de outros imigrantes haitianos que, igualmente aos da Região da AMREC, estavam chegando à Região Norte do Brasil. Como o Brasil vivia uma situação de quase pleno emprego, do início desta década até a primeira metade do ano de 2014, muitos haitianos que já possuíam parentes ou amigos recrutados pelas empresas da Região da AMREC, a partir de obtenção de informações colhidas nas redes sociais, dirigiram-se espontaneamente para esta região, com o propósito de nela obter emprego e iniciar uma nova vida.

Observa-se que apesar de os imigrantes haitianos terem deixado seu país de origem em virtude das precárias condições econômicas, sociais e políticas vigentes no Haiti, não foi a solidariedade ou o interesse social o que motivou as empresas estabelecidas no estado de Santa Catarina, assim como as da Região da AMREC, a contratá-los. Foi tão somente a carência de mão de obra que se verificava no país e no estado catarinense que levou as empresas locais, independentemente do porte de cada uma delas, a contratar os trabalhadores de origem haitiana, assim como de outras nacionalidades, fato esse que resta claro nas manifestações de empresários e prepostos dessas empresas durante as entrevistas realizadas para a elaboração do presente trabalho.

Uma das primeiras empresas a contratar haitianos na Região da AMREC, atuante no ramo de transporte rodoviário de cargas em Criciúma, contratou dois haitianos no mês de julho de 2012, os quais foram os primeiros a chegar à cidade. Conforme Rodrigo Teixeira, supervisor de recursos humanos da empresa, esses trabalhadores foram encaminhados pela agência do SINE – Sistema Nacional de Emprego de Criciúma, atendendo ao pedido formulado pela empresa, ante a carência de mão de obra que se verificava na região.

No seguimento metalúrgico, a empresa Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda., estabelecida na localidade de Palmeira

Baixa, na cidade de Urussanga/SC, passou a contratar trabalhadores de origem haitiana a partir do segundo semestre do ano de 2013. Segundo Silmar Pacheco, encarregado de produção da empresa, a motivação para a contratação desses trabalhadores foi, igualmente, a carência de mão de obra de brasileiros na Região da AMREC. Atualmente, a empresa conta com vinte e dois trabalhadores de origem haitiana em seus quadros, sendo que a redução do número inicialmente contratado decorre da recessão econômica verificada no Brasil nos últimos dois anos, principalmente em 2015, ano em que as vendas caíram vertiginosamente, sendo que a empresa chegou a estocar mais de mil unidades de fogões a lenha que não conseguiram ser comercializados.

No setor metal-mecânico, uma empresa¹⁸ fabricante de equipamentos hidráulicos fundada em 1981 e que desenvolve e produz componentes para automação dos seguimentos agrícola, rodoviário, construção civil, móvel e industrial, localizada no bairro Morro Estevam, na cidade de Criciúma/SC, também foi uma das primeiras empresas da Região da AMREC a contratar trabalhadores haitianos. Ela não concordou em conceder entrevista para obtermos informações da quantidade de funcionários haitianos que contratou, bem como sobre a motivação para a referida contratação. Assim, a partir de entrevistas realizadas com imigrantes haitianos que laboram ou laboraram nessa empresa, dentre os quais citamos Jean Remy Edouard, Hugyns Jacques, Moccene Raciús, Fritznel Gilsaint e Jean Jerome Suma, e também com a assistente social Sandra Regina da Silva João, servidora da Casa de Passagem São José de Criciúma, que foi contratada para fazer o acompanhamento e integração social dos haitianos que vieram trabalhar naquela empresa, a informação obtida foi de que a empresa chegou a contratar trinta trabalhadores imigrantes originários do Haiti, a partir do início do segundo semestre do ano de 2013, os quais foram recrutados por seus representantes, que foram enviados até as cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Rio Branco, no Estado do Acre. Por não termos obtido entrevistas com prepostos da empresa, não conseguimos levantar informações sobre a quantidade de imigrantes haitianos que ainda laboram na mesma.

¹⁸ As empresas da Região da AMREC que empregam haitianos, mas que não concordaram em conceder entrevistas para a realização desta pesquisa, não tiveram seus nomes citados no trabalho, assim como não foram citados os nomes daquelas que, embora tenham concordado em prestar informações sobre as relações de trabalho estabelecidas com os imigrantes do Haiti, solicitaram que seus nomes não fossem divulgados.

Também no ramo da construção civil houve a contratação de imigrantes haitianos, sendo a Construtora Fontana Ltda., empresa com vinte e sete anos de atuação no setor, que iniciou suas atividades na cidade de Urussanga/SC e, posteriormente, transferiu sua sede para a cidade de Criciúma/SC, a primeira empresa de que se tem notícia a contratar esses trabalhadores. Conforme Jarbas Cargnin Nunes – Gerente de gestão de pessoas –, a empresa conta com 800 funcionários diretos e 400 terceirizados; a Construtora Fontana Ltda. chegou a contratar, a partir do início de 2012, dezesseis trabalhadores haitianos, mas hoje possui apenas sete ou oito deles trabalhando na empresa. O motivo principal para essa contratação decorreu da carência de mão de obra verificada tanto na cidade de Criciúma/SC quanto nos demais municípios da Região da AMREC, nos quais a empresa mantém seus principais empreendimentos. Esses trabalhadores foram contratados na própria Região da AMREC. *“Os mesmos vieram para trabalhar em outras empresas, porém não se adaptaram, e estavam desempregados no mercado, sendo contratados pela empresa.”*, explicou Nunes. A Construtora também disponibilizou aos trabalhadores haitianos moradia e cursos de português por intermédio do SENAI. Como continuou Nunes:

“Os mesmos possuem boa qualificação e, alguns, formação superior, como engenheiros, professores e diretores de escola. A chegada dos mesmos à Região da AMREC foi monitorada através da mídia e da Polícia Federal. São pessoas que possuem muitos contatos e estão sempre migrando para regiões onde encontram melhores oportunidades. Possuem, ainda, bons relacionamentos, são bem esclarecidos e com facilidade de aprender. São pessoas dotadas de boa educação e estabelecem bom relacionamento com superiores hierárquicos e colegas de trabalho. Adaptam-se facilmente à legislação trabalhista brasileira e aos horários de trabalho. Inicialmente procuram uma forma de subsistência, sem se importar com as funções que irão desempenhar, embora possuam qualificações específicas. Também se adaptam às funções para as quais são contratados e possuem facilidade de aprendizado, sem apresentar restrições a qualquer tipo de trabalho. No início da contratação demonstraram produtividade além do

normal, depois se adaptaram ao ritmo dos profissionais nativos. São remunerados de acordo com o plano de cargos e salários da empresa e se mostram satisfeitos com a remuneração que lhes é oferecida. Ainda quanto à questão de relacionamento, a empresa nunca constatou qualquer situação de conflito destes trabalhadores com colegas de trabalhos ou superiores hierárquicos”.

Informou Nunes, por fim, que o primeiro grupo de trabalhadores de origem haitiana contratado pela Construtora Fontana Ltda. foi beneficiado com auxílio moradia, móveis, eletrodomésticos e curso de português, sendo que, posteriormente, passaram a ter as mesmas condições dos demais funcionários nativos, e que a empresa não lhes proporciona benefícios extras, além daqueles mesmos que são disponibilizados aos trabalhadores nacionais.

No ramo cerâmico também se verifica a contratação de imigrantes estrangeiros, como acontece em Cocal do Sul, onde uma das maiores empresas do Brasil no seguimento chegou a ter trinta e nove trabalhadores de origem haitiana em seu quadro de colaboradores, sendo todos admitidos para a linha de produção. Segundo o coordenador e a analista de recursos humanos da empresa, os imigrantes de origem haitiana foram contratados em virtude da carência de mão de obra de trabalhadores locais nos anos de 2013 e 2014, sendo que nenhum benefício ou assistência adicional são proporcionados a eles.

Ainda no setor cerâmico, uma empresa atuante no seguimento há mais de trinta anos, instalada no bairro Quarta Linha, na cidade de Criciúma/SC, desde o ano de 2009, contratou trabalhadores imigrantes haitianos a partir de fevereiro do ano de 2014. Segundo o gerente de recursos humanos da empresa, a carência de mão de obra local foi o motivador para a contratação desses imigrantes, os quais foram encaminhados pela Secretaria de Assistência Social do Município de Criciúma e pelo Sindicato dos Trabalhadores Ceramistas, da Construção Civil, do Fibrocimento e do Mobiliário da Região de Criciúma. A empresa, segundo o seu gerente de RH, chegou a ter em seus quadros trinta e quatro trabalhadores de origem haitiana, os quais tiveram boa adaptação ao sistema de trabalho da empresa e obtiveram produtividade semelhante aos trabalhadores nacionais. Atualmente, a empresa ainda mantém quinze desses trabalhadores, pois os outros se desligaram motivados pela alta da cotação da moeda americana no Brasil durante o

ano de 2015, o que os levou a procurar trabalho em outras regiões e até em outros países.

Também microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na Região da AMREC contrataram e contratam trabalhadores de origem haitiana, embora em menor quantidade, entretanto, identificamos empresas que têm contratado número significativo desses trabalhadores, se comparado ao total de seus colaboradores, como é o caso da empresa BIG BAG Indústria de Embalagens Ltda., estabelecida no bairro São Luiz, na cidade de Criciúma/SC. Seu ramo de produção são as *big bags* (embalagens) de volume médio, usadas para transporte, armazenamento e estocagem de produtos líquidos, em pó e granulados, incluindo fertilizantes, sais, produtos químicos, granulados sintéticos, rações, lixo tóxico, cimento, minerais, metais e muitos outros produtos.

Informações prestadas pela assistente administrativa Juliana Anselmo dos Santos permitiram identificar a quantidade de imigrantes de origem haitiana que trabalharam e ainda trabalham na empresa, a qual passou a contratar esses trabalhadores a partir do início do ano de 2014. A empresa, que conta com um quadro de vinte e oito colaboradores, inicialmente, contratou sete imigrantes haitianos. Atualmente, o número foi reduzido para cinco deles, os quais chegaram a representar vinte e cinco por cento do total de colaboradores da empresa. Relatou também Santos que os trabalhadores imigrantes haitianos são dedicados e responsáveis, tendo como objetivo principal obter remuneração suficiente para se manterem na região e, ainda, reservar algum valor para enviar para seus familiares que ficaram no Haiti, por isso se dedicam e se adaptam facilmente às funções que lhes são confiadas, sendo que, na maioria dos casos, conseguem obter maior produtividade que os trabalhadores de origem nacional. A empresa proporciona aos trabalhadores imigrantes haitianos remuneração igual aos nacionais, desde que no desempenho das mesmas funções, estando muito satisfeita com o rendimento proporcionado pelos mesmos, pretendendo, inclusive, contratar outros. Por esse motivo, passou a lhes prestar acompanhamento¹⁹ também no ambiente social onde vivem.

As entrevistas de campo realizadas com diversas empresas da Região da AMREC para fundamentar a realização do presente trabalho mostraram que foi tão somente a dificuldade de encontrar

¹⁹ Prepostos da empresa prestam orientações aos haitianos que nela trabalham quanto à obtenção de assistência e acesso à saúde, à educação e à participação nas atividades comunitárias dos locais onde eles residem.

trabalhadores nacionais (brasileiros) o que as motivou a contratar trabalhadores imigrantes estrangeiros a partir do ano de 2012. A questão social em momento algum foi relatada por qualquer um dos prepostos entrevistados nessas empresas como motivador para a contratação de imigrantes haitianos, o que reafirma ser a geração e a manutenção do capital o único motivador dos detentores do mesmo em estabelecer relações de trabalho, independentemente da origem dos trabalhadores que venham fazer parte dessas relações laborais.

4.5 AS RELAÇÕES DE TRABALHO ESTABELECIDAS NAS EMPRESAS DA REGIÃO DA AMREC

As relações de trabalho que se desenvolveram e se desenvolvem entre as empresas da Região da AMREC e os trabalhadores imigrantes haitianos foram estabelecidas a partir de uma conjugação de interesses de ambas as partes envolvidas neste processo: de um lado, as empresas, experimentando a carência de mão de obra local; de outro, os imigrantes haitianos, que buscavam uma colocação no mercado de trabalho regional, com o propósito de possibilitar a reconstrução de suas vidas em território brasileiro.

São processos que se estabelecem a partir de diferentes interesses e acabam por desenvolver novas formas de relações de trabalho e novas classes de trabalhadores. Conforme Thompson (1987, p.10):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma

forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Frente às novas relações de trabalho e as dificuldades encontradas – língua, preconceitos, legalização de diplomas e documentos necessários para conseguirem trabalho – os migrantes haitianos começaram a se organizar constituindo associações em Cocal do Sul e Criciúma. Esse processo de organização será abordado em seguida.

Os haitianos que ingressam no Brasil têm como objetivo principal obter trabalho e renda. Dessa forma, tão logo adentram o território brasileiro, buscam a documentação necessária para estarem aptos a conseguir um emprego. A maioria deles já obtém essa documentação nas cidades de entrada no Brasil, geralmente localizadas na região norte do país, fato que é confirmado por Continguiuba (2014, p.111):

Ao entrar no Brasil, cada haitiano se encaminha até a sede da Polícia Federal, em geral em Tabatinga, no estado do Amazonas ou em Brasileia e Epiaciolândia, no estado do Acre, como num ritual de passagem, para inscrever-se na condição de solicitante de refúgio para obtenção do visto permanente por Razões Humanitárias. Nessas cidades ainda obtém o documento de Cadastro de Pessoa Física, o CPF e, também, a CTPS. Dessa forma, se encontram documentados para o contexto brasileiro e prontos para seguirem adiante e se inserirem no mercado de trabalho nacional. No entanto, nem todos os haitianos, dos que entraram pela fronteira acreana, receberam a primeira CTPS no momento de entrada. Não temos informações sobre o número exato dessa prática, o fato é que encontramos alguns casos de pessoas que estavam apenas com o CPF e, assim, optaram pela obtenção do documento na cidade ou estado para aonde iriam.

Praticamente a totalidade dos haitianos que optaram por se estabelecer na Região da AMREC, igualmente ao que acontece com a maioria daqueles que migraram para o Brasil, já chegaram às cidades de destino escolhidas tendo em mãos os documentos essenciais para nelas se estabelecerem e obterem emprego, o que facilmente conseguiram em decorrência da situação de quase pleno emprego vivida no Brasil nos primeiros anos desta década.

Embora os órgãos do governo brasileiro não tenham o registro oficial do número de trabalhadores haitianos radicados na Região da AMREC, em decorrência de que nem todos que estão trabalhando nas cidades da região possuem registro formal de emprego, o que impossibilita o Ministério do Trabalho e Emprego de divulgar a quantidade total desses trabalhadores, sendo que o IBGE também só terá os números oficiais no próximo Censo Demográfico, que deverá ocorrer somente em 2020, é possível se ter uma noção do contingente de nativos do Haiti que estão residindo e trabalhando na Região da AMREC, a partir das associações de haitianos que estão se constituindo nesta região.

Pesrot Charles, presidente da UHACIS – União dos Haitianos de Cocal do Sul pela Integração Social, afirma que o número de imigrantes de origem haitiana radicados na cidade de Cocal do Sul ultrapassa a casa de 150 pessoas, sendo esta a segunda cidade da Região da AMREC a concentrar o maior contingente de haitianos. Já Pierre Paul Deshomme, presidente da AHC – Associação dos Haitianos de Criciúma, assevera que a quantidade de haitianos residentes na cidade de Criciúma ultrapassa a casa de 300 pessoas. Afirmam ambos os presidentes que é possível encontrar haitianos residindo em todas as cidades da Região da AMREC, porém em quantidades pequenas, sendo Cocal do Sul e Criciúma as cidades onde a maioria deles está radicada, havendo, ainda, mais de 30 haitianos residindo na cidade de Lauro Müller, embora a maior parte deles trabalhe nas cidades de Orleans e Urussanga.

Tanto Charles quanto Deshomme asseguram que a maioria dos haitianos que escolheram a Região da AMREC para residir conseguiu obter contratos de trabalho com empresas estabelecidas nesta região. “*É o objetivo de todos os haitianos que vieram para o Brasil*”, afirmam em uníssono Charles e Deshomme, que procuram na Região da AMREC obter, além de um emprego que lhes assegure a própria subsistência, uma forma de poder arrecadar algum recurso para enviar para seus familiares que ficaram no Haiti e dependem muito da ajuda daqueles que migraram para outros países para poder dar continuidade a suas vidas naquele país. Entretanto, assim como os trabalhadores de origem brasileira, os haitianos começam a sentir os efeitos da crise econômica que se verifica no Brasil a partir do segundo semestre do ano de 2014, sendo a principal dificuldade a elevada cotação da moeda norte-americana, para a qual devem ser convertidos os valores que pretendem remeter ao Haiti.

No que diz respeito aos contratos de trabalho com as empresas da Região da AMREC, os imigrantes haitianos, de maneira geral,

demonstram satisfação com os empregos e funções para os quais são contratados, embora afirmem, a maioria deles, que possuíam melhor remuneração e melhores condições de trabalho no Haiti. Todavia, após a ocorrência do terremoto que assolou aquele país em 12 de janeiro de 2010, as condições sociais e econômicas, assim como a escassez de renda e empregos, tornaram-se quase impossível a permanência em território haitiano, fazendo com que grande contingente de nativos do Haiti migrasse para outros países na busca de melhores condições de vida, sendo que os que lá permaneceram passaram a depender de ajuda internacional para sobreviverem.

As experiências de trabalho dos imigrantes vindos do Haiti nas empresas da Região da AMREC, a maioria do sexo masculino, são relatadas pelos próprios haitianos, de maneira geral, como satisfatórias, as quais lhes proporcionam um bom ambiente de trabalho e razoáveis condições de vida nas cidades onde se estabeleceram.

Luc Marcaillant, que trabalhava como eletricitista e encanador no Haiti, relata que veio para o Brasil há três anos, após o terremoto que atingiu Porto Príncipe em janeiro de 2010, em virtude das dificuldades econômicas e sociais que enfrentava naquele país, tendo escolhido o Brasil como destino em decorrência de ser este um país admirado pelos haitianos, principalmente por causa do futebol, o qual sempre teve vontade de conhecer. Escolheu a cidade de Criciúma para estabelecer residência e trabalhar, porque preferia um lugar mais tranquilo, entendendo ser essa cidade capaz de lhe proporcionar o ambiente social que almejava em relação a centros maiores do país. Desde que chegou à cidade, trabalha em uma empresa do ramo da construção civil, exercendo as funções de eletricitista e encanador. Está satisfeito com o emprego que obteve, onde tem bom relacionamento com os demais funcionários e com os superiores hierárquicos da empresa. Embora no Haiti exercesse atividades de forma autônoma para empresas diversas, sem controle de jornada, conseguiu se adaptar à legislação brasileira e à forma de trabalho nas empresas estabelecidas no Brasil.

Funcionários de uma empresa fabricante de componentes hidráulicos, Moccene Raciús, Jean Jerome Suma e Fritznel Gilsaint, residentes no bairro Santa Líbera, em Forquilha/SC, além de Jean Remy Edouard e Hugyns Jacques Simon, residentes no bairro Morro Estevam, na cidade de Criciúma/SC, falam de suas experiências de trabalho na Região da AMREC como uma nova oportunidade de vida que lhes está sendo proporcionada em território brasileiro. Raciús, Suma e Gilsaint relatam que vieram para o Brasil, assim como muitos haitianos, em virtude da falta de trabalho no Haiti, buscando em

território brasileiro uma oportunidade de obter renda para poder remeter para seus familiares que ficaram residindo naquele país. Ingressaram em solo brasileiro em meados de 2013, através do estado do Acre, onde obtiveram a declaração de reconhecimento da condição de refugiados e, de posse desse documento, conseguiram obter o CPF e a CTPS. Vieram para a Região da AMREC por intermédio da empresa onde trabalham, que os recrutou ainda no estado do Acre, por meio de seu representante que foi até aquele estado em busca de imigrantes haitianos interessados em trabalhar no sul do estado de Santa Catarina. Residem na mesma residência com outros imigrantes haitianos, num grupo que varia entre cinco a sete pessoas do sexo masculino, preferindo essa forma de vida, pois assim conseguem dividir as despesas e ajudar uns aos outros. Em relação às condições oferecidas pela empresa onde trabalham, afirmam que estão satisfeitos com o que lhes é proporcionado, pois, além de manter um padrão de vida razoável no Brasil, ainda que de forma humilde, conseguem enviar algum recurso para seus familiares que residem no Haiti. Ainda em relação ao trabalho, afirmam que possuem um bom ambiente, não tendo sido vítimas, até o momento, de racismo ou discriminação, conseguindo manter um bom relacionamento com os demais colegas de trabalho e com os superiores hierárquicos. Para eles, a empresa cumpre com o que lhes prometeu por ocasião de suas contratações.

Edouard e Simon, no que diz respeito ao ingresso no Brasil, à obtenção de documentos e de emprego e às relações no ambiente de trabalho, relatam as mesmas situações vivenciadas por Raciús, Suma e Gilsaint. Mas quanto ao ambiente social e familiar, estabeleceram-se de forma diferente, pois trouxeram esposa e filhos para residir com eles no bairro Morro Estevam, em Criciúma, onde procuram se integrar no meio social em que vivem.

Trabalhando na Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda., em Urussanga/SC, desde que chegaram à Região da AMREC no segundo semestre do ano de 2013, Fenel Joseph, Frito Louis, Gedeon Thalon, Gessert Solage, Jeanodner Lalane e Marthin Dorvilus afirmam que mantêm uma boa relação de trabalho com a empresa e com os demais trabalhadores, embora não estejam plenamente satisfeitos com a remuneração que lhes é proporcionada, principalmente em decorrência da elevação da moeda americana no Brasil nos últimos meses, o que lhes dificulta a remessa de valores para seus familiares que ficaram no Haiti. Residem em Lauro Müller/SC, a aproximadamente vinte e cinco quilômetros da empresa onde trabalham, a qual lhes disponibiliza o

transporte, além de lhes fornecer refeições no local de trabalho, o que minimiza os gastos com a permanência no Brasil.

Persot Charles, formado em engenharia civil no Haiti, relata que ingressou no Brasil no segundo semestre do ano de 2013, pelo estado do Acre, onde, inicialmente, foi recrutado por uma empresa do ramo de alimentos para trabalhar na cidade de Chapecó/SC, tendo permanecido nessa cidade por dois meses, não se adaptando, entretanto, com as condições de trabalho que lhe foram proporcionadas naquela empresa, em decorrência de ser realizado em câmaras frias e em ambiente com muita umidade. A partir de informações obtidas de outros imigrantes haitianos que já se encontravam na região, Charles decidiu vir para a cidade de Cocal do Sul, no final do ano de 2013, onde, inicialmente, obteve emprego em uma empresa do ramo de embalagens plásticas, na cidade de Urussanga/SC, na qual trabalhou por quatro meses, desligando-se da mesma por obter novo emprego em uma indústria cerâmica localizada na cidade de Cocal do Sul, onde permanece trabalhando até os dias atuais. Há mais de um ano e meio nesse último emprego, Charles mostra satisfação com o mesmo e com as condições de trabalho que lhe disponibiliza a empresa, pois, além de uma remuneração que lhe permite ter uma razoável condição de vida, também lhe proporciona outros benefícios, como alimentação, treinamentos e possibilidades de crescimento profissional.

Representando as mulheres dentre os imigrantes haitianos que se estabeleceram na Região da AMREC, Marie Mimose Rominis e Rebecca Paul falam de suas experiências nas empresas desta região. Rominis trabalha como ajudante de produção em uma empresa do ramo de embalagens na cidade de Cocal do Sul, afirmando que, atualmente, possui um bom ambiente de trabalho, entretanto, no início de sua contratação, sentiu um certo nível de discriminação por parte dos demais trabalhadores brasileiros, o que lhe causava desconforto. Já Paul, que atualmente exerce a função de camareira em um motel da cidade de Morro da Fumaça, onde também trabalha outra imigrante haitiana, conta que nessa empresa possui um bom ambiente de trabalho, porém, na primeira empresa em que trabalhou na região, sentia discriminação por parte de seus superiores hierárquicos. Ambas afirmam que possuem remuneração e alguns benefícios, como cesta básica e transporte, suficientes para uma vida tranquila no Brasil, dentro de padrões humildes, porém, igualmente ao que acontece entre a maioria dos trabalhadores da região, se queixam da dificuldade em conseguir poupar recursos financeiros para poder ajudar seus parentes que ficaram no Haiti.

A maioria dos haitianos demonstra satisfação com os empregos que conseguiram na Região da AMREC, entretanto, alguns deles relatam situações que demonstram a falta de reconhecimento das empresas com as situações que são vivenciadas pelos mesmos, principalmente no sentido de impor-lhes trabalhos duros e rigor excessivo no que diz respeito ao cumprimento da legislação trabalhista brasileira. De maneira geral, apesar de levarem uma vida simples e sem maiores confortos, demonstram estar felizes e satisfeitos com a vida que levam no Brasil se comparada às precárias condições financeiras e sociais que tinham no Haiti, contribuindo para ampliar o perfil da classe operária da região.

4.6 RELAÇÕES ENTRE NACIONAIS E HAITIANOS: TENSÃO OU INTEGRAÇÃO?

A chegada de um ou outro imigrante em determinada região, seja ele nacional ou estrangeiro, pode até despertar a atenção e a curiosidade dos habitantes locais, porém, sem se ater estes a maiores detalhes em relação a procurar saber a origem e as motivações que levaram essas pessoas a virem e a se estabelecerem em suas comunidades. Entretanto, se um considerável contingente desses imigrantes se estabelece em determinada comunidade, além de despertar a curiosidade dos locais, é comum, em um primeiro momento, que boa parte dos nativos do lugar crie restrições ou se manifeste contrariamente a esse fato, principalmente em cidades ou localidades de pequeno porte. É um fator gerado pela preocupação natural do ser humano em proteger seus patrimônios, suas conquistas e suas posições sociais e econômicas. Esse fator pode ser confirmado ao analisarmos o ingresso de imigrantes haitianos em território brasileiro, cujo movimento se intensificou a partir do ano de 2011, em decorrência do terremoto que assolou o Haiti em janeiro do ano de 2010.

É um processo que se verifica no Brasil desde a época do Império, quando se observava a restrição dos nacionais em relação ao ingresso de imigrantes estrangeiros em território brasileiro, embora houvesse o incentivo do governo imperial à imigração, com o propósito de povoar e colonizar a região sul do país, restrição essa mais expressiva em relação a determinados grupos étnicos e, em especial, aos de origem negra, motivados pela prática da escravidão reinante no país desde o início da colonização até meados do Século XIX, conforme pontua Seyferth (2002, p.118):

A questão racial estava subjacente aos projetos imigrantistas desde 1818, antes da palavra *raça* fazer parte do vocabulário científico brasileiro e das preocupações com a formação nacional. Desde então, a imigração passou a ser representada como um amplo processo civilizatório e forma mais racional de ocupação das terras devolutas.

O pressuposto da superioridade branca, como argumento justificativo para um modelo de colonização com pequena propriedade familiar baseado na vinda de imigrantes europeus – portanto distinto da grande propriedade escravista – foi construído mais objetivamente a partir de meados do século XIX. Menos evidente nas leis e decretos relativos à colonização, o conteúdo racista está presente, sobretudo, na discussão da política imigratória articulada ao povoamento e na externalização nacionalista dos problemas de assimilação especificados através das probabilidades do caldeamento racial. Ambas as discussões são significativas quando envolvem a colonização europeia efetivada no Sul durante mais de um século – num contexto de povoamento em que os imigrantes alemães aparecem como antítese da *brasilidade*.

Passados mais de um século e meio da política de incentivo à imigração implantada pelo Governo Imperial e do início da colonização da Região Sul do Brasil, a questão do preconceito racial ainda é muito forte entre os nacionais brasileiros, principalmente em relação à etnia negra, embora os racistas e preconceituosos tentem disfarçar suas posturas ante as políticas de inclusão e a legislação protetiva à discriminação vigente no país, fato que pode ser constatado pelas muitas manifestações em redes sociais criticando o governo brasileiro pelo apoio e acolhida proporcionados aos imigrantes de origem haitiana a partir do início desta década. É uma postura que não se verifica em relação aos imigrantes da raça branca, independentemente do país de origem dos mesmos.

Muitos dos haitianos que migraram para o Brasil possuem boa qualificação, nível superior completo e exerciam atividades intelectuais e de ensino no Haiti, como é o caso de Robert, um professor de matemática entrevistado pelo Programa Fantástico, exibido pela Rede

Globo (PORTAL GLOBO.COM, 2015), que, ao chegar ao Brasil, conseguiu tão somente emprego como operário, e não gostou do que viu, afirmando: *“Encontro muitas injustiças. Muitos brasileiros ou brasileiras consideram os haitianos, nas empresas, como escravos.”*

A opção dos haitianos pelo território brasileiro decorre, historicamente, da cultura que é disseminada no Haiti de que o Brasil é um país de maravilhas, e pela admiração que os nativos daquele país têm pelo futebol brasileiro, conforme relatam muitos dos entrevistados, mas, também, pelo apoio e ajuda financeira que o governo brasileiro tem dado ao Haiti nos últimos anos, principalmente após o terremoto de 2010, conforme relata Pelli (2011, p.1):

Ninguém gosta de ter seu país invadido por forças estrangeiras. Essa afirmação é uma unanimidade. Mas, dentro dessa circunstância, os brasileiros são – aparentemente – mais simpáticos aos haitianos que os militares de outros países que atuam, e / ou já atuaram, na Missão de Paz organizada pela ONU. As razões dessa afinidade são diversas, mas podem ser resumidas num certo bom jogo-de-cintura verde-e-amarelo para resolver pendências que são tratadas com energia ou apatia por soldados de outras nacionalidades. Como se conseguíssemos utilizar certas características que são vistas constantemente como defeitos intrínsecos da identidade nacional para conseguir tornar o contato cotidiano com os haitianos algo mais pessoal.

Motivados por essa imagem que possuem do Brasil, milhares de haitianos para cá se deslocaram nos últimos anos, entretanto, mesmo com a aceitação e receptividade direcionada a eles pelo governo brasileiro, apesar da falta de legislação atualizada para regularizar a situação desses imigrantes no país, muitos brasileiros não veem com bons olhos esse processo migratório e, embora não se manifestem abertamente, não é raro encontrarmos manifestações nas redes sociais contrariamente à postura adotada pelos governantes do Brasil, conforme se verifica nas manifestações sobre a reportagem exibida pelo Programa Fantástico em 19/07/2015, onde, claramente, se constata o caráter discriminatório de certa parte da população brasileira com frases como (PORTAL GLOBO.COM, 2015):

Brasil para os brasileiros!!!! Não gostou vaza!!!!

O brasileiro não ama nem seu próprio povo vai amar alguém de fora?

Haja cracolândia e favela... Maldito PT corrupto. Deviam enfiar esses mortos de fome na Mansão da Dinda e do Chico Buarque. A hora que um haitiano roubar tua casa e estuprar tua filha quero ver se você continua bonzinho, solidário.

Se querem ajudar, ajudem-os no Haiti. As pessoas - principalmente empresários - de nossa região só pensam no seu próprio bolso = “mao de obra barata”. Esquecem que nossas estruturas publicas mal conseguem atender aos BRASILEIROS carentes. Agora são mais HAITIANOS brigando por vagas em creches, escolas, hospitais, empregos.

Eu sou contra a entrada de Haitianos, no Brasil, sobretudo no Sul. Cada país que cuide do seu povo. O Brasil atravessando uma crise com desemprego, inflação, corrupção endêmica e ainda gastando com gente de fora. Então a prioridade são os estrangeiros? Total falta de critérios.

O mais engraçado e que esses haitianos vão justamente pra região onde ficam os branquinhos racistas, por que eles não vão pra região nordeste onde o número de negros e pardos é maior. Tá muito claro que o governo traz esse pessoal numa tentativa descarada de miscigenar e enfraquecer a cultura europeia presente no Sul do Brasil. E, além disso, qual o motivo de deixar tanto estrangeiro entrar quando faltam empregos no país? No começo tudo parece bonitinho, ajuda do governo, mas a real consequência demorará décadas pra vir: mais favelas, mais violência e um país totalmente miscigenado de Norte a Sul.

É fato que o Brasil voltou a ser um país de imigração depois de algumas décadas exportando mão de obra para países desenvolvidos, situação que não é aceita por uma parcela dos brasileiros que, por meio

de manifestações de cunho racista e preconceituoso, critica o governo brasileiro por essa postura adotada em relação aos imigrantes haitianos, esquecendo-se esses críticos que, num passado bem recente, milhares de brasileiros deixaram este país em busca de melhores condições de vida em outros países, principalmente nos Estados Unidos, não pelo fato de o Brasil ter sido vítima de alguma catástrofe natural, mas, simplesmente, para tentar obter uma melhor renda do que aquela que lhes era oferecida pelas empresas e condições do mercado brasileiro, como bem descreve Tramarin (2012, p.1):

O movimento migratório tem muito a ver com oportunidades de trabalho. O ser humano migra para buscar um lugar onde as condições de vida sejam melhores. Existem convenções internacionais que reconhecem esse e outros direitos dos imigrantes. Por outro lado, nas condições de hoje, não existe país que tenha condições de acolher um enorme contingente de pessoas de uma hora para outra. Tentar impor um limite à entrada de estrangeiros é uma contradição com a qual convivem as economias modernas. O desafio é conciliar o direito de um país de controlar a imigração com o direito humano de migrar e procurar novas oportunidades. A busca dessas melhores condições de vida tornou o Brasil um dos principais destinos para os haitianos após o terremoto que devastou aquele país da América Central em 2010. O abalo provocou a morte de 200 mil haitianos e provocou um colapso na economia daquele país, um dos mais pobres das Américas.

Além do preconceito de parcela da população brasileira, os imigrantes haitianos também experimentaram, no início desse processo migratório para o Brasil, que se intensificou a partir do ano de 2011, a exploração de sua força de trabalho por brasileiros que se dizem “empresários” ou “empreendedores”, sem escrúpulos e sem respeito às condições de seres humanos desse povo que vem sofrendo explorações de toda ordem ao longo de décadas e que viu suas situações de vida se agravar ao longo dos últimos anos, motivados por um governo que não consegue desenvolver o Haiti e por fenômenos naturais que devastaram o país a partir do início deste século.

Santini (2014, p.1) exemplifica a situação de aliciamento de imigrantes haitianos que se verificou nos estados do Norte do Brasil, principalmente nas cidades do Acre, quando muitos haitianos lá aportaram, após terem feito o trajeto de ingresso no país através de rotas por países da América Central e do Sul:

Aliciamento

Muitos têm o rumo definido, seguindo o caminho já tomado por familiares e amigos.

Outros parecem abertos a qualquer possibilidade, sem muita noção do que é o Brasil e do que encontrarão pela frente, uma situação de vulnerabilidade que tem atraído aliciadores. Valendo-se de falsas promessas ou fraudes, estes estabelecem redes de tráfico de pessoas para exploração de trabalho escravo ou exploração sexual. Os funcionários que cuidam do abrigo tentam evitar a ação, mas nem sempre conseguem. “Há fazendeiros que chegam buscando gente para trabalhar na pecuária ou na agricultura e nem falam com a gente. Tem um que veio, pegou quatro trabalhadores, ficou com eles dois meses sem pagá-los e depois veio devolver como se eles fossem coisas”, conta Antonio Carlos Ferreira Crispim, funcionário da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Acre e um dos coordenadores do abrigo. “Recebemos denúncias de trabalhadores que ficaram meses trabalhando e só recebiam a refeição.”

As denúncias de violações são constantes e não se restringem ao Acre. Desde 2013, quando aconteceram os primeiros resgates de haitianos no país, novos casos têm surgido. Em agosto, 12 haitianos foram libertados em uma oficina de costura em São Paulo. Em outubro, dez que trabalhavam na duplicação da BR-163, uma das principais rodovias do país, denunciaram as condições a que acabaram submetidos após serem enganados por promessas falsas.

Essas situações relatadas por vários pesquisadores e órgãos da imprensa nacional que têm se dedicado a estudar a questão da imigração de haitianos para o Brasil nos últimos anos demonstram que esses trabalhadores têm experimentado um ambiente muito mais de tensão do

que de integração com o meio social e o ambiente de trabalho em território brasileiro, principalmente nas grandes cidades do país, o que os tem levado a optar por cidades menores e mais tranquilas para se estabelecerem.

Dentre os haitianos radicados na Região da AMREC, entretanto, não constatou-se, a partir das entrevistas realizadas para a fundamentação da presente pesquisa, na quase totalidade dos casos, relatos de situações em que se estabeleceram situações de tensão, conflitos ou preconceitos, afirmando a maioria dos haitianos que optaram por viver nesta região que a população local com a qual convivem é hospitaleira e procura auxiliá-los dentro de suas possibilidades, fato que também se apresenta nas relações que constituem nas empresas onde trabalham.

A tensão maior relatada pelos haitianos estabelecidos na Região da AMREC tem sido experimentada pelos mesmos a partir do segundo semestre do ano de 2014, ante a possibilidade da perda de emprego em decorrência do momento por que passa a economia brasileira, bem como pela acentuada elevação do dólar nesse mesmo período. Como parte da remuneração obtida por eles destina-se ao socorro aos familiares que permaneceram no Haiti, a alta cotação do dólar faz com que essa possibilidade de envio de recursos fique reduzida em virtude de que as remessas devem ser feitas em moeda norte-americana. A moeda nacional do Haiti é o Gourde, entretanto, naquele país, a maioria das transações é efetuada em dólar dos Estados Unidos.

Quanto à questão da integração ao ambiente social e de trabalho, relatam os haitianos residentes na Região da AMREC que a dificuldade maior reside no desconhecimento da língua portuguesa, nas diferenças culturais e de costumes a que estavam habituados no Haiti, em comparação com as que aqui se apresentam, e, também, por alguns raros casos de preconceitos, os quais afirmam que, embora não sejam expressos ou declarados, podem ser observados no comportamento de alguns brasileiros.

4.7 AS DIFICULDADES DE INTEGRAÇÃO: LÍNGUA, COSTUMES, PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES

Estudos diversos de diferentes autores indicam que o Brasil, a partir do início do século XXI, encontra-se em um novo patamar no contexto das migrações internacionais, como país de origem, destino e trânsito, onde a emigração, a imigração e o retorno acontecem de forma simultânea, em uma realidade que ainda não foi captada por todos os

segmentos sociais (FERNANDES; RIBEIRO, 2014), principalmente no que diz respeito ao expressivo ingresso de imigrantes estrangeiros em território brasileiro, num país onde inexitem políticas de inclusão capazes de promover a integração desses imigrantes nas comunidades para aonde se dirigem e escolhem como porto para o reinício de uma vida.

As dificuldades de integração desses estrangeiros nas comunidades em que escolheram para se estabelecer são de diversas ordens, com destaque para a dificuldade de comunicação, obtenção de documentos, adaptação aos costumes locais e a difícil tarefa de ter que enfrentar preconceitos de algumas pessoas, embora em grupos minoritários, que ainda se consideram seres superiores, principalmente em relação aos imigrantes de origem negra, como é o caso dos haitianos que migraram para o Brasil nos últimos anos.

Após enfrentarem uma jornada estafante e tensa, em que, além da preocupação em, de fato, chegar ao local de destino, em jornadas por demais extensas e cansativas a bordo de ônibus precários por países da América do Sul, submetendo-se à fome, ao cansaço e às preocupações com assaltos e explorações de toda a ordem, a dificuldade de comunicação é o principal entrave encontrado no Brasil quando da chegada dos imigrantes haitianos em território brasileiro.

Inicialmente, a dificuldade de comunicação e o desconhecimento do idioma falado no Brasil se apresentam como grande entrave para poder se localizar e buscar algum abrigo ou amparo, também para conseguir orientação sobre como proceder para obter a documentação necessária à permanência no país e definir o destino para onde seguir, já que a maioria deles ingressa em território brasileiro no extremo norte do país e, sendo o Brasil um país de grande extensão, surge a necessidade de alguma orientação precisa e confiável sobre quais as cidades ou regiões deste imenso território que podem lhes oferecer melhores condições de emprego e adaptação social.

Num segundo momento, a dificuldade de comunicação e o desconhecimento do idioma português falado no Brasil se apresentam por ocasião da obtenção de emprego. O fato de não falarem e, principalmente, de não escreverem corretamente o português impede os haitianos de obterem trabalho em funções mais qualificadas nas empresas brasileiras, fato que igualmente se observa nas empresas da Região da AMREC. Pesrot Charles, com formação superior em engenharia civil no Haiti, e Jean-Wilbentz Rubain, com formação superior em tecnologia da informação e logística, também no Haiti, são exemplos de que a incapacidade de falar e, principalmente, de escrever

corretamente em português os impossibilita de obter empregos nas respectivas formações que possuem. Charles trabalha em uma indústria cerâmica na cidade de Cocal do Sul há dois anos. Exerce a função de operador de máquina, enquanto que Rubain trabalha em uma indústria de borrachas, também na cidade de Cocal do Sul, e exerce a função de montador. Relata Charles que para poder exercer a profissão de engenheiro civil em território brasileiro, precisa conseguir a habilitação e registro no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, órgão que regula a profissão no Brasil mediante uma prova de capacitação técnica. Entretanto, está impossibilitado no momento de realizar essa prova, em decorrência do precário domínio do entendimento, da expressão verbal e da escrita da língua portuguesa.

Situação semelhante é constatada com os imigrantes haitianos residentes na cidade de Criciúma, os quais afirmam ter enfrentado muitas dificuldades ao ingressar no Brasil, por falta de conhecimento do idioma utilizado no país, como é caso de Dieumetre Amilca, Neneid Boniface e Pierre Paul Deshomme, os quais são originários da mesma região do Haiti e migraram juntos para o Brasil. Eles relatam que a experiência somente não foi pior por causa da ajuda que lhes foi disponibilizada por um pastor da Igreja Evangélica, na cidade de Tabatinga, Estado do Amazonas, que lhes acolheu, amparou e orientou quando de suas chegadas naquela cidade. Como na maioria dos casos relatados pelos haitianos, as dificuldades pela falta de capacidade de escrever e falar corretamente o idioma português, igualmente os impede de obter trabalhos mais qualificados e com melhor remuneração no Brasil. Neneid Boniface conta que apesar de somente ter cursado até o ensino médio no Haiti, naquele país trabalhava em uma indústria que produzia óleos para a indústria da aviação, que lhe proporcionava um trabalho menos exigente e com razoável remuneração. No Brasil, trabalhou, inicialmente, na função de serviços gerais (servente) durante oito meses em uma empresa do ramo da construção civil em Criciúma, a qual fechou as portas no ano de 2014 e sequer lhe pagou as verbas rescisórias. Posteriormente, trabalhou em uma fábrica de gelo, como ajudante de produção, e atualmente, voltou a trabalhar na função de serviços gerais em outra empresa do ramo da construção civil. Pierre Paul Deshomme, com formação superior em contabilidade no Haiti, conta que naquele país trabalhava em uma organização internacional que lhe proporcionava um ambiente de trabalho com bom nível cultural e de desenvolvimento de sua formação profissional. Ao chegar ao Brasil, também trabalhou na função de serviços gerais (servente) durante um ano e nove meses, numa empresa do ramo da construção civil de

Criciúma que fechou as portas no ano de 2014 e também não lhe pagou as verbas rescisórias. Atualmente, trabalha como frentista em um posto de gasolina do centro da cidade, onde está há dois anos.

A necessidade de conhecimento amplo do idioma português leva os grupos de haitianos estabelecidos na Região da AMREC a procurarem opções de estudar e melhor se capacitar no domínio da língua falada no Brasil. Entretanto, muitas dificuldades são encontradas nesse sentido, pois as instituições de ensino locais não possuem cursos nem estão preparadas para atender a essa demanda, na maioria das vezes por falta de políticas públicas definidas pelo governo brasileiro nesse sentido, já que sequer existe no Brasil uma legislação atualizada capaz de atender às demandas dos imigrantes que resolvem estabelecer residência e trabalhar no país.

Diante da falta de opção disponibilizada pelas instituições de ensino oficiais do Brasil, os imigrantes buscam obter o conhecimento da língua portuguesa por meio de aulas oferecidas por voluntários que se dispõem a lhes prestar ajuda nesse sentido, porém, o processo é lento, principalmente pela falta de estrutura de ensino adequada e pela pouca disponibilidade de tempo desses voluntários. Em Cocal do Sul, a acadêmica de direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc, Thais Scarpato Ramos, por conhecer o idioma francês, uma das línguas mais faladas no Haiti e de domínio dos haitianos, se dispôs a ensinar português aos mesmos, em período noturno, a partir do segundo semestre de 2015, sendo lhe disponibilizada uma sala de aula na escola Demétrio Bettiol, estabelecida na periferia daquela cidade. Entretanto, alguns fatores como o pouco tempo disponível e a falta de habilitação de Ramos no magistério, aliados ao fato de que nem sempre o espaço físico disponibilizado pode ser utilizado, como aconteceu no caso do período de férias escolares do final de 2015 e início de 2016, isso torna o processo lento e desestimulante para os haitianos.

Em Lauro Müller, um grupo de aproximadamente trinta haitianos que reside naquela cidade e trabalha nas cidades de Orleans e Urussanga, da mesma forma que ocorreu com os que residem na cidade de Cocal do Sul, também se socorreu de pessoas voluntárias da comunidade para poder ter noções de português. Thiago Sfsalin, morador do centro daquela cidade e ligado às atividades da igreja católica, também com certo conhecimento do idioma francês, conseguiu que o padre da cidade disponibilizasse uma sala nas instalações paroquiais, onde passou a ensinar o português básico aos haitianos residentes na cidade aos domingos, pela manhã. Todavia, como aconteceu com a atividade voluntária da cidade de Cocal do Sul, a falta

de habilitação no magistério e de capacitação para lecionar por parte de Sfalsin, bem como pelo fato de que as aulas nas manhãs de domingo acabavam por lhe prejudicar o tempo de lazer com sua família, assim como acontecia com haitianos, foram tornando as aulas monótonas e inconstantes, sendo que aos poucos houve o esvaziamento da atividade que, em decorrência desses fatores, acabou por ser encerrada.

Em Criciúma, a situação se apresenta ainda mais complicada, pois os haitianos não conseguiram local e pessoas capazes de lhes ensinar as noções básicas da língua portuguesa. Pierre Paul Deshomme conta que tentaram buscar com alguns membros da comunidade do bairro Pinheirinho, onde reside boa parte dos haitianos radicados em Criciúma, uma forma de aprender o idioma português, entretanto, não obtiveram êxito em suas expectativas. Assim sendo, o pouco que conhecem da língua falada e escrita no Brasil, conseguiram aprender por meio dos contatos com as pessoas das empresas onde trabalham e com os vizinhos dos locais onde residem.

A questão de adaptação à cultura e aos costumes brasileiros também é outro ponto que dificulta a integração dos imigrantes haitianos com as comunidades das cidades da Região da AMREC. Relatam os mesmos que apesar de ser o Haiti um país pobre, nas cidades em que viviam havia opções de lazer e cultura, como *shoppings*, cinemas, teatros, praças de alimentação, etc., situação que não se verifica na maioria dos municípios da região sul do estado de Santa Catarina, na qual, somente os municípios de Criciúma e Tubarão oferecem opções desse tipo, que se encontram longe do acesso dos haitianos, em virtude das dificuldades financeiras e de deslocamento que eles enfrentam.

Carl-Andy Jean, haitiano residente na cidade de Cocal do Sul, reclama da falta de opções de lazer na cidade onde reside. Carl trabalha durante a semana, tendo somente os finais de semana e feriados para o lazer. Ele afirma que *“Cocal do Sul, assim como as cidades menores da Região da AMREC, não possui opções em finais de semana, visto que a maioria dos estabelecimentos está fechada.”* A opção de se deslocar para Criciúma, cidade onde é possível encontrar melhores opções de lazer, gastronomia e cultura, também passa longe de suas possibilidades: além da reduzida capacidade financeira, que é o maior dificultador, os haitianos não possuem veículos próprios para se deslocarem e, também, o transporte público é precário na região, sendo que os horários de ônibus são bastante limitados nos finais de semana e feriados e, praticamente, inexistem à noite.

A disseminação e prática da cultura nativa de seu país nas comunidades onde se estabelecem é outra dificuldade que se apresenta para os imigrantes haitianos, devido à inexistência de espaços culturais onde possam manter as suas tradições nativas e, principalmente, porque o foco dos mesmos no Brasil está voltado para o trabalho e obtenção de renda para reconstrução de suas vidas. Nas raras oportunidades que têm para apresentar sua história e desenvolver e manter suas tradições, os imigrantes haitianos tentam se organizar e mostrar aos brasileiros que além de trabalhar, possuem em seu país de origem uma diversidade de atividades culturais e artísticas, as quais tentam preservar e manter nas comunidades onde se estabeleceram.

Nos acompanhamentos aos grupos de imigrantes haitianos residentes na Região da AMREC, durante o desenvolvimento da presente pesquisa, foi possível constatar que são raras as oportunidades concedidas aos mesmos para demonstrarem sua cultura nos eventos e festas realizadas nas cidades desta região. Um dos eventos acontecidos na Região da AMREC que oportunizou aos haitianos demonstrarem sua cultura e suas tradições foi a III Cocal *Fest*, realizada na cidade de Cocal do Sul de 23 a 27 de setembro de 2015, da qual participou um expressivo número de haitianos residentes naquela cidade.

Iconografia 1 - Associados da UHACIS organizando-se para apresentações na III Cocal Fest



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Iconografia 2 - Grupo de haitianos de Cocal do Sul presentes na III Cocal Fest



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Iconografia 3 - Organização da III Cocal Fest prestando homenagens às apresentações dos haitianos no evento



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Afirmam os haitianos residentes na Região da AMREC que, além da participação na III Cocal *Fest* e em algumas palestras promovidas por universidades e escolas desta região, para as quais são convidados para relatar suas experiências no processo de migração, de vida nas comunidades onde se estabeleceram e de trabalho nas empresas que lhes contrataram, outras oportunidades não lhes são proporcionadas para apresentar suas tradições, o que os impossibilita de fazer uma maior divulgação da cultura do Haiti.

Outro desafio enfrentado e que precisa ser vencido pelos imigrantes haitianos que se estabelecem em território brasileiro é a questão do preconceito, principalmente em relação à etnia negra, que, embora em menor proporção que em épocas passadas, ainda é sentido por aqueles que precisam de acolhida para se adaptar aos locais onde optaram por viver, dado que são vistos como um estorvo por alguns dos habitantes das comunidades, os quais não aceitam ter que dividir com eles o espaço onde vivem, bem como a já precária assistência social disponibilizada pelo governo brasileiro às pessoas que são nativas do Brasil.

Em pleno Século XXI, ainda existe uma visão de parcela da população da condição de escravo da etnia negra que enxerga os seus membros como mercadorias, assim como acontecia na época da colonização do território brasileiro, sem perceber, entretanto, a importância que o trabalho dessas pessoas, assim como a exploração de suas pátrias, como no caso do Haiti, teve para o desenvolvimento da economia de diversas nações e regiões do mundo, como destaca Magalhães (2014, p.2, apud FRANK, 1973; MARINI, 2000):

É importante destacar que, diferentemente do que afirmam as teses dominantes sobre transição e desenvolvimento econômico, a escravidão na América Latina não operou como um impeditivo, mas sim como um motor do desenvolvimento do capitalismo na região. Pela via da escravidão, estruturou-se não apenas o comércio colonial como toda a sociedade colonial, com repercussões sociais presentes até os dias atuais. No que se refere especificamente ao comércio colonial, a escravidão permitiu a produção em massa e a elevação da acumulação capitalista a grau superior, indispensável para o acúmulo financeiro necessário à revolução industrial. No que se refere, por outro lado, ao comércio de

contrabando e tráfico de escravos, ambos impulsionaram a indústria bélica e naval, bem como o domínio dos mares, indispensável também para o acúmulo militar, científico e técnico necessário à revolução industrial. Enquanto os países centrais revolucionavam suas formas de produção de mercadoria e promoviam avanços científicos e tecnológicos de primeira importância para a submissão do trabalho ao capital, na periferia do sistema operava ainda a utilização de força de trabalho escrava em regimes de trabalho agrícola assentados na grande propriedade agrária. Os dois sistemas não se negam, pelo contrário, se complementam. Interessa-nos, por ora, ter em mente que em nosso continente não vigorou um proto ou pré-capitalismo, mas sim um capitalismo com características específicas, um capitalismo sui generis. (FRANK, 1973; MARINI, 2000). As duas mais fortes burguesias nacionais do século XVIII, a de França e Inglaterra, seja pelo comércio colonial, pelo tráfico negreiro ou pelo contrabando, eram financiadas pela extração das riquezas haitianas.

O estado de Santa Catarina, de maneira geral, e por consequência a Região da AMREC devem muito do seu desenvolvimento aos imigrantes de diversas origens e regiões do mundo (italianos, alemães, espanhóis, eslavos, japoneses, dentre outras) que aportaram no estado a partir do Século XIX e contribuíram, de forma significativa, para que o território barriga verde construísse uma economia forte e consolidada, que o coloca em posição de destaque no cenário econômico brasileiro. Talvez seja esse histórico de colonização por imigrantes que faz com que o preconceito racial existente ainda, com maior expressão em outras regiões do Brasil, se manifeste com menor rigor no estado catarinense, onde se observa a aceitação dos imigrantes haitianos com naturalidade. Existe uma tendência a promover a integração desses imigrantes no ambiente social e comunitário, fato levantado pela reportagem realizada pelo programa Fantástico, da Rede Globo (PORTAL GLOBO.COM, 2015), abordando a discriminação sofrida pelos haitianos no Brasil:

Mil e cinco estudantes haitianos já estão matriculados em escolas públicas brasileiras, 262 só em Santa Catarina. Boa parte deles, na região

que prosperou com a imigração. Blumenau foi fundada por imigrantes alemães. A escola municipal Lauro Müller tem o nome de um político descendente de alemães. Quase todas as crianças que estudam vêm de famílias que, no passado, viveram as privações e dificuldades da adaptação a um país estranho. A experiência radical do encontro de culturas diferentes está de volta a Blumenau.

Na Região da AMREC, assim como se observa nas demais regiões do estado catarinense, o preconceito em relação aos trabalhadores imigrantes não se apresenta de forma tão expressiva, a ponto de ser um fator relevante para os haitianos que vivem nas cidades do sul deste estado. Pierre Paul Deshomme, presidente da Associação dos Haitianos de Criciúma, afirma que *“os haitianos procuram tratar os brasileiros de maneira amistosa e cordial, recebendo reciprocidade neste tratamento, o que colabora para que sejam afastadas as condições necessárias à formação de preconceitos pelos moradores locais.”*

Há relatos de haitianos, entretanto, de situações que são entendidas como forma de discriminação e preconceito, ainda que isso aconteça em poucas ocasiões. Calin Romeus, que trabalha como classificador em uma indústria cerâmica da região, relata que teve dificuldades para alugar uma casa para residir em Cocal do Sul, quando de sua chegada à cidade com sua esposa, afirmando perceber preconceito e discriminação por parte de proprietários de imóveis e de empregados de imobiliárias, ainda que de maneira discreta. Relata, ainda, que *“observei preconceitos e discriminação por parte das empresas da região, que optam por contratar trabalhadores locais em detrimento dos imigrantes haitianos.”*

Hanso Sanvilus, empregado como pintor em uma indústria de expositores da cidade de Cocal do Sul, relata que na condição de estrangeiro, com certa frequência, precisa se deslocar até a sede da Polícia Federal, em Criciúma, para fins de regularização de sua condição de estrangeiro no país, sendo que nessas ocasiões, a empresa em que trabalha, apesar de concordar com a justificativa para sua ausência no trabalho, desconta de sua remuneração o valor do período em que esteve ausente, bem como lhe desconta o dia de descanso semanal remunerado, aplicando rigor na legislação trabalhista, que prevê essa situação. Sanvilus entende essa prática como discriminatória, visto que não tem

conhecimento de que a mesma postura também seja adotada em relação aos trabalhadores brasileiros.

Rebecca Paul, atualmente trabalhando como camareira em um motel da cidade de Morro da Fumaça, afirma que no emprego atual possui um bom ambiente de trabalho e não sente qualquer tipo de discriminação ou preconceito. Entretanto, no emprego anterior em uma indústria metalúrgica da cidade de Urussanga, onde trabalhou por dez meses, era comum os superiores hierárquicos atribuírem as piores funções e trabalhos aos imigrantes haitianos, inclusive exigindo das funcionárias do sexo feminino o emprego de força excessiva em determinadas atividades, entendendo ser essa uma forma de discriminação.

Esses fatos isolados retratam uma postura que, embora se manifeste de forma disfarçada, demonstra que apesar do estágio de desenvolvimento em que se apresenta a sociedade contemporânea, o ser humano ainda é capaz de criar preconceitos e discriminações em razão da raça, da cor da pele e da origem das pessoas, gerando situações que dificultam e até impedem a integração social de imigrantes originários de outras regiões ou países nas comunidades onde buscam se estabelecer, como no caso de alguns haitianos que escolheram a Região da AMREC, sem levar em conta que “a ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isso significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.” (DUTRA; GAYER, 2015, p.2).

As dificuldades de integração experimentadas pelos imigrantes haitianos em território brasileiro, em decorrência das dificuldades de adaptação à língua, aos costumes e aos preconceitos e discriminações ainda existentes, leva esses imigrantes a formar opiniões diversas e diferentes entre si sobre as perspectivas de futuro e de permanência no Brasil, principalmente a partir do segundo semestre do ano de 2014, quando a economia brasileira iniciou um processo de desaquecimento e lhes reduziu consideravelmente a capacidade financeira de aqui permanecer, afastando-os de sonhos e objetivos que os levaram a migrar para este país.

4.8 AS PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES HAITIANOS E COMO ESTÃO SE ORGANIZANDO NA REGIÃO DA AMREC

A necessidade de integração nas comunidades onde residem e nas empresas onde trabalham, buscando a transposição das principais

dificuldades encontradas, como o aprendizado da língua portuguesa, a manutenção de sua cultura e de suas tradições, além de ter que enfrentar e superar preconceitos étnico-raciais, após se estabelecerem e se fixarem na Região da AMREC, onde vislumbram a possibilidade de inclusão social e criam perspectivas de estabilidade financeira, leva os imigrantes haitianos a criar ambientes de proximidade entre eles e formas de ajuda mútua, organizando-se com regras que devem ser seguidas pelos membros das organizações criadas com essa finalidade, como é o caso da União dos Haitianos de Cocal do Sul pela Integração Social – UHACIS e da Associação dos Haitianos de Criciúma – AHC, fundadas em Cocal do Sul em abril de 2015 e em Criciúma em janeiro de 2016.

A UHACIS, fundada em 04 de abril de 2015, é presidida por Pesrot Charles, congregando um número de aproximadamente quarenta membros, os quais se reúnem quinzenalmente para discutir e tratar de assuntos não só de interesse geral, mas também para buscar soluções para problemas de ordem individual. As reuniões da UHACIS, em razão de a entidade não possuir sede própria, são realizados em locais cedidos por outras instituições e órgãos da administração municipal de Cocal do Sul, como o prédio da Câmara de Vereadores, no qual foram realizadas as primeiras reuniões da organização, igrejas, escolas e centros comunitários da cidade. O artigo 1º do Estatuto Social da UHACIS estabelece a forma de atuação e os objetivos gerais da instituição:

Art. 1º – A União dos Haitianos de Cocal Do Sul pela Integração social, doravante denominada UHACIS, fundada em 04/04/2015 e com duração por prazo indeterminado, é uma associação civil, de caráter assistencial, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, empenhada com sua missão principal de promover a integração e a orientação social dos haitianos e outros estrangeiros, seguindo os conceitos de desenvolvimento humano, sem qualquer forma de discriminação e com sua sede na Rua Demétrio Bettiol, nº 146, bairro Brasília, CEP 88.845-000, na cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, podendo atuar em todo território nacional, com prazo de duração indeterminado, reger-se-á pelo presente estatuto, pela legislação pertinente e demais normas aplicáveis.

O presidente da UHACIS, juntamente com os demais membros da diretoria da associação, desenvolve um trabalho árduo, constante e incansável de buscar parcerias para firmar convênios capazes de proporcionar benefícios sociais aos trabalhadores haitianos e contribuições financeiras para o atendimento dos objetivos da entidade, bem como para suprir as necessidades dos membros da comunidade haitiana de Cocal do Sul, filiados à organização. Entretanto suas maiores lutas se concentram em auxiliar os imigrantes haitianos na busca de emprego, habitação e obtenção de vida digna naquela cidade.

Iconografia 4 - Pesrot Charles – Presidente da UHACIS



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Iconografia 5 - Membros da Diretoria da UHACIS



Fonte: Arquivo do autor (2015).

A Associação dos Haitianos de Criciúma, presidida por Pierre Paul Deshomme, tem os mesmos objetivos sociais da UHACIS, inclusive adotou e tão somente adequou o mesmo estatuto social desta, por estar em fase inicial de organização. Promove suas reuniões em instalações precárias, em um galpão nos fundos de um sobrado que fica situado no bairro Pinheirinho, em Criciúma, onde residem em torno de trinta haitianos. Ainda não é possível se ter ideia da quantidade de associados que participam da AHC.

De acordo com informações prestadas por Deshomme, na primeira reunião da entidade, realizada no dia dezessete de janeiro deste ano, houve a presença de cento e quinze haitianos residentes na cidade, tendo também participado do evento o Frei Jonas Santana Moreira e Marcionei, enfermeiro do setor de epidemiologia do Município de Criciúma, ambos ligados à Secretaria de Assistência Social do Município de Criciúma, e Marlene Souza Barbosa, professora

aposentada e comerciante, presidente da Associação de Moradores do bairro Mineira Nova, acompanhada de seu esposo Adão Barbosa.

Iconografia 6 - Pierre Paul Deshomme Presidente da AHC



Fonte: Arquivo do autor (2016).

Iconografia 7 - Reunião de fundação da AHC



Fonte: Arquivo do autor (2016).

As associações de Cocal do Sul (UHACIS) e de Criciúma (AHC), após a fundação desta última, vêm mantendo contatos entre si e participando conjuntamente de reuniões promovidas por ambas, com o propósito de promover a integração comum entre seus membros e desenvolver políticas alinhadas com seus fins sociais, objetivando, além de buscar soluções e alternativas para os problemas enfrentados pelos imigrantes haitianos, aumentar a representatividade da comunidade haitiana na Região da AMREC.

Iconografia 8 - Participação de membros da Diretoria da UHACIS em reunião da AHC realizada em 31/01/2016



Fonte: Arquivo do autor (2016).

Iconografia 9 - Participação de membros da Diretoria da AHC em reunião da UHACIS realizada em 05/02/2016



Fonte: Arquivo do autor (2016).

A partir da fundação das associações, houve uma maior aproximação entre os haitianos residentes na Região da AMREC,

estando o maior contingente deles radicados nas cidades de Criciúma e Cocal do Sul, respectivamente. As perspectivas dos aproximadamente quinhentos imigrantes haitianos radicados na Região da AMREC²⁰, entretanto, não são uníssonas no plano individual, divergindo as intenções de cada um deles quando questionados sobre as pretensões quanto à permanência definitiva no Brasil, migração para outro país ou retorno para o Haiti.

Em Cocal do Sul, onde os haitianos já estão organizados há mais tempo e se verifica um maior comprometimento dos mesmos em relação aos objetivos da UHACIS, é possível observar alguns desses imigrantes com posições bem definidas em relação às suas pretensões futuras. Embora a maioria deles sonhe com a possibilidade de retornar ao Haiti no futuro, se o seu país de origem conseguir desenvolver possibilidades de, naquele território, voltarem a ter uma vida com o mínimo de dignidade, principalmente pelo fato de que seus familiares lá permanecem, boa parte deles tem clara a percepção de que essa possibilidade é um sonho bastante distante, especialmente para a geração que atualmente está residindo na Região da AMREC.

Alguns desses imigrantes haitianos, cientes de que a possibilidade de retornarem ao Haiti e lá retomarem suas vidas dentro de certa normalidade é uma perspectiva muito distante, começam a desenvolver atividades e a planejar projetos de vida que possam lhes proporcionar uma melhor estabilidade financeira e condição social em território brasileiro. Exemplos dessa visão são demonstradas por Pesrot Charles e Hanso Sanvilus, que se inscreveram como bombeiros civis voluntários e participam de treinamento na unidade do Corpo de Bombeiros da cidade de Urussanga/SC.

Charles, engenheiro civil, com trinta e sete anos de idade, é solteiro e não possui família nem filhos no Haiti, tendo vindo sozinho para a cidade de Cocal do Sul, norteado por informações de amigos haitianos que já se encontravam na cidade, onde trabalha como operador de máquinas em uma indústria cerâmica, não tendo certeza se permanecerá em definitivo no Brasil, ou se retornará para o Haiti, ou,

²⁰ Número não oficial, baseado em previsões, expectativas e prognósticos dos presidentes das entidades UHACIS e AHC, visto que o fluxo de imigrantes haitianos para a Região da AMREC teve início a partir do ano de 2012, sendo que o último censo demográfico e populacional foi realizado no Brasil pelo IBGE no ano de 2010. Segundo os presidentes Pesrot e Deshomme, o contingente de haitianos em Cocal do Sul se aproxima de duzentos membros, já em Criciúma, o número ultrapassa a casa de trezentas pessoas.

ainda, se buscará outro país para viver, em virtude de que nos últimos doze meses a situação econômica do país tem dificultado suas condições financeiras de permanência em território brasileiro.

Sanvilus, atualmente com trinta e dois anos de idade, exercia a atividade de encanador no Haiti, onde cursava a faculdade de engenharia civil. Veio sozinho para a cidade de Cocal do Sul, igualmente a partir de informações repassadas por amigos que tinham vindo para a cidade anteriormente. Trabalha como pintor em uma indústria moveleira, deixando no Haiti, além dos pais e irmãos, a esposa e um filho. Três meses após ter obtido trabalho, conseguiu trazer a esposa, com a qual está residindo na cidade de Cocal do Sul. Seu filho permaneceu no Haiti com os avós. Pretende retornar para o Haiti, tão logo as condições sociais e econômicas melhorem em seu país natal.

Com formatura prevista para o mês de março de 2015, Charles e Sanvilus decidiram fazer o curso de bombeiro civil voluntário como forma de aprender técnicas de salvamento e de assistência a desabrigados em situações de catástrofes naturais e, também, como forma de melhor se integrar e desenvolver o relacionamento com os brasileiros, bem como de aprimorar o conhecimento do idioma português.

Iconografia 10 - Hanso Sanvilus em treinamento para formação em bombeiro civil voluntário



Fonte: Arquivo do autor (2016).

Também em Criciúma, a maioria dos haitianos residentes na cidade demonstra o firme propósito de retornar ao Haiti tão logo se estabeleçam em território haitiano melhores condições econômicas e sociais que possam lhes assegurar um mínimo de condições que proporcionem aos mesmos uma vida digna e semelhante aos padrões com os quais convivem no Brasil, embora esses padrões não sejam os melhores, conforme relatam Dieumetre Amilca, Forly Registre, Leonaldo Mareus, Neneid Boniface, Peter Stema e Saint_Dieu Gedeon, residentes nos bairros Pinheirinho e Santa Bárbara, em Criciúma/SC. Esses haitianos foram firmes e categóricos ao afirmar que ainda permanecem no Brasil apenas em virtude das condições que se estabeleceram no Haiti a partir do terremoto de 2010. Embora sejam todos originários de outras cidades do Haiti que não a capital Porto Príncipe, onde ocorreu o terremoto, afirmam que todas as demais regiões do país sofreram bruscamente com as consequências do evento sísmico, sendo a principal delas o fechamento de empresas e, por consequência, a falta de empregos e consumo.

Uma parcela dos haitianos residentes na Região da AMREC, entretanto, tem pensamento diverso e vê a situação de imigrante no Brasil de forma diferente da maioria dos haitianos nela radicados, vislumbrando a possibilidade de permanecerem em definitivo no Brasil como uma realidade a ser enfrentada e administrada. Sonham em obter autorização para permanência em definitivo no território brasileiro, estudarem, qualificarem-se, crescerem profissionalmente e, conseqüentemente, elevarem o padrão de vida que conseguiram estabelecer, como é o caso de Pierre Paul Deshomme e Cedieu Registre, residentes em Criciúma, e Carl-Andy Jean, Callin Romeus e Lavanie Etienne, residentes em Cocal do Sul.

Pierre Paul Deshomme, com trinta e dois anos de idade, formado em curso superior (contabilidade) no Haiti, é presidente da AHC e funcionário de um posto de combustíveis no centro da cidade de Criciúma. Afirma que não deixou filhos ou esposa no Haiti, o que torna mais fácil sua permanência em definitivo no território brasileiro, já que os vínculos que mantém com a sua pátria natal não lhe causam grande impacto emocional pela distância daquele país. Pretende aprimorar o conhecimento do idioma português, principalmente no que diz respeito à escrita, e buscar um emprego dentro da sua área de formação, que possa lhe proporcionar uma melhor renda.

Cedieu Registre, vice-presidente da AHC e trabalhador em uma indústria de embalagens plásticas (*big bags*) na cidade de Criciúma, atualmente com trinta e dois anos de idade e que em seu país de origem

exercia o ofício de costureiro autônomo, conta que deixou um filho no Haiti, embora não convivesse com a mãe do garoto naquele país. Afirma que este motivo (o filho) não é suficiente para convencê-lo a retornar ao território haitiano em definitivo. No Brasil, já possui um filho – Hartur Grand Pierre Registre, nascido em 03 de janeiro de 2015, fruto de uma relação com uma haitiana também radicada na cidade de Criciúma – lugar onde pretende permanecer em definitivo e fixar residência, afirmando que aqui busca se desenvolver profissionalmente e, igualmente ao que pensa Pierre Paul Deshomme, obter melhor renda e melhorar o padrão de vida em território brasileiro.

Em Cocal do Sul, Carl-Andy Jean tem projetos maiores e sonha em abrir um restaurante de comidas típicas do Haiti na Região da AMREC. Atualmente com vinte e dois anos de idade, afirma que migrou do Haiti não só pelas consequências do terremoto, mas, também, para buscar uma oportunidade de desenvolvimento profissional em outro país, sonho que já possuía antes do evento sísmico de janeiro de 2010. Em seu país de origem, Jean apenas estudava e não conseguiu obter emprego, apenas ajudava seu pai em trabalhos de construção civil, o que lhe despertava o desejo de tentar a sorte em outros países. A distância entre o sonho de abrir um restaurante de comidas típicas haitianas na Região da AMREC ainda é muito grande em comparação com a realidade financeira e estrutural que possui Jean em território brasileiro. Como forma de exercitar a prática de preparação de comidas típicas do Haiti, Jean cozinha para grupos de haitianos que convivem na cidade de Cocal do Sul, em eventos promovidos por eles, como aconteceu na festa de final de ano realizada em seis de dezembro de 2015, na localidade de Linha Ferreira Pontes, na cidade de Cocal do Sul, onde comandou a preparação do almoço servido na ocasião.

Iconografia 11 - Preparação de prato típico haitiano – carne com banana verde



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Iconografia 12 - Carl-Andy Jean (centro) à frente de um grupo de haitianos em festa de confraternização em 06/12/2015



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Também em Cocal do Sul, Callin Romeus e Lavanie Etienne fazem planos de permanência definitiva no Brasil. Romeus chegou ao Brasil em outubro de 2013, tendo sido recrutado na cidade de Brasiléia, no Acre, para vir trabalhar em uma indústria metalúrgica de Urussanga/SC, na linha de produção, vindo a residir, inicialmente, na

cidade de Orleans/SC. Depois de três meses de trabalho, conseguiu trazer sua esposa Lavanie, que também veio para trabalhar na mesma indústria metalúrgica de Urussanga, na função de servente de acabamento na linha de carrinho de mão. Passados alguns meses de trabalho na indústria metalúrgica de Urussanga, Romeus obteve novo emprego em uma indústria cerâmica de Cocal do Sul, na função de classificador, onde permanece até os dias atuais. Além de trabalhador na indústria cerâmica, Romeus está iniciando uma nova atividade nas horas vagas, como representante autônomo de uma famosa marca de perfumes e hidratantes, a partir da qual pretende melhorar o padrão de renda que possui juntamente com Lavanie.

Depois de conseguir emprego em Cocal do Sul, Romeus e Etienne alugaram uma casa nesta cidade, onde passaram a residir, embora a esposa tenha continuado a trabalhar na metalúrgica de Urussanga, onde atualmente permanece como funcionária. O projeto de Romeus e Lavanie também considera o nascimento de herdeiros em território brasileiro, sendo que em março de 2015 o casal teve a primeira filha, Seara Romeus, a segunda haitiana a nascer na cidade de Cocal do Sul.

Iconografia 13 - Lavanie Etienne e Calin Romeus, com a filha Seara Romeus



Fonte: Arquivo do autor (2015).

Romeus e Etienne conseguiram estabelecer um padrão de vida razoável na cidade de Cocal do Sul, onde residem em casa alugada, que mobiliaram de forma a lhes proporcionar uma vida confortável, inclusive com internet e TV por assinatura. A renda atual do casal gira em torno de dois mil e quinhentos reais mensais, tendo lhes possibilitado, também, adquirir veículo próprio. Pretendem permanecer em definitivo no Brasil, embora entendam que a situação econômica do país, a partir do segundo semestre de 2014, tenha dificultado bastante a manutenção de seu padrão de vida inicial na cidade de Cocal do Sul.

Cada um à sua maneira, os haitianos vão desenvolvendo perspectivas de vida futura em território brasileiro. Alguns têm a clara decisão de retornar ao seu país de origem, declarando estarem apenas de passagem pelo Brasil, com o propósito de fugir temporariamente da situação de calamidade que se apresenta no Haiti a partir do início desta década. Outros, ainda não têm clara a decisão de retornar para sua pátria, porém não descartam a possibilidade de migrarem para outros países, caso a atual situação econômica do Brasil se prolongue por muito tempo. Há um grupo, porém, que vê no Brasil a possibilidade de estabilização e a construção de um futuro melhor, despertando-lhes a firme percepção de que aqui poderão ter dias mais felizes do que aqueles que tiveram em suas vidas até então.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, buscou-se respostas às questões relacionadas à inserção de trabalhadores imigrantes do Haiti no mercado de trabalho brasileiro e às relações constituídas por eles com as empresas estabelecidas no Brasil, especificamente com aquelas sediadas na AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera, por meio do estudo e da análise das motivações que levaram os imigrantes haitianos a se deslocarem de seu país de origem para esta região.

Nesta etapa do trabalho, é permitido fazer uma reflexão e um balanço do que foi levantado e analisado no estudo, apontando os aspectos mais relevantes identificados em todo o material estudado, reunido e processado, aliado às pesquisas de campo que nos possibilitaram identificar um panorama do processo de migração de haitianos para a Região da AMREC a partir do início desta década.

Os processos migratórios, sejam eles internos ou internacionais, são motivados, constantemente, por questões estruturais, tanto nos países ou regiões de origem quanto naqueles de destino, dentre as quais se destacam as crises econômicas e, por consequência, o desemprego, o que leva à emigração de povos, fazendo com que indivíduos de determinados países ou regiões desloquem-se em busca de melhores oportunidades de trabalho e renda.

O Brasil, ao longo de sua história, constituiu-se em um país de imigração, desde sua colonização até meados do século XX, sofrendo uma inversão nesse processo a partir da década de 1980, num movimento de saída de brasileiros para outros países, especialmente para os Estados Unidos, em decorrência da crise que assolou o país após o chamado milagre econômico brasileiro da década de 1970, movimento que não somente cessou, mas também motivou o retorno de grande parte dos emigrantes com a estabilidade da economia do Brasil, verificada a partir do final do século passado.

O fenômeno da estabilidade da economia do Brasil não somente acentuou e acelerou o processo de retorno de brasileiros que estavam no exterior, mas também chamou a atenção de naturais de outros países, principalmente daqueles atingidos por catástrofes naturais e por conflitos internos que passaram a ter interesse em migrar para o território brasileiro, de maneira especial a partir do início deste século, quando o país passou a ocupar posição de evidência na mídia internacional com a realização de eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, os quais exigiram obras estruturais e, por consequência, gerariam grande volume de empregos.

O Haiti, país mais pobre das Américas, atingido por um terremoto de grandes proporções em janeiro de 2010, foi um dos países onde houve o início de um processo migratório de grandes proporções em direção ao Brasil, levando um grande contingente de nacionais daquele país a se aventurarem em travessias difíceis e arriscadas por países das Américas Central e do Sul, até chegarem ao solo brasileiro, onde, após obterem a documentação de permanência no país, iniciam um processo de reconstrução de suas vidas, distante de sua pátria e de suas famílias, a partir da ideia de que o Brasil é o país dos sonhos, conforme destaca Suzuki (2011, p.14):

O crescimento da economia brasileira, aliado às crises internacionais, transformou o país em um polo de atração para trabalhadores migrantes. Somado a isso está a formação do imaginário de um Brasil próspero e acolhedor, onde é possível crescer e ganhar dinheiro.

A realidade encontrada no Brasil pelos imigrantes haitianos, entretanto, é distante daquele cenário idealizado por eles quando ainda estão em sua pátria natal. Após enfrentar as dificuldades e desafios da viagem até o território brasileiro, as quais já iniciam com a necessidade de recursos para custear essa trajetória, que, em alguns casos, chegam a custar o montante de sete mil dólares americanos, os haitianos encontram um país sem legislação atualizada e sem políticas públicas voltadas à questão das migrações internacionais, o que os deixa desamparados em relação aos direitos que possam lhes assistir.

A falta de legislação atualizada e de políticas públicas destinadas a atender os imigrantes que aportam no Brasil, aliada às dificuldades de comunicação e de se fazerem entender pelo desconhecimento do idioma português colocam os trabalhadores haitianos em posição de fragilidade, da qual se aproveitam alguns aliciadores de mão de obra, que os convencem e os contratam a partir de promessas que nunca se cumprem, e, posteriormente, os submetem a situações de quase escravidão, subjugando-os, ainda, a uma situação de miserabilidade que chega a ser pior que aquela que viviam no Haiti. Esse cenário somente não é mais deprimente pela atuação de membros de entidades religiosas e de instituições de assistência desvinculadas dos órgãos oficiais brasileiros que amparam esses imigrantes haitianos quando de sua chegada ao Brasil e lhes indicam as melhores regiões de destino, onde possam iniciar nova vida com um mínimo de dignidade.

A entrada dos imigrantes haitianos no Brasil, bem como de originários de muitos outros países e regiões do planeta, a partir do início desta década, foi facilitada pelo governo brasileiro, visto o interesse e a necessidade em suprir a carência de trabalhadores nacionais para atender a demanda de mão de obra que era experimentada pelas empresas nacionais, em decorrência do crescimento econômico do país verificado a partir do início deste século.

As empresas da Região da AMREC perceberam nesse processo migratório incentivado pelo governo brasileiro a possibilidade de solucionar um problema que não tinham experimentado até então, firmando relações de trabalho com os imigrantes haitianos que interessavam às duas partes envolvidas nesse processo: de um lado, as empresas supriram a carência de mão de obra que vinham experimentando; de outro, os imigrantes haitianos conseguiam obter trabalho e renda capazes de lhes proporcionar um reinício de vida em território brasileiro.

Esse interesse das empresas da Região da AMREC pelos trabalhadores haitianos, entretanto, em momento algum das relações de trabalho estabelecidas com esses imigrantes teve motivação social, o que restou claro a partir das entrevistas realizadas com essas empregadoras para o desenvolvimento do presente trabalho. Foi unicamente com o propósito de suprir a necessidade de mão de obra, como comprovam os dados disponibilizados pelas empresas da região que, em alguns casos, chegaram a ter em torno de um quarto de seu quadro de funcionários constituído por trabalhadores haitianos nos anos de 2013 e 2014, tendo esse número sido reduzido para menos de vinte e cinco por cento do total contratado naquele biênio a partir da segunda metade do ano de 2015.

Os trabalhadores haitianos, a segunda parte envolvida nessas relações de trabalho que encontrou no Brasil uma situação de pleno emprego quando de suas chegadas ao país, passaram a enfrentar as dificuldades geradas pela crise econômica que se verifica a partir do final do ano de 2014, principalmente com a alta da cotação interna do dólar norte-americano, moeda utilizada por eles para fazer remessas a seus familiares que ficaram no Haiti.

Essa nova situação de recessão apresentada no cenário econômico brasileiro fez e está fazendo com que muitos dos trabalhadores imigrantes estrangeiros fiquem desempregados e passem a experimentar dificuldades de permanência na região, o que leva vários deles a procurar outros países como destino para se estabelecerem, embora se constate que alguns haitianos ainda estejam chegando à Região da

AMREC, principalmente parentes daqueles que nela já se encontram estabelecidos.

Como alternativa para enfrentar o momento econômico vivido pelo Brasil, os haitianos que estão com situação regular, empregados e estabelecidos na Região da AMREC, alguns deles já com famílias constituídas, começaram a se organizar em associações de caráter assistencial, as quais têm como missão principal promover a integração e a orientação social dos haitianos e de outros estrangeiros, com o propósito de promover ajuda mútua entre eles, não só àqueles que aqui já se encontram como também aos que ainda estão chegando.

Os números disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego através do sistema RAIS/CAGED, ainda que não incluídos os dados do ano de 2015, demonstram um crescimento relevante do contingente de trabalhadores haitianos na Região da AMREC, número esse que mais que dobrou de 2013 para 2014, o que demonstra que, apesar da recessão econômica momentânea por que passa o Brasil, os imigrantes haitianos vêm se consolidando como nova etnia na formação da classe trabalhadora na região. (MTE, 2016).

Os processos migratórios ao longo da história auxiliaram na expansão do mundo como ele é atualmente, sendo fator de relevância na formação dos países, das nações e da cultura das diversas regiões do globo terrestre, como aconteceu para o desenvolvimento econômico e cultural brasileiro, formado por diversos povos migrantes (africanos, europeus e asiáticos), que atribuíram à miscigenação uma característica nacional, tendo os haitianos, nos tempos atuais, passado a fazer parte dessa miscigenação étnica. (SALADINI, 2011).

Para muitos desses haitianos, a situação de permanência definitiva no Brasil é vista como uma quase certeza, embora o sonho de retorno à sua pátria natal se mantenha vivo no coração e na mente de cada um deles, pois as notícias que chegam do Haiti por intermédio de seus familiares que lá permanecem não lhes vislumbram possibilidades de recuperação econômica e social em curto prazo, apesar da ajuda econômica e militar internacional que vem sendo disponibilizada àquele país, o que torna a formação de uma comunidade de haitianos como classe social constituída uma realidade na Região da AMREC.

REFERÊNCIAS

- ACNUR; IMDH; CDHM. **Políticas públicas para as migrações internacionais**: Migrantes e refugiados. 2 ed. revis. e atual. Brasília: ACNUR; IMDH; CDHM, 2007.
- ADAS, Melhem; ADAS, Sérgio (Colaboradores). **Panorama geográfico do Brasil**: contradições, impasses e desafios socioespaciais. São Paulo: Moderna, 2004.
- ALESSI, Maria Longhi Batista. A migração de haitianos para o Brasil. **Revista Conjuntura Global**. Curitiba, v. 2, n. 2, p. 82-86, abr./jun. 2013.
- ALMEIDA, Erika Pereira de. O Brasil na rota das migrações internacionais. **Brasil Debate**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-brasil-na-rota-das-migracoes-internacionais/>>. Acesso em: 09 fev. 2015.
- ALVAREZ, Rodrigo. **Haiti, depois do inferno**: memórias de um repórter no maior terremoto do século. São Paulo: Globo, 2010.
- AMUREL. **Sítio eletrônico da Associação de Municípios da Região de Laguna**. Disponível em: <<http://www.amurel.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- ANDERSON, Marcus et al. **A escassez de mão de obra qualificada prejudicará a economia brasileira?** Philadelphia: Wharton University of Pennsylvania, 2012. Disponível em: <<https://www.knowledgeatwharton.com.br/article/a-escassez-de-mao-de-obra-qualificada-prejudicara-a-economia-brasileira/>>. Acesso em: 18 out. 2015.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Cidadania**: do direito aos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8ª ed. Campinas: Cortez, 2003.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, José Renato de Campos. **Brasil Migrante:** Fluxos populacionais, políticas públicas e estruturas estatais (1980-2012). São Paulo: USP, 2012.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. Migração e refúgio: uma breve problematização sobre os direcionamentos governamentais para recepção a haitianos no Brasil e na República Dominicana. **Revista Universitas Relações Internacionais**. Brasília, v. 11, n. 1, p. 105-111, jan/jun., 2013.

ASSAD, Leonor. Nova onda de estrangeiros chega ao Brasil. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 64, n. 2, p. 11-13, abr./jun. 2012.

AURORA. **Sítio eletrônico da Aurora Alimentos**. Disponível em: <<http://www.auroraalimentos.com.br/sobre/noticia/273/embaixador-parabeniza-acoes-brasileiras-de-inclusao-dos-cidadaos-Haitianos>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. **Brasileiros no exterior**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Consultoria Legislativa da Área XVIII, 2004.

BARBOSA, Lorena Salete. O homem haitiano enquanto imigrante: experiências de vida no sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2013. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: UFSC, 2013.

BARRUCHO, Luís Guilherme. **Conheça dez áreas com escassez de mão de obra**. São Paulo: BBC Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140903_salasocial_e_leicoes2014_profissoes_escassez_lgb>. Acesso em: 12 out. 2015.

BBC BRASIL. **Haiti é país marcado por catástrofes**. Portal BBC Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100113_haiti_tragedias_pu.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BCB. **Sítio Eletrônico do Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. Migrações internas no Brasil– Comportamento Recente. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. Outubro, 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/10/br201010b3p.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

BELLO, Marisol. Hispaniola comparison. **USA Today**, 21 jan. 2010. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/news/world/2010-01-21-Haiti-Dominican_N.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.

BIAGIONI, Daniel. **Mobilidade social e migração interna no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/daniel_biagioni.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Florianópolis, v. 2, n. 1 (3), p. 68-80, jan/jul. 2005.

BONOMO, Christiane S. Aquino; BONOMO, Diego. Haiti: política comercial e desenvolvimento. **Revista Pontes**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/haiti-pol%C3%ADtica-comercial-e-desenvolvimento#back-to-top>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

BOTEGA, Tulia; PINTAT, Charles. Migração no Século XXI: desafios e oportunidades. In: FÓRUM BRASIL-EUROPA, 19., 2012. **Anais...** Brasília: Centro Scalabrino de Estudos Migratórios 2012. Disponível em: <<http://www.csem.org.br/index.php/csem-em-foco/323-xix-forum-brasil-europa-migracao-no-seculo-xxi-desafios-e-oportunidades>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BRAGA MARTES, Ana Cristina; SPRANDEL, Márcia Anita (Orgs.). **Mercosul e as migrações: os movimentos nas fronteiras e a construção de políticas regionais de integração**. Brasília: MTE, 2008.

BRASIL 1. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 3. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1937). Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 4. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 5. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 6. Decreto-Lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

BRASIL 7. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 8. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 9. **Decreto Nº 6.964 de 29 de setembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6964.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 10. **Decreto Nº 6.975 de 07 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6975.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 11. **Lei Nº 601/1850**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 12. **Lei Nº 6.815/1980**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 13. **Lei Nº 9.474/1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 14. **Projeto de Lei Nº 5.655/2009**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 15. **Sítio Eletrônico do Palácio do Planalto e Presidência da República**. Legislação. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRASIL 16. **Vade Mecum**. Obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. 13. ed. Atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRITO Fausto. Crescimento demográfico e migrações na transição para o trabalho assalariado no Brasil. **Revista Brasileira Estudo Populares**. Campinas, n. 1, v. 21, p. 5-20, jan/jun., 2004.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BRZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 26, n. 75, p. 137-156, mai/ago. 2012.

CAISTOR, Nick. Haiti é país marcado por catástrofes. **Rede BBC Brasil**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/01/100113_haiti_tragedias_pu.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2015.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coordenador). **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Série políticas públicas, v. 7. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sítio eletrônico da Câmara dos Deputados do Brasil**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Reversão do saldo migratório internacional negativo do Brasil? Evidência preliminares com base no censo 2010. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 121, p. 189-200, jul-dez. 2011.

CAVALCANTI, L. et al. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**: Anuário 2015. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

CAVALLI, Janaina. Haitianos chegam em Santa Catarina em busca de oportunidades de trabalho. **Diário Catarinense**, jan. 2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2014/01/haitianos-chegam-a-santa-catarina-em-busca-de-oportunidades-de-trabalho-4404177.html>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

CHADE, Jamil. **Resposta global aos desastres naturais**. São Paulo: Estadão, 2010. Disponível em: <<http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,resposta-global-aos-desastres-naturais,544761>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

COENTRO, Luciana Unis. **Políticas públicas e gestão das migrações internacionais no Brasil: uma reflexão sobre os migrantes qualificados**. São Paulo: FGV, 2011.

COGO, Denise. Fluxos Migratórios Globais. A busca de trabalho e fuga da pobreza. **IHU On-Line**, São Leopoldo, RS, 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/519266-fluxos-migratorios-globais-a-busca-de-trabalho-e-fuga-da-pobreza-entrevista-especial-com-denise-cogo>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

CONTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho/RO, 2014.

CONTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. **Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho**. Disponível em: <<http://lnx.scalabriniane.org/smr/wp-content/uploads/2012/09/artigo-haitianos-em-porto-velho-maio-2012.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

CORAZZA, Maycon. **500 haitianos estão desempregados em Cascavel**. Cascavel: CGN, 2015. Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/139725/500-haitianos-estao-desempregados-em-cascavel>>. Acesso em: 03 out. 2015.

COSTAS, Ruth. Porque o Brasil parou de crescer? **Agência BBC Brasil**, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140905_brasil_paro_u_entenda_ru>. Acesso em: 13 fev. 2015.

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da et al. **A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: BNDS, 2012. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL1EconomiaBrasileira.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 103-115.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.) **Políticas de ciudadanía y**

sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DIAS, Alfredo José Ferreira. **A participação das Forças Armadas no Haiti pós-terremoto 2010.** 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.esg.br/images/Monografias/2011/DIAS.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

DOLAN, James F; MANN, Paul. **Active Strike-slip and Collisional Tectonics of the Northern Caribbean Plate Boundary Zone.** Special Paper 326, Geological Society of America, 1998. ISBN 978-0813723266.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

DUTRA, Cristiane Feldmann. **O desastre natural no Haiti que desperta a migração forçada para o Estado Brasileiro:** obstáculos e oportunidades. Porto Alegre: Revista Pública Direito, 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=631d68dbc136873f>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

DUTRA, Cristiane Feldmann; GAYER, Suely Marisco. A inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses no Brasil. In: Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 12., 2015. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

ENGLE, Douglas. **Crescimento brasileiro absorve pobres do Haiti, por enquanto.** São Paulo: Brasil Econômico, 2012. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/crescimento-brasileiro-absorve-pobres-do-haiti-por-enquanto/n1597573941274.html>>. Acesso em: 03 out. 2015.

EVANS, Luciane. **Atingidos pelo desemprego, haitianos radicados na Grande Belo Horizonte sonham com nova migração.** Recife: Diário de Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2015/09/03/interna_brasil,596113/atingidos-pelo-desemprego-haitianos-radicados-

na-grande-belo-horizonte-sonham-com-nova-migracao.shtml>. Acesso em: 03 out. 2015.

FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz a ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013.

FANTAZZINI, Orlando Dep. **Políticas públicas para as migrações internacionais**. Comissão de Direitos Humanos da COPA. Subcomissão sobre Migrações no Parlatino. Brasília: Mimeo, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/dht/livro_migracoes_fantazzini.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2014.

FARIAS, Vilson Francisco de. **De Portugal ao sul do Brasil – 500 anos História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed. do autor, 2001.

FERNANDES, Duval M. (Coordenador); CASTRO, Maria da Consolação G. de. **Estudos sobre a migração haitiana para o Brasil e diálogo bilateral**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2014.

FERNANDES, Duval M.; DINIZ, Alexandre. Brain drain or brain gain? In which direction does the Brazilian diaspora go? In: International population conference, 23., 2009. **Anais...** Marrakech: IUSSP, 2009. Disponível em: <<http://iussp2009.princeton.edu/abstractViewer.aspx?submissionId=91830>>. Acesso em: 03 out. 2015.

FERNANDES, Duval M.; MILESI, Rosita; FARIAS, Andressa. **Do Haiti para o Brasil**: o novo fluxo migratório. Brasília: IMDH, 2011. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/index.php/migracao-haitiana2/214-do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

FERNANDES, Duval M.; RIBEIRO, Juliana Carvalho. **Migração laboral no Brasil: problemáticas e perspectivas**. Brasília, DF: OBMigra, 2014. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=as+dificuldades+de+integra%C3%A7%C3%A3o+dos+haitianos+no+brasil>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FERNANDES, Pádua. Migração na ditadura militar brasileira: desejados e indesejados perante a doutrina e segurança nacional. In:

Congresso de la sociedad latinoamericana para el derecho internacional, 2, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: [S.n.], 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Gabriela Nunes; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi; REIS, Rossana Rocha. **“O Brasil em 1889”: um país para consumo externo.** *Lua Nova* [on-line] n. 81, p. 75-113, 2010. ISSN 0102-6445.

FERREIRA, Maria Carolina. **Gargalo de mão de obra deve emperrar crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 2015.

Disponível em:

<http://www.jcom.com.br/noticia/138526/Gargalo_de_mao_de_obra_de_ve_emperrar_crescimento_econ%C3%B4mico>. Acesso em: 19 out. 2015

FIESC. Sítio eletrônico da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina Industrial.** Disponível em:

<http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/info/santa-catarina-industrial>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Santa Catarina em dados.** Disponível em:

<<http://fiesc.com.br/economia/scemdados>>. Acesso em: 08 fev. 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Migrações no Brasil. **Mundo Educação.** Goiânia, 2014. Disponível em:

<<http://www.mundoeducacao.com/geografia/migrações-nobrasil.htm>>. Acesso em: 04 abr.2015.

G1. Portal Globo.com. **Cobertura completa: terremoto no Haiti.** São Paulo, 2010. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1446514-5602,00-COBERTURA+COMPLETA+TERREMOTO+NO+HAITI.html>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

GARBINO, Henrique Siniciato Terra. **Projetos de impacto rápido:** credibilidade, segurança, inteligência e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Portal de Educação do Exército Brasileiro, 2011. Disponível

em: <<http://www.ensino.eb.br/portaledu/conteudo/artigo9712.pdf>>.
Acesso em: 08 set. 2015.

GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade, e identidade nas mutuais de migrantes em Juiz de Fora/MG (1872-1930)**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

_____. **Imigração portuguesa no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/historia/imigração-portuguesa-no-brasil/>>.
Acesso em: 06 dez. 2014.

GAZE, Isabella Paula. **As contribuições de E. P. Thompson e o “fazer-se” da Escola Profissional Visconde de Mauá**. Rio de Janeiro: UNIRIO/CEMEF, 2013.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**. Campinas, v. 15, n. 27, 2009.

GERCHMANN, Leo. Balanço de 10 anos da missão ONU no Haiti divide especialistas. **Zero Hora/ClicRBS**, Porto Alegre, 14 jun 2014. Disponível em:
<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/balanco-de-10-anos-de-missao-da-onu-no-haiti-divide-especialistas-4526707.html>>.
Acesso em: 10 set. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOHN, Maria da Glória. BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOMBATA, Marsílea. Cansados da miséria crônica, haitianos buscam nova vida no Brasil. **Revista Carta Capital**. São Paulo, 08 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/cansados-da-miseria-cronica-haitianos-tentam-migrar-para-o-brasil-em-busca-de-uma-nova-vida-9882.html>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. Haiti: quatro anos após o terremoto, nada mudou. **Revista Carta Capital**. São Paulo, 10 ago. 2014. Disponível em:

<<http://www.cartacapital.com.br/internacional/reconstrucao-inexistente-deixa-haiti-em-limbo-5533.html>>. Acesso em: 10 set. 2015.

GONÇALVES, Pe. Alfredo J. Gonçalves. **O fenômeno migratório no mundo da conjuntura atual**. Seminário Sobre Direitos Humanos e Migração. Canoas/RS, 2004. Disponível em: <www.migrante.org.br/fenomenomigratorio.doc>. Acesso em: 02 abr. 2015.

GONÇALVES, Anderson. **Dos 5 maiores desastres do século 21, 4 foram em países pobres. Por quê?** Curitiba: Gazeta do Povo, 2013. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/dos-5-maiores-desastres-do-seculo-21-4-foram-em-paises-pobres-por-que-3t0a7xeqzlc1v8hkpq9ekdhq>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

GOENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295-302, jan/abr. 2004.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GOULART, Patrícia Martins; BORDIN, Pablo. Políticas públicas e trabalho decente: compromissos do Estado Brasileiro. In: VIEIRA, Reginaldo de Souza; SOUZA, Ismael Francisco de (Orgs.). **Estado, política e direito**: políticas públicas, democracia e direitos fundamentais, v. 4, Criciúma: UNESC, 2013.

HAMANN, Eduarda Passarelli (Org.). **Brasil e Haiti**: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2015. Disponível em: <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2015.

HAYES, G. P. et al. Complex rupture during the 12 January 2010 Haiti earthquake. **Nature Geoscience**, n. 3, v. 11, p. 800-805, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Os trabalhadores:** estudo sobre a história do operariado. 2 ed. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HYPE SCIENCE. **Porque ocorreram tantos grandes terremotos ultimamente?** Portal Hype Science, 2012. Disponível em: <<http://hypescience.com/porque-ocorreram-tantos-grandes-terremotos-ultimamente/>>. Acesso em: 08 set. 2015.

IBGE. **Sítio Eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. **Área territorial brasileira.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_ar_ea.shtm>. Acesso em: 24 out. 2015.

_____. **Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.** Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov/en/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

_____. **Censo 2010: Mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2017&t=2010-census-more-than-half-of-brazilian-emigrants-are-women&view=noticia>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. **Pesquisa mensal de emprego.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 24 out. 2015.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 fev. 2016.

IOTTI, Luiza Horn. Imigração e colonização. **Revista Justiça e História.** 2003. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_his>

toria/issn_1676-5834/v3n5/doc/07-Luiza_lotti.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

IPEA. **Sítio Eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. **O enigma do desemprego**. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3025:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 01 dez. 2014.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Overture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

JORGE, Thais. Integração de haitianos é desafio a ser superado. **Correio Popular**, Campinas, SP, 02. Ago. 2015. Disponível em: <http://correio.rac.com.br/_conteudo/2015/08/capa/campinas_e_rmc/307742-integracao-de-haitianos-e-desafio-a-ser-superado.html>. Acesso em: 16 fev. 2016.

KAWAGUTI, Luis. **A república negra**: histórias de um reportes sobre as tropas brasileira no Haiti. São Paulo: Globo, 2006.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOBO, Carlos. MATOS, Ralfo. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81-101, jan/jun. 2011.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2001.

LUCAS, Angela Christina et al. **Escassez de Mão de Obra**: Dimensionamento e Características em Empresas no Brasil. Brasília: IV Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, 2013. Disponível em: <<http://www.progep.org.br/PublicacoesPesquisas/PesquisaDocs/Artigos/2013/Escassez%20de%20M%C3%A3o%20de%20Obra.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2015.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Onomástico da Língua Portuguesa**. Vol. 3. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

MACHADO, Sidnei. **Trabalho escravo e trabalho livre no Brasil: alguns paradoxos históricos do direito do trabalho**. Curitiba/PR, 2013. Disponível em: <<http://machoadvogados.com.br/biblioteca/publicacoes/artigos/trabalho-escravo-e-trabalho-livre-no-brasil/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires. **O Haiti é aqui: sub imperialismo brasileiro e imigrantes haitianos em Santa Catarina**. In: Encontro anual da anpocs, 38., 2014. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2014.

MAGNITUDE 7.0. **Haiti Region Tectonic Summary United States Geological Survey**. 12 January 2010 Earthquake.usgs.gov. Acesso em: 04 ago. 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília/DF, 2009.

MJ. **Sítio Eletrônico do Ministério da Justiça**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/portalpadrao/>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MANOUKIAN, Filipe. Um país vira símbolo da miséria. **Jornal O Vale**. São José dos Campos, SP, 03 out. 2015. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/um-pais-vira-simbolo-da-miseria-1.192771>>. Acesso em: 03 out. 2015.

MARANGONI, Gilberto. Anos 1980, década perdida ou ganha. **Revista IPEA**. Ano 9, n. 72, Brasília, 2012.

MARINUCCI, Roberto. **Brasileiros e brasileiras no exterior: apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Centro Scalabrino de Estudos Migratórios, 2008. Disponível em: <http://www.csem.org.br/2008/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. Migrações internacionais contemporâneas: as razões da crescente intensidade. **Revista In Cammino**, Ano XXXIII, n. 83, p. 7-16, jul/dez., 2008.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações internacionais contemporâneas**. Brasília: Centro Scalabrino de Estudos Migratórios, 2005. Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/textoseartigos.htm>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Migrações internacionais: em busca da cidadania universal**. **Revista Sociedade em Debate**. Pelotas, n. 11, v. 1, p.13-37, dez/2005.

MARTINS JÚNIOR, Angelo; DIAS, Gustavo. Imigração brasileira contemporânea: discursos e práticas de brasileiros em Londres. **Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**. Lisboa, n. 209, v. XLVIII, quarto trimestre, p. 810-832, 2013.

MEDEIROS, Bernardo. Imigração: cresce número de estrangeiros no Brasil; há menos brasileiros no exterior. **Portal EBC**. 2012. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/retrospectiva-2012/2012/12/retrospectiva-imigracao>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

MEIRA, Júlio Cesar. As contribuições de E. P. Thompson para os estudos históricos. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia**. V. 5, n. 1, jan/jul. 2014.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MELLO, Daniel; GONÇALVES, Eliane. A união faz a força. Brasília: O Estrangeiro, 2015. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2015/10/06/a-uniao-faz-a-forca/>>. Acesso em: 08 out. 2015.

_____. **Associação de haitianos quer abrir sede para apoiar imigrantes em São Paulo**. São Paulo: EBC – Agência Brasil, 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-10/associacao-de-haitianos-quer-abrir-sede-para-apoiar-imigrantes-em>>. Acesso em: 08 out. 2015.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de terras: imigração, escravidão e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**. Salvador, n. 55, v. 22, jan/abr., 2009.

MENDES, Marcos. **O crescimento de longo prazo da economia brasileira tem sido satisfatório?** Brasil Economia e Governo. São Paulo: Instituto Braudel, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/wp-content/uploads/2013/05/o-crescimento-de-longo-prazo-da-economia-brasileira-tem-sido-satisfatorio.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

MILESI, Rosita. **Refugiados e direitos humanos**. Brasília: IMDH, 2008.

MILESI, Rosita; ANDRADE, William Cesar de. **Migrações internacionais no Brasil: realidade e desafios contemporâneos**. Brasília: IMDH, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORAES, Isaias Albertin de; ANDRADE, Carlos Alberto Alencar de; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. A imigração haitiana para o Brasil: causas e desafios. **Revista Conjuntura Austral**. Porto Alegre, v. 4, n. 20, p. 95-114, out/nov.2013.

MORAIS, Ednilson. **Saiba mais sobre a imigração para o Brasil no século XIX**. Unicamp: 2011. Disponível em: <<http://mestresdahistoria.blogspot.com.br/2011/04/saiba-mais-sobre-imigracao-para-o.html>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

MÜLER, Ricardo Gaspar. Pesquisa social e lógica histórica: a atualidade de E. P. Thompson. In: Congresso português de sociologia, 6., 2008. **Anais...** Lisboa: Universidade de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2008.

MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (Orgs.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012.

MUNAIZ, Claudia. Haiti: 3 anos após terremoto, 1 milhão ainda precisam de ajuda humanitária. **Rede Brasil Atual**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2013/05/haiti-eterna-construcao-de-um-lindo-pais-escravo-da-propria-miseria-329.html>>. Acesso em: 08 set. 2015.

MRE. Sítio Eletrônico do Ministério das Relações Exteriores.

Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. **Brasileiros no mundo:** censo IBGE estima brasileiros no exterior em cerca de 500 mil. Disponível em:

<<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/censo-ibge-estima-brasileiros-no-exterior-em-cerca-de-500-mil/impresao>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. **Brasileiros no mundo:** Estimativas. Disponível em:

<<http://www.brasileirosno mundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/brasileiros-no-mundo-2009-estimativas-final.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

MTE. Sítio Eletrônico do Ministério do Trabalho e Emprego.

Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. **CNIg – Conselho Nacional de Imigração.** Detalhamento das autorizações concedidas em 2012, publicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/geral/estatisticas.htm>>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. **CNIg – Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.**

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Diário Oficial da União. Seção 10, n. 10, 13 de jan. de 2012. p. 59. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=59&data=13/01/2012>>. Acesso em: 25 set. 2015.

_____. **Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra, 2015.**

Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/obmigra/home.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. **E. P. Thompson:** As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). **A nova classe média.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

_____. (Coord.). **Crônica de uma crise anunciada: choques externos e a nova classe média.** Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NETTO, Carmo Gallo. **Tese mostra como falta de mão de obra afeta o crescimento do Brasil.** Campinas: Jornal da Unicamp, 2011.

Disponível em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2011/ju503_p ag5.php>. Acesso em: 03 out. 2015.

O'GRADY, Mary Anastasia. **Aristide's American Profiteers.** Nova Iorque: The Wall Street Journal, 2008. Disponível em:

<<http://www.wsj.com/articles/SB121720095066688387>>. Acesso em: 11 set. 2015.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OREIRO, José Luis. Origens, causas e impactos da Crise. **Jornal Valor Econômico.** Edição de 13 set. 2011. Disponível em:

<<https://jlcoreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>>. Acesso em: 04 abr. 2015.

PACÍFICO, Andrea Pacheco; PINHEIRO, Thaís Kerly Ferreira. O status do imigrante haitiano no Brasil após o terremoto de 2010 sob a perspectiva do pós-estruturalismo. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento.** Brasília, n. 1, p. 107-125, 2013.

PAIVA, Ana Luiza Bravo e; LEITE, Ana Paula Moreira Rodriguez. Da emigração à imigração? Uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos cinquenta anos. **Revista Ars Histórica.** Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-20, jan/jun., 2014.

PATARRA, Neide Lopes. Brasil: país de imigração? **Revista e-metropolis.** Rio de Janeiro, ano 09, n. 03, p. 6-18, jun. 2012.

_____. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo – Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil.** V. 1. Neide Lopes Patarra (coord.). São Paulo: 2ª ed. FNUAP, 1995.

_____. **Migrações internacionais – Herança XX – Agenda XXI – Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil**. V. 2. Neide Lopes Patarra (coord.). – Campinas: FNUAP; São Paulo: Oficina Editorial, 1996.

_____. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 3, v. 19, p. 23-33, jul./set. 2005.

PAULON, Graziely dos Santos. **Opinião**: Mão de obra desqualificada na contramão do progresso. Dourados, MT: Douranews, 2013. Disponível em: <<http://douranews.com.br/opiniao/item/57456-opini%C3%A3o-m%C3%A3o-de-obra-desqualificada-na-contram%C3%A3o-do-progresso>>. Acesso em: 08 out. 2015.

PELLI, Ronaldo. Brasil e Haiti: Como os haitianos enxergam os brasileiros? **Revista de História**. 31 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/brasil-e-haiti>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PEREIRA, Cleidi; VARGAS, Diogo. Na contramão da Crise, Santa Catarina é exemplo a outros estados. **Clicrbs**. 10 ago. 2015. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/08/na-contramao-da-crise-santa-catarina-e-exemplo-a-outros-estados-4821114.html>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

PEREIRA, Izabela. **Haiti**: um aniversário a não ser comemorado em 6 lições, por Izabela Pereira. Brasília: Boletim Mundorama, 2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/01/12/haiti-um-aniversario-a-nao-ser-comemorado-em-6-licoes-por-izabela-pereira/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

PINHEIRO, Ana Paula Gonçalves Varca. **A mão-de-obra como barreira ao desenvolvimento empresarial**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

PNUD BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Cinco anos depois do terremoto que destruiu o Haiti, ONU continua apoiando reconstrução do país**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4006>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

POCHMANN, Marcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

POLANY, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Tradução de Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTAL BRASIL. **Brasil autoriza residência permanente a 43,8 mil haitianos**. Publicado em 11/11/2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos#>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

PORTAL GLOBO.COM. **Imigrante diz que muitos brasileiros consideram haitianos como escravos**. Programa Fantástico – Rede Globo. Exibido em 19/07/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/07/imigrante-diz-que-muitos-brasileiros-consideram-haitianos-como-escravos.html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PREFEITURA DE CRICIÚMA. **Sítio Eletrônico da Prefeitura Municipal de Criciúma**. Disponível em: <www.criciuma.sc.gov.br>. Acesso em: 16 jan. 2015.

PRONATEC. **Sítio Eletrônico do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2015.

PROSPERE, Renel; MARTIN, Alfredo Guillermo. A questão ambiental do/no Haiti: um desafio na reconstrução do país. **Revista REGET**. Santa Maria, v. 3, n. 3, p. 345-351, 2011.

R7 NOTÍCIAS. **Veja um resumo da tragédia no Haiti**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/internacional/noticias/veja-um-resumo-da-tragedia-no-haiti-20100709.html>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

RAMOS, Carlos Alberto; VALVERDE, Rosembergue. **Sobre o Debate da Falta de Mão do Obra Qualificada no Brasil**. Brasília/Salvador: UNB/UEA, 2012. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/08/29/409/20130829160916182383i.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.

REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 47-69, jan/jun. 2011.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **A fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIVA, Marta Carballo de la; MUÑOZ, Enara Echart. Migrações e movimentos sociais: transnacionalismo, mobilidades e mobilizações. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ROCHA, André. **Falta de mão de obra, risco para as empresas: Mas há controvérsias**. São Paulo: Valor Econômico, 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/o-estrategista/2664464/falta-de-mao-de-obra-risco-para-empresas-mas-ha-controversias>>. Acesso em: 05 out. 2015.

ROCHA, Ibrahim et al. Manual de Direito Agrário Constitucional: lições de direito agroambiental. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ROCHEFORT, Joubert. A emigração haitiana vista de lá. Brasília: O Estrangeiro, 2013. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2013/11/18/a-emigracao-haitiana-vista-de-la/>>. Acesso em: 29 set. 2015.

ROLLSING, Carlos. **Imigrantes percorrem caminho de incertezas em busca de realizar seus sonhos no Brasil**. Porto Alegre: Zero Hora, 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/06/imigrantes-percorrem-caminho-de-incertezas-em-busca-de-realizar-seus-sonhos-no-brasil-4776312.html>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **Inferno na terra prometida**. Porto Alegre: Zero Hora, 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/especiais-zh/zh-terra-prometida/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Florianópolis: UFSC, 2009.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. **Trabalho e imigração: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos**

fundamentais. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, PR, 2011.

SALES, Teresa. **Brasil, país de emigração**. São Paulo:

NEPO/Unicamp, 2006. Disponível em:

<<http://www.oriundi.net/site/oriundi.php?menu=categdet&id=4601>>.

Acesso em: 04 fev. 2015.

SANTA CATARINA. Sítio eletrônico do Governo do Estado de Santa Catarina – **Economia de Santa Catarina é rica e diversificada**.

Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/economia>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

SANTINI, Daniel. Sistema Nacional de Empregos não funciona e imigrantes ficam sujeitos a aliciadores. **Portal Imigrantes**, 15 dez.

/2014. Disponível em: <<http://imigrantes.webflow.io/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. Da escravidão à imigração: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil.

Toledo: UTFPR, 2008. Disponível em:

<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/121/124>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA Silvio Sánchez (Orgs.).

Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SASAKI, Elisa Massae. A imigração para o Japão. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 99/117, mai./ago., 2006.

_____. **Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão**. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000.

SCHMIDT, João Pedro. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Orgs.). **Direitos sociais & políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SCHREIBER, Mariana. **Haitianos graduados têm mais dificuldade para se empregar que outros imigrantes, diz FGV**. Brasília/DF: BBC

Brasil, 2015. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151130_haitianos_i_migrantes_ms_rm>. Acesso em: 17 fev. 2016.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Educação, experiência e emancipação: contribuições de E. P. Thompson para a história da educação. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 12, n. 18, 2014.

Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

SCOFIELD JÚNIOR, Gilberto; RIBEIRO, Marcelle. Crise global e crescimento do Brasil fazem número de imigrantes crescer 52% no ano, superando 2 milhões. **Portal Globo.com**. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/economia/crise-global-crescimento-do-brasil-fazem-numero-de-imigrantes-crescer-52-no-ano-superando-2-milhoes-3079211>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SENADO FEDERAL. **Sítio Eletrônico do Senado Federal Brasileiro**.

Disponível em: <<http://ww.senado.gov.br>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**. São Paulo, n. 53, p. 117/149, mar/maio 2002.

SHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, jul/set. 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SILVA, Adriano Larentes da. **Migrações internacionais e mundos do trabalho: brasileiros em Portugal e na Espanha (1986-2008)**. 2009.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SILVA, Maria Gizele da. Política de imigração afasta presença estrangeira no Brasil. **Gazeta do Povo**. Ponta Grossa/PR, 2012.

Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida_e_cidadania/conteudo.phtml?id=1216373>. Acesso em: 09 set. 2015.

SOUZA, Filipe Lage de (Org.). **BNDS 60 anos: perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro: BNDS, 2012.

SOUZA, Jorge Luiz de. Demografia – Migrações invertem o sinal.

Revista Ipea. Brasília, Ano 4, 37. ed. 2007. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1171:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SOUZA, Reiner. Lei de terras de 1850. **Brasil Escola**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/lei-terras-1850.htm>>.

Acesso em: 15 jan. 2015.

SPENCER, Naomi. Haiti devastado por furacões. **World Socialist Web Site**. 2008. Disponível em:

<<https://www.wsws.org/pt/2008/sep2008/port-s13.shtml>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

SPRANDEL, Marcia. Estrangeiros no Brasil: realidades e desafios.

Revista UniCEUB, Brasília, v. 3, n. 2, 2005.

STOCHERO, Tahiane. Haiti pode ‘se deteriorar rapidamente’, diz brasileiro comandante de missão. **Portal G1.globo.com**. São Paulo, 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/haiti-pode-se-deteriorar-rapidamente-diz-brasileiro-comandante-de-missao.html>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SUZUKI, Lilian Silva do Amaral. **Trabalhadores estrangeiros no Brasil**: uma análise da mão de obra estrangeira no mercado de trabalho brasileiro. Goiânia/GO: UFG, 2011. Disponível em:

<https://nest.cienciassociais.ufg.br/up/154/o/Trabalho_09.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2015.

TAMER, Alexandre dos Santos; POZZETTI, Valmir César. A imigração haitiana e a criminalidade no município de Manaus. **Revista do Direito Público**. Londrina, v. 8, n. 3, p. 55-76, set/dez. 2013.

TEIXEIRA, José Paulo. **Os donos da cidade**. Florianópolis: Insular, 1996.

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira**: entre fatos e representações. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2012.

THEIS, Ivo M. A dinâmica espacial recente da economia catarinense. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes (Orgs.) **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010, p. 63-107.

THEIS, Ivo M. et al. O cavalo de troia e sua barriga verde: planejamento regional e desigualdades socioespaciais em Santa Catarina. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 120, p. 33-50, jan/jun. 2011.

THOMAZ, Diana Zacca. Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. **Primeiros Estudos**. São Paulo, n. 4, p. 131-143, 2013.

THOMÉ, Leonardo; DIOGO, Marciano. **Paraíso para os Haitianos, Santa Catarina vê crescer o número de imigrantes em busca de trabalho**. Notícias do Dia, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/157741-paraíso-para-os-haitianos-santa-catarina-ve-crescer-o-numero-de-imigrantes-em-busca-de-trabalho.html>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 2 ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOGNI, Marco Antonio. O café e a imigração no Brasil. **Revista Eletrônica Mark Cooffee Magazini**. Disponível em: <<http://www.markcafe.com.br/o-cafe/historia/1117-ocafeaimigracaonobrasil>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

TRAMARIN, Eduardo. **Trabalho imigrante: os bolivianos e os haitianos – Bloco 3**. Brasília/DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/424967-TRABALHO-IMIGRANTE-OS-BOLIVIANOS-E-OS-HAITIANOS-BLOCO-3.html>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

USA TODAY. **Deforestation exacerbates Haiti floods.** Usatoday.com, 23 de setembro de 2004. Disponível em: <http://usatoday30.usatoday.com/weather/hurricane/2004-09-23-haiti-deforest_x.htm>. Acesso em: 05 ago. 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica.** *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, n. 2, v. 62, p. 221-246, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2014.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana Rocha. Criação de lei de migrações é dívida histórica do Brasil. Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais. **Revista Carta Capital**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

VERONESE, Josiane Rose Petry. O embrião humano e o princípio da dignidade da pessoa. In: VIEIRA, Reginaldo de Souza; SOUZA, Ismael Francisco de (Orgs.). **Estado, política e direito: políticas públicas, democracia e direitos fundamentais.** Vol 4. Criciúma: UNESC, 2013.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **A cidadania na república participativa:** pressupostos para a articulação de um novo paradigma jurídico e político para os conselhos de saúde. 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VIEIRA, Reginaldo de Souza; SOUZA, Ismael Francisco de (Orgs.). **Estado, política e direito: políticas públicas, democracia e direitos fundamentais.** Vol 4, Criciúma: UNESC, 2013.

VILLEN, Patrícia. **Polarização do mercado de trabalho e a nova imigração internacional no Brasil.** Marília: Unesp/Rede Estudos do Trabalho, 2012.

VISTO BRASIL. Advogados especialistas em imigração. Disponível em: <<http://www.vistobrasil.com.br/rne>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

WAYBACK MACHINE. Environment and Natural Hazards. The Haiti Regeneration Initiative. Wayback.archive.org (3 de março de 2011).

Disponível em: <<http://wayback.archive.org/web/20110303050815/http://www.haitiregeneration.org/nod/e/67>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

ZYLBERKAN, Mariana Pollara. Sem mão de obra, Santa Catarina importa haitianos. **Revista Veja**. fev. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sem-mao-de-obra-santa-catarina-importa-haitianos/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Perigo, dificuldades e integração: haitianos enfrentam perigo no caminho e dificuldades na chegada. Mas conseguem reconstruir vida e família aqui. **O Estrangeiro**. 04 fev. 2014. Disponível em: <<http://oestrangeiro.org/2014/02/04/perigo-dificuldades-e-integracao/>>. Acesso em: 16 fev. 2016.

_____. Rota dos haitianos para o Brasil: os perigos no caminho. **Revista Veja**. Fev. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/rota-dos-haitianos-para-o-brasil-perigos-no-caminho-e-superlotacao>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

REFERÊNCIAS ORAIS - ENTREVISTAS

AMILCA, Dieumetre. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
 ANDRÉ, Miranes. Cocal do Sul/SC: setembro/2015.
 BONIFACE, Neneid. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
 CHARLES, Jean-Claude. Cocal do Sul/SC: setembro/2015.
 CHARLES, Pesrot. Cocal do Sul/SC: agosto/2015.
 DÉRISMÉ, Annie. Cocal do Sul/SC: setembro/2015.
 DESHOMME, Pierre Paul. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
 DORVILUS, Marthin. Lauro Müller/SC: fevereiro/2015.
 EDOUARD, Jean Remy. Criciúma/SC: agosto/2014.
 ÉTIENNE, Acheline. Cocal do Sul/SC: Setembro/2015.
 ÉTIENNE, Lavanie. Cocal do Sul/SC: janeiro/2016.
 EXLAME, Jean Thery. Criciúma/SC: Junho/2014.
 GEDEON, Saint_Dieu. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
 GILSAINT, Fritznel. Forquilha/SC: julho/2014.
 GLADSON, Massilon. Cocal do Sul/SC: outubro/2015.
 JEAN, Carl-Andy. Cocal do Sul/SC: fevereiro/2016.
 JIMMY, Doriscard. Criciúma/SC: Junho/2014.
 JOSEPH, Fenel. Lauro Müller/SC: fevereiro/2015.

LALANE, Jeanodner. Lauro Müller/SC: fevereiro/2015.
LIBRUN, John-Hérode. Cocal do Sul/SC: setembro/2015.
LOUIS, Frito. Lauro Müller/SC: fevereiro/2015.
LUMA, Jean Jerome. Forquilha/SC: julho/2014.
MARCAILLANT, Luc. Criciúma/SC: Junho/2014.
MAREUS, Leonaldo. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
PAUL, Rebecca. Cocal do Sul/SC: fevereiro/2016.
PHANOR, Dessalines. Cocal do Sul/SC: agosto/2015.
RACIUS, Moccene. Forquilha/SC: julho/2014.
REGISTRE, Cedieu. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
REGISTRE, Forly. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
ROMEUS, Calin. Cocal do Sul/SC: janeiro/2016.
ROMNIS, Marie Mimose. Cocal do Sul/SC: agosto/2015.
RUBAIN, Jean-Wilbentz. Cocal do Sul/SC: agosto/2015.
SANVILUS, Hanso. Cocal do Sul/SC: fevereiro/2016.
SIMON, Hugyns Jacques. Criciúma/SC: agosto/2014.
SOLAGE, Gessert. Lauro Müller/SC: fevereiro/2015.
STEMA, Peter. Criciúma/SC: fevereiro/2016.
THALON, Gedeon. Lauro Müller/SC: fevereiro/2015.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos trabalhadores imigrantes haitianos

1. Apresentação do entrevistado.
2. Qual o idioma/língua/dialeto utilizado/falado pelo mesmo?
3. Relatar objetivo da entrevista.
4. Autorização para divulgação das informações (artigos acadêmicos, produções científicas, publicações em revistas especializadas, palestras, seminários, ...).
5. Qual o grau de instrução do entrevistado?
6. De que país, cidade e região é originário? Você poderia falar um pouco do tipo de atividade que desenvolvia antes de vir para o Brasil? Tinha carteira assinada? Jornada de trabalho? Direitos trabalhistas... É a primeira vez que saiu de seu país em busca de trabalho? Já migrou para outro país?
7. Quais os motivos que o levaram a vir para o Brasil e o porquê da escolha por este país?
8. Desde quando está no Brasil? Está em situação regular? Possui RNE e CNH?
9. Como veio para o Brasil e por onde ingressou no território brasileiro?
10. Quais as dificuldades inicialmente encontradas no território brasileiro?
- 10.1. Quanto gastou para chegar até o Brasil?
- 10.2. Teve que trabalhar em algum país intermediário para conseguir completar os recursos que faltavam para chegar ao Brasil?
- 10.3. Há relatos de alguns haitianos que foram roubados ou saqueados por ladrões e saqueadores e, algumas vezes, até por agentes públicos e membros da polícia do Equador e do Peru. Teve algum tipo de experiência deste tipo?

10.4. Teve dificuldades por não falar a língua portuguesa? Pode contar alguma experiência de dificuldades que teve em relação a isso?

10.5. Qual foi a primeira cidade em que se estabeleceu/permaneceu no Brasil? Teve dificuldades com alimentação e abrigo? Como era este lugar?

11. Em realização a regularização de sua situação para permanência em território brasileiro, foi possível? Conseguiu obter a documentação necessária para se regularizar?

12. Porque escolheu a Região da AMREC para se estabelecer e como chegou até aqui?

13. Onde reside atualmente? Sozinho ou com outros haitianos? Como conseguiu a residência? São seus parentes, amigos? São da mesma cidade? Se conheceram aqui ou na viagem?

14. Em relação à questão de obtenção de trabalho na região de Criciúma:

14.1. Conseguiu obter os documentos necessários para trabalhar no Brasil? Teve dificuldades para obtenção destes documentos? Em caso positivo, quais?

14.2. Encontrou trabalho com facilidade? Teve ajuda de alguma pessoa ou instituição para obtenção de trabalho?

14.3. Em quantas empresas já trabalhou no Brasil? Qual a primeira empresa? Qual a empresa atual?

14.4. Desde quando está na empresa atual?

14.5. Quais as funções desenvolvidas nas empresas em que trabalhou/trabalha?

14.6. Porque se desligou das empresas anteriores?

14.7. Consegue manter bom relacionamento com os demais colaboradores e superiores hierárquicos?

14.8. Se adaptou facilmente à legislação trabalhista brasileira, em especial no que diz respeito à jornada de trabalho?

14.9. Já possuía algum conhecimento sobre os produtos da empresa e sobre as atividades e funções desenvolvidas no ambiente de trabalho?

14.10. Aceita e com facilidade as funções que lhes são disponibilizadas/oferecidas?

14.11. Consegue ter facilidade no aprendizado das funções e em se adaptar às mesmas? Você poderia falar de como tem sido a adaptação na empresa que esta trabalhando? Que dificuldades tem encontrado no desenvolvimento das atividades na empresa? Há muita diferença em relação a atividade que desenvolvia em seu país?

14.12. No que diz respeito à produtividade, consegue acompanhar o desempenho dos demais funcionários/colaboradores da empresa?

14.13. Está satisfeito com o trabalho e as funções que desenvolve?

14.14. Alguma vez se envolveu em situação de conflito com pessoas no ambiente de trabalho? (colegas, superiores, etc.)

14.15. Alguma vez sentiu discriminação por parte de outros trabalhadores? Poderia falar de como é a relação com os trabalhadores brasileiros? A língua tem dificultado? Não dá para fazer esta pergunta de maneira incisiva.

15. Em relação à remuneração/salário:

15.1. Qual a remuneração atual? Está satisfeito com a mesma? Se compara à remuneração que tinha no Haiti?

15.2. Em relação à situação em que vivia no Haiti, a remuneração atual é melhor ou inferior a que tinha naquele país?

15.3. A remuneração que lhe é proporcionada se equipara à dos demais trabalhadores da empresa nas mesmas funções desenvolvidas?

15.4. Qual o destino que dá a sua remuneração?

15.5. Consegue fazer alguma reserva ou poupança? Em que proporção, em relação à atual remuneração?

16. Na questão do relacionamento da empresa com o trabalhador haitiano:

16.1. Proporciona-lhe algum benefício adicional em relação ao que é disponibilizado aos demais funcionários/colaborares?

16.2. Faz algum tipo de acompanhamento das suas condições de sobrevivência? Em caso positivo quais?

16.3. Cumpre com o que foi acordado por ocasião da contratação, em relação às funções, remuneração, benefícios, etc., da mesma forma com que trata com os demais trabalhadores?

17. Em relação à questão da família de origem:

17.1. Quantos membros de sua família ficaram no Haiti?

17.2. Quais as condições de sobrevivência dos mesmos naquele país?

17.3. Trouxe família para o Brasil? Em caso positivo, como está a adaptação dos familiares neste país?

17.4. Em caso negativo, constituiu família no Brasil? Como está o ambiente familiar?

17.5. Pretende retornar ao Haiti? Porque motivo?

18. Em relação à questão social:

18.1. Conseguiu se adaptar ao sistema e às condições de vida dos brasileiros? Quais as principais dificuldades?

18.2. Participa ou desenvolve alguma atividade no sentido de desenvolvimento profissional? Quais?

18.4. Tem dificuldades para se locomover e participar das atividades sociais, lazer, culturais e comunitárias da cidade?

19. Participa de alguma organização ou associação que tenha por finalidade atender aos interesses dos imigrantes haitianos? Em caso positivo, qual o objetivo com esta participação?

20. Outras considerações e colocações sobre as condições de vida e de trabalho na região de Criciúma.

21. Poderia Relatar quais as experiências e quais as consequências que teve com o terremoto no Haiti em janeiro de 2010?

APÊNDICE B – Questionário aplicado às empresas que empregam trabalhadores imigrantes haitianos

- 1.** Relatar objetivo da entrevista.
- 2.** Apresentação da empresa (tempo de existência, ramo de atuação, produtos, mercado de atuação, quantidade de funcionários/colaboradores).
- 3.** Apresentação do entrevistado (tempo de empresa, cargo, função, atribuições).
- 4.** Autorização para divulgação das informações (artigos acadêmicos, produções científicas, publicações em revistas especializadas, palestras, seminários, ...).
- 5.** A empresa manteve ou mantém trabalhadores imigrantes no seu quadro de funcionários/colaboradores?
- 6.** Desde quando mantém esta prática?
- 7.** Quais os motivos levaram a empresa a contratar estes trabalhadores?
- 8.** Especificamente, em relação a imigrantes de origem haitiana, a empresa manteve ou mantém trabalhadores originários do Haiti em seu quadro de funcionários/colaboradores?
- 9.** Ainda em relação a trabalhadores de origem haitiana, desde quando a empresa os mantém ou manteve, e até quando, em seu quadro de funcionários/colaboradores?
- 10.** Como a empresa teve conhecimento da disponibilidade destes trabalhadores haitianos no mercado regional?
- 11.** A partir de que data a empresa contratou estes trabalhadores haitianos? Qual a quantidade inicialmente contratada? Qual o número máximo que a empresa chegou a ter? Qual o número atual?
- 12.** Em relação à adaptação destes trabalhadores haitianos na empresa:
 - 12.1.** Se adaptam facilmente ao ambiente de trabalho?

12.2. Conseguem manter bom relacionamento com os demais colaboradores e superiores hierárquicos?

12.3. Conseguem manter boa comunicação com os demais colaboradores e com os superiores hierárquicos?

12.4. Qual o idioma predominante que utilizam?

12.5. Se adaptam facilmente à legislação trabalhista brasileira, em especial no que diz respeito à jornada laboral?

12.6. Chegam com algum conhecimento sobre os produtos da empresa e sobre as atividades e funções desenvolvidas no ambiente de trabalho?

12.7. Aceitam com facilidade as funções que lhes são disponibilizadas?

12.8. Conseguem ter facilidade no aprendizado das funções?

12.9. A produtividade dos mesmos é inferior, igual ou superior a dos demais funcionários/colaboradores?

12.10. A remuneração proporcionada aos mesmos se equipara à dos demais trabalhadores da empresa?

12.11. Demonstram satisfação com o padrão de renda ou com a remuneração que lhes são proporcionados?

12.12. Foi constatada pela empresa alguma situação de conflito envolvendo estes trabalhadores? (colegas, superiores, etc.)

13. Na questão do relacionamento da empresa com estes trabalhadores:

13.1. Proporciona-lhes algum benefício adicional em relação ao que é disponibilizado aos demais funcionários/colaborares?

13.2. Faz algum tipo de acompanhamento das condições de sobrevivência a que se submetem os mesmos? Em caso positivo quais?

13.3. Tem conhecimento dos locais onde estabelecem residência?

13.4. Tem conhecimento se se mantêm sozinhos ou se trouxeram a família?

13.5. Tem conhecimento e acompanha a adaptação e o relacionamento dos mesmos no ambiente social/comunitário onde se estabelecem?

13.6. Como tem sido esta adaptação/relação?

14. A empresa possui a pretensão de manter ou voltar a contratar trabalhadores de origem haitiana?

15. Outras considerações e colocações sobre a contratação de trabalhadores haitianos pelas empresas regionais.

APÊNDICE C – Questionário aplicado às instituições de assistência

1. Apresentação da instituição (tempo de existência, objetivos, abrangência, trabalhos realizados).
2. Apresentação do entrevistado.
3. Relatar objetivo da entrevista.
4. Autorização para divulgação das informações (artigos acadêmicos, produções científicas, publicações em revistas especializadas, palestras, seminários, ...).
5. A instituição tem acompanhado o fluxo de imigrantes de outros países para a cidade de Criciúma e região? Em caso afirmativo, qual a origem destes imigrantes? Tem proporcionado algum acompanhamento aos mesmos? De que tipo?
6. No caso de imigrantes de origem haitiana teria registro de quantos, aproximadamente, chegaram à região nos últimos anos?
7. Qual o encaminhamento que tem dado aos imigrantes haitianos?
8. Em caso de acompanhamento para a obtenção de emprego, saberia informar quais os segmentos empresariais têm acolhido os imigrantes haitianos?
9. Saberia informar os motivos que têm levado as empresas da região à contratação destes trabalhadores?
10. Saberia informar se estes trabalhadores têm conseguido se adaptar as condições de trabalho disponibilizadas pelas empresas da região e se conseguem permanecer por longo tempo nas mesmas?
11. Existe alguma preocupação da instituição no sentido de que o deslocamento destes trabalhadores para a região de Criciúma possa trazer consequências sociais, no que diz respeito à qualidade de vida da população em geral, em decorrência de novas culturas e modos de vida?

12. Outras considerações e colocações sobre a imigração de trabalhadores, em especial de origem haitiana, para a região de Criciúma, no que diz respeito a questões sociais e econômicas.